

TURISMO CULTURAL NOS ANTIGOS CENTROS URBANOS: UMA TENDÊNCIA NACIONAL?

O turismo cultural é motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade cultural. Esta atividade turística tem como fundamento o elo entre o passado e o presente, o contato e a convivência com o legado cultural, com tradições que foram influenciadas pela dinâmica do tempo, mas que permaneceram; com as formas expressivas reveladoras do ser e fazer de cada comunidade. O turismo cultural abre perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio, do revigoramento das tradições, da redescoberta de bens culturais materiais e imateriais, muitas vezes abafadas pela concepção moderna. (Revista Turismo–Matérias especiais: Por: Luiziane Viana Segala – Santa Maria – RS) Acessado em 20/02/2007 - Fonte: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/materiasespeciais/gastronomia.html>

5.1. TURISMO NO BRASIL E TURISMO CULTURAL: DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS

O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social. Assim, pesquisar sobre a preservação cultural e compreendê-la implica em desvendar não somente as características culturais, mas, sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural. (SIMÃO, 2006:17).

Considerada uma das indústrias que mais crescem no planeta, o setor do turismo representa atualmente 10% do PIB mundial e aumenta a uma taxa de 4,6%. De acordo com o presidente do Conselho Mundial do Turismo e Viagens, Jean-Claude Baumgartendo, aproximadamente 842 milhões de turistas se deslocaram em 2006, 4,9% a mais que os 802 milhões registrados em 2005, e a previsão para 2020 é que o turismo internacional transporte 1,6 bilhão de pessoas.

Turismo, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo)⁶⁰, é um conjunto de “atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanências em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros” e turista “, é um visitante que se desloca voluntariamente por intervalo de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem, este ter por motivação, a obtenção de lucro”.

⁶⁰ A Organização Mundial de Turismo (OMT) é uma agência especializada das [Nações Unidas](#) e a principal organização internacional no campo do [turismo](#). Com sede em Madri, na Espanha, até o ano de 2005, são membros da OMT 145 países, 7 territórios e cerca de 300 Membros Afiliados, representando o setor privado, instituições educacionais, associações e autoridades locais de turismo.

As primeiras políticas públicas nacionais do setor surgem somente através do Decreto Lei nº. 55⁶¹ na década de 1960, época onde o Brasil inicia a discussão sobre o planejamento turístico. Porém, passados mais de quarenta anos, o turismo do País ainda se depara com problemas básicos de infra-estrutura, falta de capacitação de mão-de-obra, altos custos e índices de violência elevados, ocasionando perda de posições no ranking mundial dos países mais visitados no mundo. Em sete anos o Brasil perdeu nove colocações, passando do 28º lugar em 1999 (SILVA, 2003) para o 37º em 2006⁶².

Com uma gama variada de produtos, a atividade turística consegue atrair um público sortido que busca lazer, esporte, saúde, culinária, arte, religião, cultura, negócios e entretenimento. Mas a falta de diversificação do setor em vários destinos brasileiros, incluindo a Capital potiguar, aliada aos problemas acima citados pode ser uma forma de compreender a razão pela qual o fluxo de turistas estrangeiros que visitam o Brasil (cerca de cinco milhões) seja quase dezesseis vezes menor que o tráfego de turistas que viajam ao país mais visitado do mundo, a França (cerca de 79,1 milhões⁶³).

Além disto, o fato de possuímos recursos naturais, sempre eternizando a imagem de apelos visuais do litoral e do calor, não nos garante uma vantagem perante outros países, uma vez que somente configurar-se como potencial turístico não nos “dá a primazia de desenvolver o turismo como atividade econômica” (SIMÃO, 2006:67).

Apesar de ser considerada por alguns especialistas como uma atividade tratada ainda de forma amadora no País (uma vez que o Brasil está entre os países em que o turismo cresce abaixo da média mundial⁶⁴), o turismo tem um papel fundamental no desenvolvimento de determinadas regiões brasileiras e na geração de empregos, e se tornou o quinto principal produto na produção de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, ficando abaixo da exportação de automóveis em 2006.

⁶¹ DECRETO-LEI Nº 55, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966 – Define a política nacional de turismo, cria o conselho nacional de turismo – CNTUR e a empresa brasileira de turismo – EMBRATUR, e dá outras providências.

⁶² O fluxo de turistas estrangeiros caiu de 5,4 milhões em 2005 para 5 milhões em 2006, passando para o 37º lugar entre os países mais visitados do mundo. Fonte: www.bbcbrasil.com.br – acessado em 2/7/2007.

⁶³ Dados obtidos pela OMT (Organização Mundial do Turismo) através do site www.bbcbrasil.com.br – acessado em 2/7/2007.

⁶⁴ Dados obtidos através da pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo à Unicamp em 2007: "Estudo da competitividade do turismo Brasileiro" – Unicamp. Nota publicada na revista Veja, número 18. Fonte: www.abav.com.br/view_noticias.asp?anomes=&id=857

Segundo o secretário nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, Airton Pereira, “65 milhões de brasileiros viajaram pelo Brasil e 225 milhões de viagens ocorreram pelo País em 2005. De 2003, quando foi criado o ministério, a agosto de 2006, 966 mil empregos formais e informais foram gerados pelo turismo”⁶⁵. Em 2005 o turismo produziu uma receita de US\$ 3,861 bilhões⁶⁶ e o País fechou 2006 com recorde histórico de gastos de estrangeiros: “o Banco Central contabilizou US\$ 4,316 bilhões recebidos com a atividade, valor 11,77% superior aos US\$ 3,861 bilhões registrados em 2005 – até então a melhor marca da série histórica”⁶⁷. Os números impressionam e por esta razão, o turismo ou a indústria sem chaminés, como também é conhecido, passou a ser encarado por muitos como uma forma rápida de crescimento econômico devido à quantidade de empregos e renda que é capaz de gerar, se tornando objeto de interesse do governo e de empresas privadas.

Unir o desejo do homem em viajar com benefícios econômicos já se mostrava uma atividade rentável no século XVIII. O fluxo de visitantes do Grand Tour – viagens a países europeus, sobretudo Itália, com caráter educativo realizadas entre os anos de 1765 e 1820 – demandava inúmeros serviços como transportes, alimentação, hospedagem etc. Ainda que um pouco desorganizados e sem os padrões da sistematização dos dias atuais, estes serviços, mesmo considerados “domésticos”, davam suporte às atividades remuneradas e tendiam a adensar-se com a continuidade do fluxo nas áreas receptoras (CAMARGO, 2002).

Como até o fim do século XVIII não havia museus e o público não tinha acesso à cultura, Camargo (2002) relaciona o patrimônio ao turismo, ou à pré-figuração do turismo, através dos revolucionários franceses que avaliavam os benefícios do patrimônio, ao preconizar sua preservação, por meio do lucro que dele se poderia obter com a sua contemplação pelos viajantes. A confecção de souvenirs mostrara a lógica racional do lucro e da segmentação socioeconômica do mercado capitalista.

⁶⁵ Dados coletados no site:

http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos/secretarios_apresentam_resultados_mtur_durante_forum_mundial.html. Acessado em 14/10/07.

⁶⁶ Dados obtidos pelo Tourism Highlights 2006 Edition - OMT. Disponível em www.world-tourism.org/facts/eng/pdf/highlights/highlights_06_eng_Ir.pdf. Acessado em 14/9/07.

⁶⁷ http://www.abav.com.br/view_noticias.asp?anomes=&id=1050

Referindo-se às magníficas obras de engenharia romana remanescentes no Sul da França, e para justificar a necessidade da conservação, diziam que a ponte-aqueduto sobre o Rio Gard e as arenas, ou anfiteatro de Nîmes haviam rendido mais aos franceses do que poderiam ter custado para serem construídas pelos romanos (CAMARGO, 2002:33).

Porém há quem diga que a história do turismo se confunde com a descoberta do litoral. Para Fonteles (2004), a prática das viagens se deu com a busca das elites européias por uma relação mais íntima com a natureza. A beleza do oceano despertou na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, um interesse coletivo pelas praias. Inicialmente a concepção de banho de mar vinculou-se a um projeto terapêutico e aos poucos as viagens litorâneas passaram a servir para tratamentos para o corpo e para a mente.

Já no século XX, o turismo assume um novo papel. Impulsionado pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações no período pós-guerra, há uma explosão da atividade turística. Objeto de interesse do governo e de empresas privadas, o setor turístico ficou marcado por se tornar um nicho do mercado que atrai bons investimentos, com retorno rápido e com a possibilidade de redução de certos índices de pobreza. Encarado como a tábua de salvação, o turismo foi tido como uma das formas mais eficazes de diminuir o abismo entre as áreas urbanas das regiões rurais agrícolas. Para muitos, segundo Krippendorf (2000:45):

o único meio de frear o êxodo rural é melhorar as condições de vida da população nos lugares onde a agricultura não garante rendas suficientes, onde a indústria não se implante em razão de uma localização desfavorável e não haja nada mais a vender senão o sol, a paisagem, a neve ou o mar.

Mas o que se viu, na maioria dos casos, foi um turismo mal planejado que protege o lado dos investidores e elimina, entre tantas coisas, as experiências produtivas existentes nas comunidades receptoras, trazendo conflito de identidade para o povo local. O turismo da sociedade industrial nasceu de um conceito de viagem de massa, visto como prêmio da dedicação ao trabalho. O “tempo livre se transformou num tempo social” (RODRIGUES: 109), tornando o lazer um produto de uma sociedade que valoriza o consumo e os bens materiais. Originou, então, a idéia da fuga da vida cotidiana, da definição de que o trabalho não é um lugar que pode trazer algum tipo de prazer. E, deste modo, o homem não conseguiu lidar com seu tempo livre, transformou-o em um tempo social, onde novas relações sociais possuem novos valores.

A crise da modernidade nos anos 1970 fez com que a efemeridade, o fragmentário e a total preocupação com o mundo de aparências transformassem a motivação das viagens. Constatou-se “uma tendência para as férias ativas” (KRIPPENDORF, 2000:45), diversificando o setor numa infinidade de motivos para viajar: para descansar, para estudar, para refazer-se, para integrar-se socialmente, para fugir, para comunicar-se, para cozinhar, para descobrir a si mesmo, para ser feliz etc. As férias se tornaram objetos de consumo devidamente programados e continuaram a impor horários para todas as atividades: hora do passeio, hora do city tour, hora do almoço, hora de chegar ao hotel etc. E a procura pelo descanso acabou se confundindo com uma viagem estressante, tornando o lazer um produto da evolução da sociedade industrial. O carro e o avião democratizaram o deslocamento geográfico e à medida que a viagem se popularizava, o turismo de massa se fortalecia.

Eric Cohen (apud BARRETTO, 2000:20) diferencia os chamados turistas Peregrinos Modernos dos turistas Buscadores de Prazer. Segundo o autor, os primeiros “procuram modos de vida alternativos, autenticidade, contato com as culturas visitadas”, enquanto que os Buscadores de Prazer, pelo contrário, buscam “apenas fugir de seu cotidiano em lugares que ofereçam muitos equipamentos recreativos e onde haja possibilidade de relaxamento físico”. Também conhecidos com turistas de massa, os Buscadores de Prazer são os que mais agridem a natureza e os que têm menos contato com os moradores da região. A razão disso não depende de seu nível econômico, mas de seu nível cultural (BARRETTO, 2000:20). Este tipo de “turista é visto pela população local apenas como um fator de produção, um capital ambulante, um portador de dinheiro com o qual tudo se comercializa, até o sorriso” (BARRETTO, 2000:24).

Tido como um turista que não organiza sua própria viagem, o turismo de massa se fecha, muitas vezes, no que Urry (2001) chama de bolhas ambientais, já que diversos serviços são oferecidos sem precisar sair do hotel ou do ônibus. Esse tipo de turista também propicia o consumo em grande escala estimulando o investimento de empresas multinacionais que nem sempre se preocupam com o impacto sócioambiental das regiões envolvidas (BARRETTO, 2000).

Oferecido atualmente como “a solução para áreas que já sofreram muito ou que querem evitar os danos causados pelo turismo de massa” (MURTA, 2002:134), o turismo cultural permite viabilizar economicamente a manutenção de seus bens culturais e,

fundamentalmente a utilização dos edifícios históricos como equipamentos turísticos, proporcionando ao turista, ou ao chamado peregrino moderno ou viajante, durante sua estadia na cidade, e a própria população uma nova opção de entretenimento e lazer. Isto se deve, em primeiro lugar, porque o número de turistas é pequeno e a atividade turística pode ser praticada sem chegar à massificação. Em segundo lugar são pessoas que procuram um contato autêntico com os moradores locais, e são, acima de tudo, consumidores de um estado de espírito e não de coisas materiais e “(...) levam para casa mais a lembrança do momento vivido do que uma peça para colocar na estante da sala para que os amigos vejam a prova concreta da viagem” (BARRETO, 2000:27).

O atrativo cultural pode se apresentar de forma criativa auxiliando na busca por proteção e valorização da cultura local. O planejamento prévio de um roteiro turístico exige a análise do que será apresentado, para que público e de que forma (TAVARES, 2002). Para Murta (2002:144) “os roteiros têm o mérito de estimular o fluxo de turistas para visitar vários pontos da região, trazendo renda e dinamizando as economias das localidades”. Uma das ações que o Projeto Distrito Cultural da Lapa⁶⁸, no Rio de Janeiro, previa era a implantação de um Ônibus da Cultura que “deveria percorrer um roteiro cultural, atendendo aos moradores e aos usuários interessados em conhecer o Distrito” (VAZ e SILVEIRA in VARGAS & CASTILHO, 2006:85).

O turismo cultural não depende muito de condições climáticas, como acontece com os recursos naturais, e a sazonalidade é menor (PIRES, 2002). Para Murta (2002: 135) a atividade deve ser vista “(...) como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação do público visitante”, uma vez que “a idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo” (BARRETO, 2000: 17).

Uma das advertências da convenção de Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)⁶⁹, em 1972, foi o fato de que o patrimônio cultural está cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela

⁶⁸ Ver capítulo 6 para maiores informações sobre os projetos de revitalização da cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁹ A UNESCO propõe promover a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural, considerado especialmente valioso para a humanidade. Este objetivo está incorporado em um tratado internacional denominado Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, aprovada em 1972 - <http://www.unesco.org.br>

deterioração normal decorrente de fatores naturais, como por mudanças nas condições econômicas e sociais que agravam a situação, dentre as quais estaria o turismo de massa.

Diferente do turismo de massa, o turismo cultural estimula o interesse pela história, arte, gastronomia, pelo patrimônio material e imaterial, e atrai um público com um comportamento que se baseia na valorização de hábitos, costumes e tradições do local, explorando justamente as produções feitas e cultivadas pelo homem em uma sociedade.

Assim como a convenção da UNESCO, a “Carta de Nairobi” (1976) ao ocupar-se das "recomendações relativas à preservação e ao papel contemporâneo das áreas históricas", alertou para os perigos da abordagem e do tratamento puramente comercial dos núcleos históricos e da especulação imobiliária. Já naquela época, a carta definiu o ambiente como o cenário natural ou construído pela ação humana e aconselhou que os núcleos históricos fossem observados no seu conjunto, abarcando a organização espacial e seus arredores, as edificações e seus entornos. Alguns meses depois, a “Carta do Turismo Cultural” (em anexo), elaborada pelo ICOMOS e subscrita por 17 entidades, aprofundou as sugestões da “Carta de Nairobi” apresentando as preocupações dos responsáveis pela gestão e conservação do patrimônio arquitetônico.

A Carta do Turismo Cultural reconhece os efeitos positivos do turismo cultural que, segundo a OMT, “designa uma modalidade de turismo cuja motivação do deslocamento se dá com o objetivo de encontros artísticos, científicos, de formação e de informação”, e em uma visão mais específica “seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações”(BARRETTO, 2000:20). Mas perante os perigos de uma sobrecarga negativa de visitantes, a carta aconselha a uma cooperação mais estreita entre os organismos representativos do turismo, por um lado, e os da proteção do patrimônio, por outro, no sentido de obterem uma integração dos valores culturais nos propósitos sociais e econômicos da planificação dos recursos dos Estados, das regiões e das comunidades locais.

Enquanto o atrativo for uma peça de curiosidade apenas momentânea, ele será imediatamente esquecido após o seu consumo. São assim os produtos massificados: consumidos e esquecidos. A sustentabilidade do atrativo é dada, de outra forma, pela possibilidade de nele se incorporar amplos significados. (MENESES, 2006:22)

Apenas na última década do século XX os responsáveis pelos planos de gestão para o setor começaram a buscar respostas àqueles questionamentos através do enfoque de aspectos como: a necessidade de diversificação da oferta turística, os impactos ambientais e sócio-culturais decorrentes da atividade, o planejamento e gestão participativa, a adequação da infra-estrutura, alternativas para o turismo de massa etc. Como consequência destas ações, há hoje uma tendência para incentivar a presença de um turista referido como viajante que se acredita representar um novo perfil de visitante mais sensível em relação à realidade sócio-ambiental dos lugares visitados. Para Avighi (2000:102), o “viajante de vanguarda busca a realização interior e dá ênfase ao meio ambiente e à compreensão da cultura e da história de outros lugares, quer conhecer povos e se enriquecer culturalmente”.

O acelerado crescimento turístico de determinadas regiões e a necessidade de conservação do patrimônio histórico e natural colocam outras questões-chave para reflexão e envolvem algumas questões práticas a serem enfrentadas com urgência pelos órgãos de preservação e turismo e pela própria sociedade, entre elas: “(1) Quais alternativas de diversificação turística se abrem para uma região fortemente dominada pelo binômio sol e mar? (2) O turismo histórico-cultural é uma estratégia viável e sustentável? (3) O que fazer para que a renda gerada pelo turismo beneficie a preservação do patrimônio?”(MURTA, 2002:139).

Segundo Simão (2002:45-46), “o que se apresenta atualmente como proposta é exatamente o que se entendeu contrariamente por muitos anos: um acervo cultural preservado pode abrir possibilidades econômicas de desenvolvimento e indicar alternativas de sustentabilidade local”. Já para Barretto (2000:77) o:

princípio que vem sendo aplicado ao planejamento do turismo de natureza deve ser aplicado ao planejamento do turismo com base no legado cultural: o da sustentabilidade. Isso implica respeitar a capacidade de carga, conceito também surgido em relação a atrativos naturais.

Simão acredita que “o turismo apresenta-se, hoje, como uma das principais atividades socioeconômicas que se compatibilizam com a presença do patrimônio cultural” (2002: 45) e “para que se tenha turismo cultural é necessário, obviamente, que haja preservação do patrimônio” (PIRES, 2002: VIII).

Contudo, para consolidar-se como economia municipal é necessário um processo de mobilização ampliado e diversificado, visando à disseminação de responsabilidades e possibilidades da abertura ou potencialização de novos negócios e à participação de toda a população para decidirem juntos os caminhos a serem seguidos. O turismo cultural pode ser pensado como uma forma de conseguir verba para a manutenção e recuperação dos lugares e da cultura local. Artesãos, cooperativas de doces e culinária, centros culturais, ONGs, e pequenas empresas compreendem boa parte do universo do comércio e serviço que sustentam o turismo cultural.

Visitar e apreciar heranças culturais de outros povos e de tempos passados faz parte da cultura contemporânea e tem um valor que ultrapassa a simples curiosidade pelo diferente ou pelo exótico (MENESES, 2006). Essa procura nos faz entender melhor o mundo em que vivemos e nos estimula, “nos leva à busca de prazeres nos momentos de ócio que contemplam o entendimento de culturas, de valores históricos, de manifestações da tradição construída, de heranças culturais” (MENESES, 2006:30). A continuidade cultural de um povo permite traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, permitindo que saibamos quem somos e de onde viemos.

O turismo cultural tem por objetivo promover edifícios e conjuntos urbanos, além de ser uma das áreas que propicia uma influência altamente significativa na divulgação dos bens culturais nacionais, exercendo uma importante função social. A comunidade quando toma consciência de seu patrimônio, o valoriza, gerando novos conhecimentos num processo contínuo de enriquecimento individual e coletivo, além de incentivar sua participação por meio de atividades sociais que desenvolvem um processo educativo, que ajuda na compreensão de seus costumes e tradições, valorizando, assim, sua auto-estima (SIMÃO, 2000).

Desta forma, o turismo cultural pode oferecer o conhecimento do patrimônio estendido não só entre os turistas, mas também junto à comunidade residente na cidade, sendo considerado fator de valorização, material e simbólica, de edifícios e lugares.

A reutilização de edificações antigas para moradia e consumo cultural e turístico, sobretudo em áreas centrais ou portuárias, além de viabilizar a conservação das construções históricas ali existentes, tem sido vista como eficaz para promover a revitalização e

valorização imobiliária de bairros inteiros. Barretto (2000) sugere o uso do turismo cultural na transformação de um bem protegido em um bem com utilidade social e viabilidade financeira, e propõe que cidades e prédios históricos, monumentos e manifestações culturais tradicionais sejam tratados de forma responsável como componentes do produto turístico, assim como o turismo seja um estímulo à manutenção da identidade das populações receptoras.

De acordo com as Normas de Quito⁷⁰, é preciso conciliar o progresso urbano com as exigências da salvaguarda do patrimônio cultural e iniciar um processo de valorização dos monumentos e sítios históricos. Os valores naturais ou culturais não se comprometem ao vincularem-se aos interesses turísticos, desde que realizados com planejamento. O aumento do número de visitantes nos centros históricos pode contribuir para ampliar a consciência de sua importância:

Trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares.

A noção de conservação integrada, que marca, desde 1975 por meio da Declaração de Amsterdã⁷¹, a atual política de revitalização de centros antigos na Europa, considera, entre outros itens, que o patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino comuns e pressupõe ações que vão além da recuperação material do conjunto edificado para contemplar aspectos de natureza social, capazes de promover um crescimento urbano com qualidade de vida, manutenção de identidades e referências da comunidade e do lugar.

Contudo, alguns estudiosos do assunto levantam questões sobre o uso do turismo. Murphy (apud BARRETTO, 2000:30) adverte que o crescimento desordenado e a falta de conhecimento sobre os problemas que poderiam acarretar no futuro, próximo ou distante, acabaram provocando danos às vezes irreversíveis ao meio ambiente natural e às culturas. A crítica com relação aos impactos culturais é que o turismo reduz os povos e sua cultura a objetos de consumo, transformando-os em cenários e ocasiona desajustes na sociedade receptora.

⁷⁰ Normas de Quito – Reunião realizada em novembro de 1967 sobre a conservação e manutenção dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – O.E.A. (Organização dos Estados Americanos)

⁷¹ Resultado do ‘Congresso sobre o patrimônio arquitetônico europeu’, realizado em 1975 durante a reunião do Conselho da Europa.

Do cotidiano ao exótico e excêntrico, a diversão está em ver e experienciar. A forma como as pessoas moram, compram, comem, bebem, divertem-se e rezam passa a ser objeto de consumo e compõem um cenário completo para o turismo. No rastro do consumo cultural emergem todos os folclores, as etnias, as artes e artesanatos, as formas de manifestações culturais e uma proliferação de museus temáticos, que vão da moda ao brinquedo, das altas tecnologias de informação à arte sacra etc. (VARGAS, 2006:266)

Mesmo que o turismo cultural seja diferente do turismo de massa, ele está inserido em um mercado competitivo em que o diferencial das destinações é elemento central no processo. Dentro de um aspecto econômico, o turismo é um bem de consumo e as imagens de suas destinações são produtos vendáveis. Dessa forma, muitas vezes a construção do produto turístico cultural provoca impactos no ambiente e pode criar o fenômeno da hiper realidade, ou o simulacro de um determinado espaço. A transformação da cultura em produto implica em muitos riscos e esse perigo será ainda maior se a população local não tiver consciência e não valorizar seu patrimônio. Para tanto é necessário que projetos de revitalização considerem o significado que os moradores atribuem ao patrimônio material e imaterial de forma a não descaracterizá-los. A educação patrimonial (um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo⁷²) e a organização da sociedade civil envolvida são exemplos de ações que visam o planejamento participativo.

Entre os impactos do turismo cultural podemos ressaltar as transformações nas manifestações culturais e a descaracterização do patrimônio por meio de projetos de restauração que não correspondem às características originais do espaço, mas são adequados, por exemplo, aos padrões de beleza da atualidade.

Mas, se para muitos o patrimônio deixa de ser importante por sua significação na história ou na identidade local e passa a ser valioso porque pode ser vendido como atrativo turístico, ao menos ele ainda existe. Segundo Meneses (2006:41) é preciso que haja um objeto do passado para que, através de fontes documentais de variada espécie se busque apreender esse objeto e se possa construir uma interpretação desveladora de acontecimentos, de ações civilizadas e de culturas passadas. Barretto (2000: 32) questiona se, neste mundo globalizado, existe “alguma manifestação humana que não se transforme, de alguma maneira, em um bem de consumo” e coloca que sua transformação em um bem de consumo é preferível ao lento, mas inexorável, processo de destruição dos bens culturais.

⁷² Definição obtida junto ao site <http://www.museuimperial.gov.br/educpat.htm>. Acesso em 11/3/2008.

A criação de pequenos espaços permite a implementação de ações em busca da atração de investimentos e, assim, dinamizar a economia oferecendo ao visitante uma gama variada de cultura em troca de verbas financeiras que irão garantir sua conservação para futuras gerações. Para Murta (2002:135) “o turismo cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação do público visitante”.

5.2. TURISMO CULTURAL EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ANTIGOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS

“somente configurar-se como potencial turístico não lhes dá a primazia de desenvolver o turismo como atividade econômica” (SIMÃO, 2006:67).

Apesar de ter sido efetivada de fato apenas nos projetos de revitalização na última década do século XX, o modelo de gestão descentralizada e participativa que leva em conta as especificidades locais e situa os diversos atores sociais (governo, iniciativa privada, terceiro setor, comunidade local) como sujeitos do planejamento turístico, a idéia de unir os interesses econômicos, através do turismo, à conservação do patrimônio já havia sido pensada no ano de 1968, em São Paulo, quando a atividade do Órgão Nacional de Proteção ao Patrimônio passou a contar com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), criado pela Lei n. 10.247, e subordinado à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (RODRIGUES, 2002: 21).

Mesmo que, nesse meio tempo, os responsáveis pelos órgãos de preservação em algumas cidades com patrimônio histórico-cultural já tenham enxergado no turismo cultural a chance de usar os benefícios da atividade em prol do desenvolvimento econômico local, como em Ouro Preto, Olinda e Salvador, a demora no investimento de uma infra-estrutura mínima necessária de apoio ao turismo⁷³, retardou a aplicação das atividades ligadas ao turismo cultural em grande parte dos centros antigos urbanos degradados para os anos 1990.

⁷³ Somente através do Decreto Lei n°. 55⁷³ é que o País inicia a discussão sobre o planejamento turístico.

A implantação do Programa Monumenta⁷⁴, em 2000, que constituiu o primeiro plano de financiamento com vistas à preservação de patrimônio histórico com amplitude nacional e ação continuada, reforçou a importância do uso do turismo cultural, que já vinha sendo correntemente utilizado nas estratégias de preservação cultural desde a última década do século XX por sua característica simultânea de integrar políticas de proteção ao patrimônio cultural à política econômica e de desenvolvimento. Como promoção turística o programa visa:

Estimular atividades turísticas que vivenciem o conjunto de características e elementos distintivos do patrimônio histórico-cultural e eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura local. A promoção turística pode ser realizada por meio da elaboração de informativos, inventários de oferta turística, roteiros, cartilhas, vídeos, panfletos, boletins, pôsteres e viabilização de canais de comunicação. Fonte: www.monumenta.gov.br – 28/09/07

Em sua primeira etapa, os conjuntos históricos urbanos (cidades que passaram por um processo de abandono econômico, isolamento morfológico ou esquecimento e que, por esta razão, preservaram boa parte de seu patrimônio arquitetônico) incluídos na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO), o programa contemplou entre outras, as cidades de Ouro Preto (MG), Salvador (BA) e São Luís (MA) que vêm justamente utilizando o turismo cultural (ou pelo menos o citam em seus planos de intervenção) como política estratégica de desenvolvimento e preservação.

Também contemplada em uma segunda fase, as políticas relacionadas à preservação no bairro do Recife, PE, chamado de Recife Antigo, tido como exemplo de fração urbana (núcleos urbanos fundadores que passaram por um processo de perda de centralidade por conta da expansão urbana e consolidação de novos centros ativos) procuram usar o turismo cultural em um nível mais regional, além de implantar atividades econômicas no local que dinamizem sua economia. Exemplo que também pode ser observado na estratégia de intervenção do Mercado Ver o Peso em Belém.

As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo também foram beneficiadas pelo Programa Monumenta. Por estarem em outra categoria, a das grandes cidades, que ainda

⁷⁴ O Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural brasileiro executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

mantêm seus centros antigos ativos mesmo com a consolidação de outros centros e com conseqüências deletérias na conservação de seu patrimônio, não utilizam o turismo cultural como política de desenvolvimento, mas se beneficiam da atividade por meio de ocupações culturais capazes de atrair um público variado e constante e do reforço da identidade pelo viés cultural, como são os casos de Rio de Janeiro e São Paulo.

Já os projetos Complexo das Docas em Belém e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza, se encaixam nos exemplos de intervenções que, através do turismo cultural, procuram inserir seus lugares na rota do turismo internacional via projeto de impacto.

Como já mencionado no capítulo anterior, atualmente a estratégia de intervenção do governo federal aponta para a geração e ampliação de espaços de urbanidade para todos nas áreas centrais das regiões metropolitanas do País por meio de ações e modalidades do Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. O programa busca promover o uso e a ocupação democrática dos antigos centros urbanos, incluindo a Capital potiguar como já visto no capítulo anterior, procurando atrair novos moradores, sem deixar de estimular a permanência da população residente, por meio de ações integradas que gerem e sustentem a diversidade funcional e social; a identidade cultural e a vitalidade econômica da área.

Entre os objetivos do programa, que é operado com recursos do Orçamento Geral da União – OGU – através da Caixa Econômica Federal e conta com a gestão do Ministério das Cidades e apoio dos Ministérios da Cultura, Planejamento, Turismo, estão em apoiar Estados, Distrito Federal e municípios na elaboração dos Planos de Reabilitação que visem entre outras coisas, readequar áreas e equipamentos urbanos e estimular o aproveitamento do patrimônio cultural nos espaços centrais por meio de programas e medidas de educação patrimonial e projetos de turismo cultural ⁷⁵.

Em função da atuação do turismo cultural em áreas centrais degradadas e da emergência de novos centros culturais nessas regiões, face a demanda que se insere no contexto atual de consumo cultural, a preocupação em atrair turistas em busca de arte, cultura e patrimônio arquitetônico e histórico têm movimentado o rico mundo do turismo no Brasil e

⁷⁵

Acessado em 28/9/2007. Fonte: www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/reabilitacao_urbanas_centrais.asp

em todo o planeta. De acordo com uma pesquisa feita a pedido do Ministério do Turismo, em 2004, o turismo cultural aparece em terceiro lugar nas preferências das pessoas que viajam pelo Brasil, atrás do turismo de lazer e do ecoturismo.

5.2.1. OURO PRETO, SALVADOR E SÃO LUIS: DESTINOS TURÍSTICOS QUE REMETEM AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL BRASILEIRO

Estando entre os 26 municípios da primeira etapa do Programa Monumenta⁷⁶, as cidades de Ouro Preto (MG), Salvador (BA) e São Luis (MA) são conhecidas por sua representatividade histórica e artística e tem como estratégias de preservação, o turismo cultural.

OURO PRETO

Com uma origem ligada a exploração do ouro, à Inconfidência Mineira e ao movimento pró-Independência do Brasil, a antiga Capital de Minas Gerais foi fundada em 1698 e ainda preserva boa parte do traçado colonial em suas ruas e construções. Mesmo com um rápido e intenso processo de adensamento, o núcleo urbano que se consolidou entre 1730 e 1765 e começou a se estagnar no início do século XIX, deixou peculiaridades e uma riqueza acumulada na arte e na arquitetura, cujos valores alcançam nosso tempo.

A criação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876 amenizaram o processo de estagnação da cidade, mas até as primeiras décadas do século XX, Ouro Preto teve sua população urbana estabilizada e passou a assumir o papel de centro acadêmico e educacional de amplitude nacional (SIMÃO, 2000). Por esta razão o traçado urbano herdado na época do ouro se manteve intacto sendo suficiente para abrigar uma população estável e pelas poucas alterações urbanas realizadas pelo SPHAN na cidade, que se resumiam em restaurações isoladas ainda na idéia de ‘obra de arte’.

Somente na década de 1960, Ouro Preto conseguiu recuperar a população que possuía na época em que era a Capital do Estado e isto se deu por conta dos reflexos da industrialização iniciada em 1934 com a instalação do Eletro-Química Brasileira ao Sul do núcleo original, que se tornaria dezesseis anos mais tarde a Alcan Alumínio do Brasil S/A. Portanto, a preservação do maior conjunto preservado com tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII no Brasil se deu em função de sua estagnação econômica e do distanciamento

⁷⁶ <http://www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=19404&more=1&c=1&pb=1>

dos novos centros urbanos nacionais, assim como pela permanência de grande parte dos serviços públicos e administrativos e pelas residências de classe média baixa.



Figura 55: Vista do centro histórico de Ouro Preto – Fonte: Valéria Ferraz, 2006.

As iniciativas de estudos e propostas de planejamento urbano para Ouro Preto tiveram início em 1970 quando a cidade passou a evidenciar perdas significativas do seu patrimônio cultural. Mas nem o plano elaborado pelo arquiteto português e consultor da UNESCO, Alfredo Evangelista Viana, em 1970, e elaborado pela Fundação João Pinheiro, em 1975, foram aprovados pela municipalidade (SIMÃO, 2006).

Declarada ‘Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade’ pela UNESCO, em 1980, apenas na década de 1990 quando se iniciam os convênios de gestão municipal participativa entre a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o IPHAN, o IEPHAN-MG, a UFOP e o IEF-MG, os projetos de intervenção, arquitetônicos e urbanísticos, propostos por profissionais liberais ou por instituições começaram a sair do papel por meio da análise e supervisão do GAT, o Grupo de Assessoramento Técnico que se formou na mesma época.

Desta forma, as ações passaram a ser pensadas como ‘globais’ e não mais como ‘pontuais’, dando início à mudança no discurso e atuação técnica da administração pública que passou a ver no patrimônio cultural uma forma de exploração econômica como fator de desenvolvimento local. Isto se torna claro no seminário sobre Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas apresentado por Nascimento & Machado & Simão (1995) no Recife em 1995, onde “Ouro Preto passaria a optar pela valorização do seu patrimônio cultural como alavanca para melhorar condições de vida, seja em decorrência da diversificação da sua base de sustentação econômica, seja em decorrência da preservação da qualidade do seu ambiente urbano” (NASCIMENTO, MACHADO & SIMÃO, 1995).

Assim, a estratégia da Prefeitura em consonância com as demais instituições passa a ser uma “proposição de projetos indutores” a fim de “obter um efeito indutor de demonstração do potencial de revitalização urbana e de incremento de atividades de apoio ao turismo” (SIMÃO, 2006:54).

A população atual (cerca de 65.731 habitantes⁷⁷), que já passou por diversas oscilações da oferta de empregos do setor industrial, vem experimentando através do turismo cultural enxergar em seu acervo cultural “uma riqueza inalienável, a partir da qual a comunidade pode dirigir com mais segurança o seu destino” (SIMÃO, 2006:57).

⁷⁷ Dados obtidos do Censo Demográfico do IBGE, em 2000, através do livro de SIMÃO, 2006.



Figura 56: Rua Comercial no centro histórico de Ouro Preto – Fonte: Valéria Ferraz.



Figura 57: Exemplo da transformação nos usos locais para atender às necessidades do turismo cultural em Ouro Preto sem alterar muito as características físicas do conjunto edificado. Fonte: Valéria Ferraz.

SALVADOR

Sendo a primeira cidade fundada no Brasil em 1549 e dotada de uma organização semelhante aos municípios portugueses de Lisboa e do Porto, com caráter defensivo próprio do século XVI, Salvador (ou São Salvador da Baía de Todos os Santos como era chamada antigamente) foi fundada por Thomé de Souza e teve seu núcleo original dividido entre a Cidade Baixa, ao nível do mar com as atividades do porto, e a Cidade Alta, onde se encontra o centro antigo da cidade, também conhecido como Pelourinho.



Figura 58: Pelourinho em Salvador – Fonte: UFRN, 2007.

Conhecido como um lugar para castigar escravos e criminosos durante o período colonial brasileiro, o pelourinho (coluna de pedra) era também o local da sede da Câmara e Cadeia. Com o fim da escravidão, Salvador que já apresentava expressivo acervo artístico e festas afro-religiosas por ser a passagem obrigatória de embarcações de comércio vindas da África, Índia e China, adotou o antigo espaço do pelourinho como nicho de artistas de todos os gêneros, transformando o local em ponto de encontro da cultural popular.

Com a modernização da cidade na década de 1960 através de grandes investimentos realizados pelo poder público nos novos eixos de crescimento da cidade (eixo Iguatemi-CAB: Acesso Norte, rodoviária, Centro Administrativo da Bahia e rótula enlaçando as avenidas Bonocô, ACM, Magalhães Neto e Paralela), novos pólos de negócios surgem na cidade diminuindo a concentração de atividades no antigo centro tradicional contribuindo para seu esvaziamento funcional e para aceleração de sua deterioração. Assim, o Pelourinho passa a

sofrer um processo de degradação transformando o centro histórico em um local de prostituição e marginalidade.

Após o reconhecimento de ‘Patrimônio da Humanidade’ pela UNESCO, em 1980, a Prefeitura Municipal de Salvador cria, em 1988, o Parque Histórico do Pelourinho que delimita uma área prioritária para a realização de obras emergenciais e de reciclagem de alguns edifícios de uso misto, em caráter experimental, orientadas pela Arquiteta Lina Bo Bardi.

A falta de uma legislação específica e de um plano que defina as diretrizes urbanísticas e patrimoniais para o centro histórico deixa os técnicos responsáveis pelo setor sem os fundamentos para poderem orientar adequadamente os projetos e intervenções pretendidas. Contudo, foram convertidos numerosos sobrados em equipamentos comunitários, inclusive com função habitacional, restauradas as principais igrejas e palácios, estabilizadas fachadas e telhados dos imóveis de numerosas ruas, financiados dois grandes hotéis e implantada uma escola de hotelaria.

Arcando com quase 90% dos gastos com a recuperação da área, o Estado da Bahia contou apenas com recursos vindos do IPHAN e do PRODETUR-BNDES/BID. Mesmo com uma política de revitalização fortemente ligada ao turismo cultural, o setor privado não vem demonstrando muito interesse em investir no centro antigo; apenas cederam, na forma de comodato, metade da propriedade beneficiada pelo Estado por um período de 5 a 10 anos ou, em outros casos, renunciaram a uma parte de seu imóvel a título de compensação (LEMOS, 2000). Em consequência dessa política, cerca de 60% das 1.350 unidades imobiliárias reabilitadas no centro histórico estão nas mãos do Estado ou de instituições religiosas. E para piorar, essas medidas ao invés de incentivarem a participação privada a inibem, criando a imagem, muito generalizada, de que proprietários, inquilinos e comerciantes do centro histórico prestam um serviço à cultura e por isso estão isentos de qualquer responsabilidade na manutenção de seus imóveis.

Outro grave problema é a grande ociosidade desses imóveis, cerca de 35% do total. Dentro desse problema estão ruínas, imóveis em reforma e o restante das unidades públicas e privadas à espera de aluguel, por estarem situadas em pavimentos elevados ou de pouca visibilidade comercial. Um dos fatores que agrava esta estatística é a ineficiência da acessibilidade (facilidade de acesso) ao Centro antigo de Salvador por meio do transporte

público coletivo. O resgate de algumas de suas ocupações tradicionais, e a introdução de novas, passa inevitavelmente pela recuperação da acessibilidade. Não se pode imaginar a consolidação da função administrativa municipal, dos serviços (incluindo o turismo) e a fixação de uma população de poder aquisitivo médio sem essa facilidade (LEMOS, 2000).



Figura 59: Exemplo da transformação nos usos locais para atender às necessidades do turismo cultural no Pelourinho em Salvador – Fonte: UFRN, 2007.

Percorridas quase três décadas da criação e implantação de programas de intervenção no centro histórico de Salvador, “o turismo cultural passou de meta principal a função exclusiva da área, exigindo o afastamento de outras atividades e moradores” (LEMOS, 2000). O Projeto Pelourinho tem efeitos econômicos em toda a cidade, mas seus benefícios não retornam necessariamente ao centro histórico, mas ficam em grande parte com a rede hoteleira e com as empresas de viagem, que não pagam nenhuma taxa especificamente de turismo. É evidente a importância dessa atividade no mundo contemporâneo e o papel que o turismo teve na alavancagem na revitalização do Pelourinho, mas não se pode imaginar que apenas o turismo possa ocupar e sustentar uma área tão extensa como o centro histórico de Salvador onde se situam 2.982 imóveis.

SÃO LUIS

Mesmo com o surgimento de um tímido povoado luso-espanhol em 1531, os franceses dominaram a cidade e a fundaram em 1612. Apesar da retomada dos portugueses em 1615, a capital ludovicense ainda sofre a invasão dos holandeses, que a colonizaram até 1644, quando por fim, foram expulsos, voltando ao domínio português.

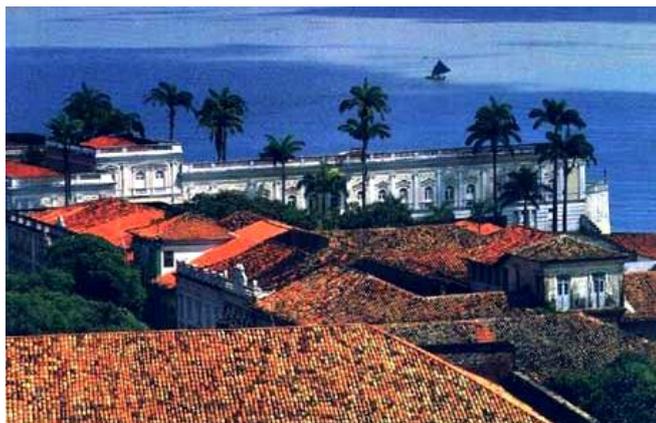


Figura 60: Centro histórico de São Luis – Fonte: <http://www.gobrasil.net/images/MA-saoluis01-460.jpg>

O Centro antigo de São Luis foi objeto de tombamento pelo IPHAN em 1955⁷⁸ e está inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Com aproximadamente cinco mil imóveis tombados pelos poderes federal e estadual, o Centro antigo de São Luis reúne conjuntos homogêneos da arquitetura civil colonial brasileira remanescente dos séculos XVII, XVIII e XIX e mantêm o traçado urbano original que se deu por meio de um arruamento orientado pelos pontos cardeais “que favoreceu a insolação e ventilação uniformes de todas as edificações, cujas fachadas apresentam ritmo regular e simétrico da envasadura, ocupando toda a testada principal do lote sem recuos frontais nem laterais” (SANTO, 2006:160).

As conseqüências do terremoto ocorrido em Lisboa, em 1755, propiciaram a construção de edifícios imponentes em São Luis. A recuperação física da Capital lusitana se deu em meio a um plano de reconstrução que previu a industrialização de alguns elementos arquitetônicos como medida para agilizar as obras. Vinda de Lisboa boa parte das pedras utilizadas na construção civil, entre elas a lavra de pedra de lioz ou pedra calcária como é conhecida em São Luis, como lastro dos navios, a pedra de cantaria passou a fazer parte do acervo patrimonial da cidade “na forma de calçamento e meio-fio, portarias, parapeitos,

⁷⁸ <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=281>

arremates e lajes de sacada” (SANTO, 2006:160). É nesta época também que os primeiros lotes de azulejaria portuguesa chegam a Capital ludovicense para serem empregados nos novos edifícios.



Figura 61: Centro Histórico de São Luis –
http://www.bergbrandt.com.br/v1/imagens/img_fotosmaranhao_007_big.jpg

A perda da atividade agroexportadora e a estagnação do crescimento das atividades fabris fizeram com que, nas décadas de 1930 e 1940, houvesse um declínio econômico no Estado do Maranhão. Mas assim, como em boa parte das capitais brasileiras, os reflexos dessa estagnação repercutiram na expansão urbana espacial da cidade dando início à desvalorização da área central, que foi aos poucos sendo ocupada por população de renda mais baixa. A ausência de investimentos urbanísticos tanto pelo poder público quanto pelo poder privado e a falta de recursos econômicos para substituir os antigos casarios coloniais pela nova arquitetura que despontava na época (o Modernismo), fizeram com que grande parte do acervo arquitetural se mantivesse preservado.

Já na década de 1960, quando o País começa a sentir de fato os reflexos da industrialização iniciada nas primeiras décadas do século XX no Sudeste, os investimentos em São Luis desencadeiam, entre outros fatores, a lenta substituição da função residencial do centro antigo pelo comércio e serviço. Contudo, devido ao grande número de imóveis,

atualmente o uso residencial ainda ocupa uma parte significativa do centro antigo da cidade junto com uma ampla rede educacional e de saúde (SANTO, 2000). Porém, a maioria dos 1.369 imóveis que passaram a fazer parte, desde 1997, da listagem do Patrimônio Mundial da UNESCO, se encontra fechada e sem uso.

Desde 1940 há uma preocupação com a conservação do acervo arquitetônico de São Luis. No início, as ações foram pontuais com sucessivos tombamentos em nível federal, já na década de 1960 com as primeiras obras modernistas no centro antigo, surge a preocupação com as reformas urbanísticas. E é nessa época que são preparados relatórios mostrando esta inquietação. O primeiro é de 1966, elaborado pelo arquiteto francês Michel Parent, que já havia estado no Brasil para a criação do relatório sobre o Pelourinho. Em 1973, no mesmo ano em que foi chamado para gerar um documento sobre a preservação para Ouro Preto, o arquiteto português Alfredo Viana de Lima elaborou também um plano de preservação para São Luis e Alcântara. A passagem de poder de algumas decisões do Estado para o IPHAN e a criação de um Plano Diretor de São Luis estavam entre as recomendações.

Implantado desde 1979, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico, mais conhecido como Projeto Reviver, atuando em conjunto com ações pontuais da Prefeitura, vem conseguindo se manter após sucessivas eleições. O projeto é considerado como parte dos princípios da conservação integrada, que “engloba um conjunto de instrumentos de planejamento e ações de gestão direcionadas para áreas urbanas existentes, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável por meio da manutenção de suas estruturas físicas e sociais, devidamente integrada com novos usos e funções” (SANTO, 2000:174).

O processo é gradual, programado no entendimento e na articulação da vida e dos valores da comunidade urbana, com atividades direcionadas para uma ação real e formuladas com base em ações viáveis e possíveis de serem executadas. A partir de 1997, por meio da Secretaria Municipal do Turismo, a Prefeitura implanta atividades de formação patrimonial nas escolas da rede pública de primeiro grau, e, em 1999, o Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município propôs o monitoramento do sítio histórico fiscalizado pelo Plano Municipal de Gestão do Centro Histórico de São Luis, criado em 1998.

A manutenção das peculiaridades patrimoniais de uma cidade passa a ser um dos fatores básicos para garantir a sustentabilidade do processo econômico, e são justamente estas particularidades do acervo construído que podem reduzir a fragilidade da comunidade no que diz respeito a estrutura urbana e a economia. Os princípios da conservação integrada implantados, de forma experimental em 2001 pela Prefeitura, deveriam passar por algumas etapas, entre elas: análise e avaliação, proposições e sugestões, negociação e implementação, e monitoramento e controle.



Figura 62: Exemplo de fachadas com azulejos no Centro histórico de São Luis – Fonte: <http://www.guiasaoluis.com.br/>

Contudo, o processo de gestão do patrimônio de São Luis através da conservação integrada não foi implantado como um todo, e a atual proposta municipal de gestão visa acentuar a presença da Prefeitura, que vem participando do programa desde 1940, e entende que sua contribuição para o desenvolvimento e reabilitação do centro histórico da cidade se dá no reconhecimento de “seu potencial econômico, cultural e turístico, buscando propiciar maior legitimidade e sustentabilidade ao processo, por meio da integração dos diferentes agentes preservacionistas, sejam eles federais, estaduais, municipais ou da iniciativa privada” (SANTO, 2000:185).

5.2.2. RECIFE ANTIGO: TRÊS PÓLOS DENTRO DO BAIRRO DO RECIFE

O Bairro do Recife, o chamado Recife Antigo, é o embrião da cidade e conserva um significado conjunto arquitetônico de valor artístico, cultural e histórico. Em uma época marcada por uma administração pública que adotava uma postura de apoio às causas populares, o desenvolvimento de um inventário culminou na elaboração do primeiro plano de revitalização para o Bairro do Recife em meados dos anos 1980, e na criação de um escritório técnico de apoio (chamado de Escritório de Revitalização do Bairro do Recife).



Figura 63: Exemplo de estabelecimentos comerciais ligados ao turismo e ao entretenimento no Recife Antigo –
Fonte: www.meurecife.com.br/frames

Já na década de 1990 o governo, com a intenção de elaborar um programa de transformação estrutural da economia estadual, acaba “incorporando o turismo como parte da estratégia de desenvolvimento econômico e solicita um novo plano de revitalização com a finalidade de aumentar a oferta de serviços de interesse turístico na cidade” (BOTLER; PEREIRA; JUREMA, 1995:36). As alterações nas dinâmicas das administrações públicas e políticas acabariam fazendo com que as responsabilidades do projeto para o bairro recaíssem sobre a Prefeitura, mantendo um diálogo com o governo estadual e incluindo recursos destinados à promoção do desenvolvimento dos pólos turísticos através do setor privado.

Desta forma, houve a reformulação do Plano Diretor com a opção de, através de atividades ligadas a cultura e ao lazer, estabelecer os pólos de interesse para o bairro.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PBR), que identifica a necessidade de mudança de uso do solo com a introdução de novas atividades, foi apresentado como uma das propostas para o Programa Integrado de desenvolvimento do Turismo no Nordeste com recursos do BID. Tendo na criação de pólos, a base do projeto, a ilha do Recife foi dividida em sub-setores, ou sub-centros.

No primeiro pólo, denominado setor de consolidação, foi estabelecido que o processo atual de utilização do solo precisaria ser mantido junto com a conservação de suas edificações. O segundo pólo, chamado de setor de revitalização – local com a maior concentração de imóveis de valor patrimonial –, deveria passar por processos que visassem melhorar as condições de uso e a qualidade ambiental da área além de intensificar o grau de utilização das edificações. Já no pólo ou setor de renovação – área ocupada por armazéns e galpões em função do porto –, foi permitido um aumento da densidade de ocupação no sentido de estimular novas construções, inclusive as de grande impacto (ZANCHETTI, 1995).

O modelo que incorpora o capital privado como meta de gestão é aplicado no bairro e os pólos de Bom Jesus e Alfândega (entendidos como detentores de conjuntos arquitetônicos originais) são os primeiros a usufruir deste modelo, na época ainda novo.

O pólo Pilar, o de desenvolvimento da proposta de renovação urbana com novos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação (adensamento através de novos empreendimentos), constitui a região mais degradada, pois tem uma concentração de atividades industriais e portuárias.



Figura 64: Exemplo de estabelecimentos comerciais ligados ao turismo e ao entretenimento dentro do setor de revitalização. Fonte: www.meurecife.com.br/frames

Apesar de encontrar conflitos de interesse devido ao fato de o bairro do Recife abrigar um setor portuário, que normalmente é visto como incompatível com projetos de revitalização em virtude de suas necessidades viárias para a mobilidade de cargas, a inserção do PBR é considerada um sucesso, face aos efeitos multiplicadores que o processo de implantação vem gerando. Silva (2002) considera o Plano de Revitalização do Bairro do Recife Antigo emblemático, pois assume o caráter das intervenções urbanas no Brasil, “que se concentram prioritariamente na recuperação do patrimônio edificado e na revitalização comercial e cultural dos bairros históricos” e afirma que “as atividades que deram a partida e consolidaram a Revitalização do Bairro do Recife foram aquelas de animação cultural e lazer”. Porém alerta que apenas estas ocupações não garantem a continuidade e manutenção do processo de revitalização, pois usos comerciais somados aos residenciais e aos serviços modernos é que podem dar vitalidade ao lugar.

5.2.3. BELÉM – MERCADO VER O PESO E COMPLEXO DAS DOCAS: A VISIBILIDADE PARA O RIO COMO PONTO DE PARTIDA PARA AS INTERVENÇÕES

O Rio Guamá, afluente do Rio Pará, por sua vez afluente do Rio Amazonas, foi desde a fundação de Belém, em 1616, o “elemento norteador da sua localização e posteriormente da sua expansão” (LIMA & TEIXEIRA, 2006:190). Os bairros Cidade Velha e Campina (ou Comércio) correspondem ao núcleo fundador da cidade e detêm os equipamentos públicos, instituições e o comércio varejista mais dinâmico do município, além de concentrarem o maior número de exemplares arquitetônicos monumentais remanescentes do século XVIII e XIX.

Os projetos de intervenção estão localizados na faixa ribeirinha do encontro dos dois bairros acima descritos e compreendem o Complexo Estação das Docas, resultado da reutilização de armazéns do porto original, e a Revitalização do Complexo do ‘Ver-o-Peso’, que consiste em uma série de intervenções na Feira do ‘Ver-o-Peso’ e nos mercados ali situados, visando a melhoria das condições de higiene e funcionamento da área.

Os dois projetos estão localizados no centro histórico de Belém (CHB), assim denominado pela Lei do Plano Diretor do município. A região detém dezesseis dos 23 imóveis tombados pelo governo federal na cidade, entre eles o Mercado Ver-o-Peso, onde funciona a feira considerada como principal posto de abastecimento alimentar da Região Metropolitana, representando assim um forte elemento na dinâmica do lugar. Os peixes, trazidos pelos barcos do Interior do Estado, são vendidos ao ar livre e comercializados no Mercado de Ferro e no Mercado Bolonha. Para Vargas & Castilho (2006:269) “ele é um museu vivo de práticas culturais e perpetua o ser amazônico por meio do colorido dos barcos, das manifestações religiosas e da preservação do patrimônio ambiental urbano”.

Tendo seus armazéns construídos nas instalações próximas ao porto, Belém, assim como grande parte das cidades brasileiras ao longo de seu desenvolvimento urbano no século XX, virou as costas para o rio. O porto, construído para exportar a produção da borracha, foi perdendo gradativamente sua importância e foi aos poucos passando por um processo de desocupação devido a sua obsolescência e a falta de modernização. As instalações do Porto de

Belém, originais do início do século XX, estão situadas na extensão da feira, no Boulevard Castilhos França.



Figuras 65: Mercado Ver-o-Peso em Belém - Fonte: <http://www.viagensmaneiras.com/viagens/belem.htm>

Apenas com a aprovação do Plano Diretor do Município de Belém em 1993, é que há uma retomada da apropriação da orla da cidade como identidade ribeirinha do belenense. O plano visava, acima de tudo, que a orla do município fosse “contemplada com projetos de desenvolvimento voltados para o aproveitamento turístico, denominados de janelas para o Rio Guamá e para a Bahia do Guajará” (LIMA & TEIXEIRA, 2006:194). A idéia de valorização do espaço também previa instrumentos urbanos que pudessem dar sustentabilidade ao projeto, entre eles zoneamentos especiais; imposto territorial urbano, progressivo no tempo em terrenos subutilizados; operações urbanas etc.

Como a exportação do látex não tinha um local apropriado, ela se deu por muito tempo em Belém de forma improvisada. O porto de Belém teve sua construção tardia e contou com materiais e ajuda financeira estrangeiros. Mas como o fim da construção do porto (1912) quase que coincidiu com o término do ciclo da borracha, o porto e o Estado iniciariam um longo período de estagnação econômica.

Sem grandes investimentos por parte do governo e de capitais estrangeiros, nas últimas décadas do século XX o Estado incrementou novas atividades na região como formas de desenvolvimento, principalmente ligadas ao setor terciário, entre elas o comércio, a prestação de serviços e o turismo. Como boa parte dos quinze armazéns franceses, a companhia portuária disponibilizou três desses para a revitalização do que seria a nova

estratégia do governo em meados dos anos 1990, o crescimento econômico através da substituição do extrativismo pelo turismo.

O Complexo Estação das Docas se trata de um conjunto turístico e cultural e é um dos mais representativos exemplos do conceito contemporâneo de recuperação de orlas e frentes d'água urbanas. É comparado ao Puerto Madero em Buenos Aires, uma vez que foram abordadas questões como “o incremento turístico, o reaproveitamento de velhas estruturas portuárias, auxílio na revitalização de áreas centrais e a reabertura das cidades para o mar ou para o rio” (LIMA & TEIXEIRA, 2006:195).



Figura 66: Complexo das Docas em Belém - Fonte: <http://www.brasilviagem.com/pontur/?CodAtr=3101>



Figura 67: Complexo das Docas em Belém - Fonte: http://www.abn.com.br/fotosbelem/abn_docas7.jpg

O projeto consiste na reutilização de armazéns do porto para abrigar atrações de lazer voltadas ao teatro com espaço para feiras, um terminal para barcos de passeio turísticos pela baía, um anfiteatro para apresentação de dança e conjuntos musicais, e acima de tudo para a gastronomia. Mas mesmo com a instalação de restaurantes diversificados como principal atividade e a prioridade do passeio dos pedestres na via interna do cais, o Complexo Estação das Docas, que foi tombado pelo governo estadual como patrimônio histórico-arquitetônico e cultural do Estado do Pará em 2000, ainda não consegue se auto-sustentar e o governo tem

que injetar recursos financeiros todo mês para manter o funcionamento do conjunto (LIMA & TEIXEIRA, 2006).

Já o Complexo “Ver-o-Peso” envolve vários estabelecimentos. O complexo trata de uma feira, de um mercado, de lojas e das docas que estão articulados a valores culturais, imagens e significados importantes para a população. Com uma gama variada de produtos, frutas, pescados, carnes, artesanatos em geral, ervas típicas da Amazônia, e possuidor de uma das grandes expressões da arquitetura de ferro no Brasil, o conjunto arquitetônico do complexo – uma das grandes expressões da arquitetura de ferro no Brasil – “conta com um projeto para se tornar patrimônio da humanidade pela UNESCO (LIMA & TEIXEIRA, 2006:209).

Contudo a falta de ordenação, de condições de higiene e de manutenção do complexo acabou por comprometer as edificações históricas, agravada ainda mais pela ausência de políticas públicas. Em 1998, a Prefeitura convocou através de um concurso nacional, projetos arquitetônicos associados ao paisagismo e ao urbanismo com enfoque no turismo. As metas do projeto tinham que atender a manutenção das atividades originais da feira e dos mercados, a valorização das construções históricas e melhoramento da acessibilidade ao conjunto, tanto pelo turista quanto pela população local e ribeirinha; além de recuperar a contemplação da paisagem e promover a apropriação pública do espaço em horários não-comerciais.

Elaborado por um escritório carioca⁷⁹, o projeto vencedor, mesmo atendendo a quase todas as restrições estabelecidas pela Prefeitura, sofreu diversas alterações devido ao alto índice de chuvas e vento na região. Entre as obras, que estão sendo elaboradas desde 2001, destacam-se: a substituição das antigas barracas de madeira por novas – de estrutura metálica e cobertas com lona tencionada –, numa altura que não ultrapassasse o topo das bandeiras do Mercado de Ferro; a retirada das placas e toldos que cobriam as fachadas do Mercado de Ferro; a restauração da edificação Solar da Beira; a implantação de um estacionamento; a ampliação do horário de atendimento (períodos diurno e noturno) e o deslocamento de ambulantes.

⁷⁹ Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo.

Enquanto o projeto de revitalização ‘Ver-o-Peso’ procurou dar continuidade ao uso existente e prioridade à população que o frequenta; a proposta do Complexo das Docas se voltou essencialmente para o turista. Para Vargas & Castilho (2006) não há dúvida de que os projetos têm contribuído para o turismo na cidade, para a preservação de imóveis históricos importantes e, no caso do ‘Ver-o-Peso’, para a manutenção de valores culturais e costumes da região. Porém, é preciso lembrar que a cidade ainda não possui um fluxo turístico que dê sustentabilidade econômica a programas voltados exclusivamente a esse fim, o que pode acarretar em um futuro na inviabilização do investimento. De qualquer forma, os dois projetos têm forte posição na formação da identidade local independentemente de se tornarem espaços de uso efetivo.

5.2.4. RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO: BOEMIA, CULTURA E NEGÓCIOS IMPULSIONAM O TURISMO CULTURAL NOS CENTROS ANTIGOS DAS MAIORES CIDADES BRASILEIRAS

Com seus antigos centros urbanos ainda ativos, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são exemplos nacionais que usufruem o dinamismo do turismo cultural através de atividades ligadas ao lazer e aos negócios, reafirmando a identidade por meio do viés cultural.

RIO DE JANEIRO

Com uma história de mais de quatro séculos, o centro histórico da cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu desde o século XVI até o século XX. As intervenções ocorridas no local até a década de 1970 provocaram intensas alterações em seu sítio original, acarretando mudanças físicas importantes, entre elas: desmonte de morros, aterros, aqueduto, abertura de vias, construção de avenidas etc. Mas apenas após uma considerável destruição do casario da região é que se iniciaram, na década de 1980, os projetos de preservação, requalificação e revitalização da área central do Rio de Janeiro, que corresponde aos bairros: Lapa, Fátima e Cruz Vermelha.

Com uma concentração variada de funções, o Centro antigo carioca mantém atividades de centro comercial, administrativo, bancário-financeiro, artístico-cultural e de informações, e em seu entorno imediato se localizam pequenos comércios e residências, e é cercado por morros e favelas e áreas de classes média e baixa. Dentre os bairros que compõem o centro antigo, a Lapa se destaca, pois adquiriu historicamente ‘valores socioespaciais distintos’ que se modificaram em vários períodos quanto ao seu uso, passando de lugar de moradia a lugar da boemia. Sendo considerado hoje um dos *points* da cultura e da noite carioca, na visão de Vaz & Silveira (2006: 92) “a cultura, nas suas diferentes manifestações, tornou-se, recentemente, um importante elemento impulsionador das políticas, dos planos e projetos urbanos”.

A localização privilegiada, junto à Área Central de Negócios, de fácil alcance tanto pelos bairros da Zona Norte como da Zona Sul, favorece a ampla acessibilidade a região da Lapa, que, mesmo tida como periferia do Centro, abriga em seus prédios históricos uma diversidade de atividades, cultura e lazer e é considerada um ‘lugar’ que se mantém vivo no ‘imaginário urbano’ carioca.

Os planos foram viabilizados por intermédio de parceria entre o poder público, a iniciativa privada, a comunidade local, as instituições acadêmicas e outras entidades da sociedade civil. Entre os projetos de revitalização, que se iniciaram no final da década de 1970 estão o Corredor Cultural, cuja aprovação se deu em 1984 impondo como uma das bases de uma nova política cultural para a Cidade do Rio de Janeiro, fundamentada em um processo de recuperação de formas pretéritas.

De acordo com Colombiano (2004) o Projeto Corredor Cultural tem por objetivo, através do resgate e valorização de antigas formas, ”transformá-las em espaços plurifuncionais e, conseqüentemente, criar novas centralidades que possam atrair um grande número de visitantes tendo como principal a função cultural e toda a sua diversidade, distribuída de forma contínua”.

Por meio do poder municipal, o projeto iniciou um movimento que alterou significativamente os processos de revitalização, pois considerava trechos inteiros como objetos de preservação em vez de monumentos isolados; o Projeto Quadra Cultural da Lapa, poder estadual, que assume a vocação cultural do bairro onde foram pensadas ações de

recuperação urbanística e os imóveis que deveriam ser destinados a atividades culturais e residenciais; e o Projeto Distrito Cultural da Lapa, que trataria da “destinação de imóveis próprios estaduais, não afetados ao uso comum do povo ou ao uso especial e alocados ao poder executivo estadual ou pertencentes a entidades vinculadas, para atividades culturais e outras correlatas” (VAZ & SILVEIRA, 2006: 83). Este projeto reafirmava o patrimônio arquitetônico e cultural da área como aspecto expressivo para promover a sua revitalização e ressalta-se que a sua diversidade cultural estaria nitidamente relacionada com seu patrimônio arquitetônico, marco histórico da cidade do Rio de Janeiro.

As ações, iniciadas em junho de 1999, estavam previstas para acarretar um programa de desenvolvimento econômico e social, por meio do turismo cultural que seria possibilitado pela diversidade cultural e pelo caráter histórico da área. Portanto, as várias atividades oferecidas pela Lapa nas suas casas de cultura, bares, restaurantes tradicionais, antiquários e hotelaria funcionariam como roteiro de opções ao potencial visitante. O incentivo ao turismo cultural previa a criação de um calendário cultural, a integração de comunidade acadêmica, recuperação da história do bairro, um ônibus da cultura, que deveria percorrer um roteiro cultural, atendendo aos moradores e aos usuários interessados em conhecer o Projeto Distrito Cultural da Lapa. Assim, além dos usos tradicionais do local (moradia, comércio e indústria), uma nova diversidade de estabelecimentos foi surgindo e/ou se renovando: grupos de teatro, de dança, clubes recreativos, lojas e restaurantes naturais, ou antiquários que à noite transformam-se em bares e restaurantes. Essa multiplicidade de atividades e usuários potencializou a vitalidade do lugar.

O turismo cultural tem um papel de destaque nos novos usos da área central carioca, cuja dinâmica se dá com a convergência de fluxos diversos propiciados pelos incrementos dos roteiros culturais, tendo como principais atividades os espetáculos teatrais, as exposições, os eventos, restaurantes e bares, além da visita ao patrimônio cultural, o qual está representado por museus, monumentos e sítios históricos. Neste contexto, o turismo cultural na cidade do Rio de Janeiro caracteriza-se por estar situado em áreas urbanas dotadas de infra-estrutura turística onde se concentram os atrativos culturais oferecidos ao turista, permitindo observar a concentração de bens pertencentes ao patrimônio histórico, assim como a monumentalidade expressa através das edificações. Mas de maneira geral, “o turismo cultural não é o principal elemento motivador do fluxo turístico na cidade do Rio de Janeiro, pelo contrário, ele atua na

complementação dos roteiros turísticos que enfatizam os atrativos naturais, principalmente praias e os mirantes do Corcovado e do Pão de Açúcar” (COLOMBIANO, 2004).



Figura 68: Exemplo de um show perto dos Arcos da Lapa – Fonte: http://www.anunciotemporada.com.br/upload/622_622_11_301%5B2%5D.jpg

Apesar de não ter atingido ainda os padrões europeus do turismo cultural, permanecendo em um pequeno segmento do também chamado turismo alternativo, observa-se no Rio de Janeiro o aumento na procura por atrativos culturais, resultado de políticas públicas e divulgação na mídia.

O território cultural passou a gerar uma colonização do espaço circundante por meio de uma programação do ambiente sociocultural reinante no equipamento gerador ou uma sinergia deste com o local, surgindo novas formas de sociabilidade, já que “os equipamentos culturais demandam serviços e tendem a definir uma espacialidade que lhes assegura uma irradiação sobre sua vizinhança” (VAZ e SILVEIRA, 2006:94).

Desta forma, nasceram também os distritos culturais que entendem a cultura como princípio organizador do projeto, da gestão e do modo de vida local. Este distrito compreende uma área espacialmente distinta e limitada que contém alta concentração de ofertas culturais. Houve uma regeneração cultural desencadeada, entre outras coisas, por uma continuidade da atividade profissional de uma mesma equipe ajudando no sucesso do projeto, além da

publicação de um manual de diretrizes e normas para construção ou reforma na área, de acordo com os critérios de competição histórica.

Os projetos da Lapa foram fundamentais para estancar o processo de degradação e para alimentar a dinâmica da região, embasada na cultura. Assim como em outras cidades brasileiras, graças ao desinteresse do mercado imobiliário pela área, parte das destruições urbanas foi contida. Mas a Capital carioca ainda contou com outros programas na década de 1990 que buscaram elevar a participação dos cariocas nas atividades culturais na área central. Entre eles se destacam: Fins de Semana no Centro e Conhecendo o Rio a Pé. No fluir dos acontecimentos, novos centros culturais foram surgindo em razão da lógica de preservação imbuída no ideário social criado pelas políticas públicas de valorização da área central e pela divulgação de roteiros alternativos nas agências de turismo. Nessas condições, as políticas públicas implementadas associadas à ampliação do turismo cultural formam territorialidades nos lugares culturais, alterando as dinâmicas do espaço geográfico em análise, o que propicia a formação de novos atores no cenário turístico carioca, assim como confere à paisagem urbana uma fisionomia diferenciada (COLOMBIANO, 2004).

SÃO PAULO

Apesar das sucessivas transferências do centro econômico financeiro para outros locais da cidade, o núcleo considerado histórico (que é formado pelos distritos da Sé, República, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista, Consolação e Santa Cecília) mantém atividades tradicionais capazes de promover um intenso fluxo de pessoas (aproximadamente 2 milhões). O Projeto Corredor Cultural, concebido em 2001 e iniciado em 2002, insere-se no empenho da revalorização do centro histórico de São Paulo e constitui um plano de ações que “visa à requalificação do sistema de espaços públicos entendidos como ruas, passeios e praças, segundo um conceito de projeto integral” (PINTO & GALVANESE, 2006:108).

Além dos equipamentos de cultura, estão inseridos no território de intervenção⁸⁰, alguns marcos da cidade que caracterizam uma forte referência histórica para os paulistanos e marcam a boa localização do Centro. O Corredor, servido de uma completa rede de

⁸⁰ Apesar do Centro de São Paulo abranger uma extensa área formada por dez distritos ou bairros (Sé, República, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista, Consolação e Santa Cecília), o projeto Corredor Cultural abrange apenas uma parte dos bairros República e Sé.

transportes públicos, conta com uma acessibilidade diversificada que garante à região um intenso fluxo turístico-cultural. Mesmo enfrentando um problema que parece ser comum em centros urbanos brasileiros, a falta de estacionamento, o centro antigo de São Paulo consegue atrair um grande número de visitantes. Isto pode ser percebido pela quantidade de roteiros turísticos e de empresas que realizam estes passeios. De acordo com a Associação Viva o Centro⁸¹ existem quinze empresas ou receptivos que oferecem visitas monitoradas ao Centro com mais de treze roteiros a escolher, entre eles: Pátio do Colégio, Largo de São Bento, Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, estação da Luz etc.

Os recursos financeiros do projeto vieram do BID e da Prefeitura da cidade de São Paulo aliados à Operação Urbana, um instrumento de caráter urbanístico que outorga direitos adicionais de construção ou novos usos a uma determinada área urbana, que autoriza:

o poder público municipal a conceder índices e parâmetros urbanísticos adicionais à legislação ordinária de uso e ocupação do solo, em troca de contrapartida financeira a ser paga pelo interessado para realização de infra-estrutura urbana no interior do perímetro da respectiva Operação. Portanto, ela é um instrumento que lida com a lógica de mercado. Só se viabiliza onde há interesse imobiliário com demanda acima dos limites estabelecidos pela legislação urbanística ordinária. Cada operação Urbana necessita de autorização legislativa – lei – específica aprovada no Legislativo municipal, a qual descreve o perímetro da Operação, confere direitos e responsabilidades às partes envolvidas, define os critérios de financiamento da Operação e estabelece um programa de intervenções e obras que serão custeadas com as contrapartidas (PINTO & GALVANESE, 2006:114-115).

O objetivo do Projeto Corredor Cultural era valorizar a qualidade do projeto de desenho urbano e o senso de aproveitamento das oportunidades dadas pela dinâmica preexistente. Pretendia-se estabelecer um avanço em relação à conquista de mais espaço, com diferencial de qualidade, para o pedestre. Houve uma valorização do passeio público e na configuração do contínuo de espaços públicos abertos, onde a rua exerce um fator de articulação do conjunto urbano capaz de aproveitar o potencial transformador dos pólos de renovação.

As atividades urbanas relacionadas com seus fluxos de rua têm uma sinergia a ser explorada e desenvolvida pela ação de reurbanização. Desta forma:

partiu-se do critério urbanístico de que o desenho seqüencial do chão dos espaços públicos abertos atuam como um sistema indutor das características do ambiente urbano, devendo potencializar a dinâmica das atividades que se dão dentro dos lotes e

⁸¹ www.vivaocentro.org.br

edificações, ou seja, a recuperação de espaços fechados em lotes isolados tem um efeito urbanístico limitado se não vier acompanhada de uma recuperação simultânea da função estruturadora da rua (PINTO & GALVANESE, 2006:116).

Sendo assim, os responsáveis pelo Projeto Corredor Cultural entenderam que não bastava uma simples reforma física das vias e calçadas, havia a necessidade de conceber a malha dos espaços públicos abertos ‘como uma rede de articulação de fluxos’.

Como em várias cidades do Brasil, São Paulo alimenta a cultura política de que é preciso sempre o máximo de espaço para a circulação viária, mesmo sem levar em conta as especificidades de cada lugar. Desta forma, aprovar propostas de desenho urbano que envolva a ampliação do passeio público com diminuição do leito carroçável não é uma tarefa fácil. Como o desafio do Projeto Corredor Cultural era justamente o de conquistar mais área para o pedestre, o corpo de profissionais que elaborou o projeto partiu da premissa urbanística de que “caminhar é a forma fundamental de configuração dos fluxos de vitalidade internos a um dado conjunto urbano que se pretende requalificar” (PINTO & GALVANESE, 2006:117). Adotando então a valorização (espacial, funcional e estética) do passeio público, o fio condutor do plano foi priorizar a soberania do transeunte, sem, no entanto, esquecer dos automóveis e transporte público.

O projeto então teve em sua formulação original a proposta de um rearranjo dos itinerários dos ônibus na região do Centro, a eliminação de vagas de estacionamentos de automóveis junto ao meio-fio em algumas ruas, a implantação de uma garagem subterrânea, a criação de calçadas restringindo a passagem de carros autorizados apenas no período diurno com a presença de postos policiais etc. Baseado na integração modal, o plano introduziu uma estratégia alternativa de acessibilidade e mobilidade, na tentativa de articular trajetos percorridos por veículos, transporte público (ônibus/metrô/trem) e a pé.



Figura 69: Praça do Patriarca no centro antigo de São Paulo - Fonte: http://www.memorial.sp.gov.br/revistaNossaAmerica/24/imagens/24-mestre_das_formas4.jpg

A requalificação do Centro também contou com um projeto de valorização da Praça do Patriarca. A partir de uma marquise metálica composta por linhas arquitetônicas diferentes das existentes no local, dando uma nova cara ao Centro, a idéia era aproximar o eixo de ligação entre centro velho e centro novo concedendo uma nova permeabilidade visual. Desta forma, a intervenção, que contou também com a transferência da Prefeitura Municipal de São Paulo para um dos edifícios históricos da praça, ao incidir em um local que passaria a receber grandes fluxos articulando várias dinâmicas, viria também a interferir na ocupação de seu entorno e na reabilitação de outros imóveis importantes ao seu redor.

Como era de se esperar, houve uma forte pressão por parte dos técnicos em trânsito e nem todas as propostas que envolviam a diminuição do leito carroçável foram aceitas. Após a reformulação do projeto é possível dizer que houve um ganho de partido urbanístico no centro antigo de São Paulo.

Segundo Pinto & Galvanese (2006:124) isto se deu por três motivos. Em primeiro lugar porque houve uma interferência na configuração do contínuo de espaços públicos abertos, “na função da rua como grande fator de articulação do conjunto urbano capaz de aproveitar o potencial transformador pos pólos de renovação, que se implantam em imóveis individuais”. Em segundo lugar por conta da superação da idéia de que apenas a melhoria do ambiente físico geraria automaticamente uma requalificação, mas a aceitação de que as

atividades urbanas e seus fluxos de rua são como uma energia que deve ser explorada e desenvolvida pela ação da reurbanização. E por fim, por causa da escolha do traçado do Corredor Cultural, que levou em consideração as dinâmicas existentes da área central como um todo e como um território de mistura de funções urbanas.

5.2.5. DRAGÃO DO MAR EM FORTALEZA: UMA OBRA DE IMPACTO NO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO

Com o apoio de um grupo conhecido com ‘jovens empresários’ nas campanhas eleitorais de 1986, que pretendia derrubar as práticas clientelistas dos antigos ‘coronéis’ que vinham desde sempre revezando o poder, as políticas de governo implantaram a idéia da necessidade de superar o atraso econômico e político do Estado do Ceará. Precisando de investimentos em infra-estrutura de transportes, recursos hídricos e educação, o projeto de inserir o Ceará na globalização se deu através do turismo de lazer. Com o apoio do PRODETUR-NE, a Capital cearense, em meados da década de 1990, já tinha no turismo um importante veículo do segmento terciário, respondendo pelo incremento de pequenos empreendimentos, como pousadas, hotéis e restaurantes.

O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura foi implantado no local onde funcionou, até a década de 1940, o antigo porto de Fortaleza. Com a construção do novo porto, na enseada do Mucuripe, diversos armazéns e casas comerciais foram abandonados e boa parte das construções passou a ser ocupada por uma população de baixa renda ou se manteve fechada e em processo de deterioração. A região também começou a sediar casas de prostituição e alguns bares, com destaque para o bar-restaurante Estoril que se transformou em cassino de oficiais americanos durante a Segunda Guerra Mundial (GOLDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2000).

Com uma clientela mais diversificada, na década de 1980, a região passou a receber novos bares e restaurantes, entre eles o ‘Pirata’⁸². Com forte pressão por parte dos moradores e usuários da região, em 1984, o zoneamento do bairro, que antes permitia a construção de edifícios de até dezoito pavimentos, foi alterado e se transformou em zona de preservação histórica. As obras executadas pela Prefeitura e pelo governo do Estado na década de 1990 ajudaram a incrementar o turismo da cidade e a Praia de Iracema começou a ser vista como um local apropriado ao desenvolvimento de um pólo de turismo e de lazer, o que estimulou a instalação de mais bares e restaurantes.

Em 1995 o zoneamento mudou novamente, mas agora regulamentado como Zona Especial – Área de Interesse Turístico da Praia de Iracema –, porém apenas uma parte da faixa junto à praia foi considerada área de preservação, o que permitiu que o espaço entre o velho cais e o centro antigo ficasse ainda mais deteriorado e com sérios problemas de saneamento. Então, através de uma iniciativa da Secretaria de Cultura do governo estadual, esta área justamente abandonada foi escolhida para sediar o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC (Figura 70).

Na tentativa de utilizar o CDMAC como ‘âncora’ dentro de uma política cultural, o projeto ainda visava a antiga idéia de inserir Fortaleza na economia globalizada, além de criar um lugar memorável “capaz de contribuir para a recuperação do espaço público da cidade e atuar como catalisador da requalificação da antiga área portuária” (GOLDIM, BEZERRA, FONTENELE, 2000:246).

⁸² Bar que ficou conhecido por seu tradicional forró nas noites de segunda-feira na década de 1990.



Figura 70: Centro Dragão do Mar em Fortaleza - Fonte: <http://images.google.com/imges>

O Centro, que abrange uma área construída de cerca de 13.500 m², é formado por blocos interligados por passarelas, rampas, elevador e escadas, abriga entre outras atividades culturais, o Museu de Arte Contemporânea, o Memorial da Cultura Cearense, duas salas para exposições temporárias, livrarias, loja de artesanato, salas de aula, auditório, anfiteatro, salas de cinema etc. O complexo, que no discurso dos autores⁸³ possui uma arquitetura vernacular de origem rural, recebeu muitas críticas. Além de desencadear um choque visual por estar situado em uma zona histórica, a própria concepção do projeto preferiu priorizar a construção de um equipamento de alto poder centralizador ao invés de aproveitar melhor o patrimônio existente. Para Vargas & Castilho (2000:268):

A falta de um passado colonial significativo conduziu à invenção de uma tradição com fascínio pelo novo, de escala monumental e formas marcantes, cuja mistura de coloridos elementos construtivos traduz a intenção de uma modernização tecnológica. Ao mesmo tempo em que prega o consumo da cultura, o projeto dá as costas aos aspectos culturais consolidados no local.

O projeto paisagístico contribui para ressaltar a monumentalidade do edifício e foi elaborado com espécies nativas e exóticas. O plano, que consolidou a Praia de Iracema como pólo de lazer e turismo, conseguiu cumprir parte de seus objetivos ao atrair um público heterogêneo e oferecendo-lhes bens de consumo cultural diversificado, mas por outro lado o CDMAC gerou problemas no entorno como supervalorização imobiliária, poluição sonora e visual, congestionamento e insegurança, além de ter desencadeado o fechamento de pequenos estabelecimentos como ateliês e restaurantes.

⁸³ Arquitetos cearenses que elaboraram o projeto do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura foram: Fausto Nilo Costa Júnior e Delberg Ponce de Leon.

5.3. A RIBEIRA E O CONTEXTO NACIONAL DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Do cotidiano ao exótico e excêntrico, a diversão está em ver e experienciar (VARGAS:2006:266).

O caso Ribeira será discutido aqui à luz do panorama de estratégias de intervenção nos centros antigos de algumas cidades brasileiras, analisadas no item anterior, visando identificar paralelos entre aspectos positivos e negativos comuns que possam contribuir para ampliar e estimular a reflexão sobre possíveis decisões no processo de revitalização do bairro.

Diante dos exemplos analisados, pode-se dizer que esses projetos caminham em diversas vertentes. Alguns têm como foco a melhoria das condições de vida da população local através de intervenções urbanas, como é o caso do Projeto Complexo Ver-o-Peso em Belém que procurou respeitar a dinâmica e os costumes da região ao acrescentar em suas estratégias e objetivos a preocupação com a manutenção das práticas locais e a melhoria das condições de higiene e acessibilidade dos mercados; e a instalação de atividades econômicas, administrativas e culturais capazes de aumentar o fluxo de pessoas e reforçar o caráter cultural dos antigos centros urbanos, como é o caso do Projeto Distrito Cultural da Lapa no Rio de Janeiro que destinou aos imóveis próprios estaduais desocupados atividades culturais executadas pelo poder público e o caso da sede administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo que hoje está situada nas proximidades do Viaduto do Chá – Centro velho.

Outros planos têm como principal intenção a inserção de seus centros nos destinos turísticos mais procurados do País através de projetos de impacto, como o Complexo das Docas em Belém que utilizou a idéia de vitrine para o rio como proposta de revitalização e depositou expectativas na atividade turística como forma de substituição à sua antiga atividade econômica – a extração da borracha; e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza que, por meio de uma arquitetura imponente mostrou o fascínio pelo novo e revelou uma despreocupação em se criar um projeto compatível com a arquitetura local.

O fato da Ribeira possuir significativos ‘marcos urbanos’ e uma variedade de estilos arquitetônicos, onde inclusive se verifica a maior concentração de imóveis protomodernos da

cidade, pode ter contribuído para que até hoje os projetos e planos de intervenção não tenham inserido, em suas propostas de revitalização, a produção de uma arquitetura de impacto.

Os exemplos paraenses nos remetem ao caso Ribeira tanto na questão da visibilidade quanto na questão do turismo. Como já mencionado, os estudos de Elali (2007) indicam que o pôr-do-sol no Rio Potengi é apontado pelos natalenses como a imagem de apelo natural mais marcante do bairro.

Não é à toa que o resgate da visibilidade para o rio está como uma das prioridades tanto no Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, através da elaboração de uma lista de imóveis fechados e sem uso situados às margens do Rio Potengi que não apresentam mais vestígios de ordem física ou funcional que possam remeter a algum estilo arquitetônico do passado e que foram indicados para demolição⁸⁴ (Figura 71) e do Plano Valorização Turístico-Cultural por meio do Projeto Rio Potengi que busca estimular visitas nas praias urbanas de Natal e integrar o roteiro de passeio de barco como um suporte para o city tour pela Ribeira, quanto no projeto ‘Cais da Tavares de Lira’⁸⁵ elaborado pela Prefeitura Municipal de Natal.

⁸⁴ Informações retiradas do relatório final do Cadastro de Imóveis do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAC- Ribeira).

⁸⁵ Projeto que busca o resgate da visibilidade do Rio Potengi por meio da construção de um píer nas margens do rio.



Figura 71 – Simulação da Rua Chile com imóveis demolidos aumentando a visibilidade o Rio Potengi.
Fonte: PRAC, 2007.

Vista como uma forma de diversificação do setor no caso potiguar, a idéia é usar as prerrogativas do turismo cultural para priorizar a emergência de uma identidade para o bairro como centro histórico e cultural de Natal consolidado pela valorização do patrimônio material – arquitetural edificado – e imaterial – presente nas manifestações artísticas e culturais da Ribeira⁸⁶. O turismo é importante na cidade de Natal, assim como é em grande parte dos projetos de intervenção nos antigos centros urbanos do País. Porém, não se defende aqui a idéia de que apenas a diversificação da atividade turística na cidade por meio do turismo cultural possa ocupar, sustentar e conservar o patrimônio arquitetural da Ribeira.

Usado como estratégia de desenvolvimento local e preservação do patrimônio arquitetônico através da recuperação das edificações e de mudanças de uso de solo, o turismo cultural pode ser visto nos planos e projetos de revitalização de Recife, Ouro Preto, Salvador e São Luis.

Conforme já discutido no capítulo 2, acredita-se que a heterogeneidade, tanto cultural quanto arquitetural, é benéfica na geração de novas centralidades podendo vir a incentivar e consolidar níveis de vitalidade (PERDIKOIANNI & PENN, 2005). Tomando como exemplo o processo de revitalização do bairro do Recife, que se apoiou na idéia de setorização da área central por atividades compatíveis (ou na criação de pólos), foi realizado um diagnóstico de possíveis sub-centralidades existentes na Ribeira através do

⁸⁶ Para detalhes sobre as manifestações culturais realizadas na Ribeira ver capítulo 6.

aprofundamento do banco de dados sobre variáveis associadas à diversidade e animação urbana refinando e complementando informações capazes de subsidiar tomadas de decisão⁸⁷.

Diferente de Natal, Ouro Preto é uma cidade difundida nacional e internacionalmente como um destino histórico-cultural e possui um patrimônio arquitetônico que ocupa boa parte da extensão de seu território. Com isso, a possibilidade da vinculação de vitalidade urbana com a preservação do patrimônio se torna maior, uma vez que seu centro ativo coincide com boa parte da área preservada. Pioneira quando o assunto é o uso do turismo cultural como alternativa para viabilizar o desenvolvimento econômico local, os projetos de intervenção na cidade mineira são um exemplo de educação patrimonial e de criação de projetos indutores (SIMÃO, 2001), realizados em parceria pela Prefeitura Municipal e IPHAN junto a empresas privadas.

Ocupando áreas bem vastas, os centros antigos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo adotaram um processo gradual de intervenção urbana a fim de obter um efeito indutor de demonstração do potencial de vitalidade onde, aos poucos, alguns edifícios emblemáticos foram sendo restaurados (e tendo seus usos modificados) e certos itens do espaço público (relacionados à reestruturação das calçadas, implementação de mobiliário urbano, limpeza e manutenção, nova iluminação etc.) revitalizados numa tentativa de resgatar sua antiga condição de centro ativo e impulsionar suas atividades sócioeconômicas. Essa estratégia tem como objetivo, segundo Vargas & Castilho (2006:267), “otimizar sua economia urbana na condição de cidade de negócios e de centro da cultura, procurando afastar a imagem da barbárie – que pode obstruir o processo de atração de investimentos, eventos de negócios e visitantes”.

Tanto no aspecto da diversificação da atividade turística quanto no aspecto da acessibilidade, o projeto de revitalização do Pelourinho pode servir de exemplo para a Capital potiguar. Capaz de conciliar patrimônio histórico com beleza natural, Salvador é um dos destinos brasileiros mais procurados tanto pelo viés cultural quanto pelo viés do lazer, estimulando a diversidade social e dinamizando a economia local. Por sua vez, a dificuldade de acesso ao centro histórico, ocasionada pela escassez de transporte público (LEMOS, 2000),

⁸⁷ Para a obtenção da oferta turística atual da Ribeira houve a preocupação em apontar concentrações de atividades em uma parte do bairro e a falta delas em outras.

é tida como um dos fatores responsáveis pelo crescente número de imóveis fechados e sem uso da região.

Tendo em vista que a Ribeira, apesar de ser uma das áreas mais bem servidas da cidade quanto ao transporte coletivo (terminais de ônibus, ferrovia e porto), possui uma baixa acessibilidade relativa (tomando por referência as possibilidades de acesso ao bairro a partir de diferentes regiões de Natal e, mais baixa ainda, quando se tem em conta o acesso a Ribeira a partir de todo o território metropolitano) e uma reduzida permeabilidade em relação ao sistema viário de seu entorno⁸⁸, convive com focos de vitalidade diurna e noturna variados e possui edifícios antigos de grande apelo turístico cultural desocupados, o exemplo do Pelourinho parece vir ao encontro do argumento central deste trabalho (o turismo cultural pode se beneficiar da maior acessibilidade da Ribeira, através de incremento da diversidade e da expansão de atividades ligadas aos serviços e à infra-estrutura de apoio ao turismo).

A importância da acessibilidade na revitalização de uma área central também pode ser vista no exemplo da Capital paulista. Mesmo com a necessidade de mais estacionamentos, a região possui um sistema de transporte público diversificado (ônibus, metrô, trem) capaz de atrair um grande número de pessoas em busca de cultura (o Centro de São Paulo possui uma alta concentração de teatros, salas de cinema, museus e livrarias), negócios (a Bovespa e importantes bancos nacionais e internacionais têm sede no centro antigo da cidade) e educação (o Centro detêm uma rede de escolas técnicas, universidades públicas e privadas, e centros de tecnologias), facilitando a manutenção de sua função de centro ativo e impedindo “a deterioração física dos edifícios, a evasão residencial, a substituição de usos e a apropriação indevida dos espaços públicos” (VARGAS & CASTILHO, 2006:270).

A preocupação com a valorização do passeio público também é um fator positivo nas intervenções de São Paulo. Através da articulação da rua com os espaços urbanos, criou-se uma rede de fluxos que acabou permitindo o desenvolvimento do turismo por meio de roteiros turístico-culturais. Seguindo essa linha, projetos elaborados para a Ribeira procuram valorizar as caminhadas através da melhoria das ruas e calçadas e por meio de roteiros turísticos⁸⁹.

⁸⁸ Informações retiradas do parecer do relatório sobre os Sistemas de Transportes do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – Ribeira, antes do término da construção da ponte.

⁸⁹ Como por exemplos os projetos Becos e Travessas elaborado (e não executado) pela Prefeitura Municipal de Natal, que trata da melhoria da infra-estrutura das ruas e calçadas, e o projeto Novos Roteiros de Visitação do

Tendo como um dos objetivos a diversificação do setor turístico, através do turismo cultural, os projetos de revitalização para o centro antigo do Rio de Janeiro se apoiaram na diversidade cultural e no caráter boêmio e histórico da área. Demonstrando essa mesma preocupação no caso potiguar, dentre os propósitos dos planos elaborados pelo PRAC-Ribeira há uma preocupação clara em se resgatar a imagem de local boêmio e cultural do bairro. Fato que pode ser constatado nos objetivos do Projeto Noite Boemia do Plano de Valorização Turístico-Cultural, que prevê o incentivo da abertura de cantinas, bares e adegas que tenham como diferencial serem de pequeno porte, com ambientes despojados, que possam servir desde alguns petiscos típicos do RN até pratos mais sofisticados. A idéia do projeto também envolve apresentações musicais no happy hour e que haja paralelamente a isto, o incentivo na criação de cursos de capacitação para gestores de alimentos e bebidas.

Assim como a cidade de Salvador, São Luis também está entre os destinos turísticos ligados ao lazer e a cultura. Se apoiando nas diretrizes da conservação integrada, um dos objetivos do Projeto Reviver é a formação de uma comunidade capaz de monitorar e vigiar seu próprio acervo histórico. Exemplo semelhante pode ser percebido na iniciativa de entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo que, desde 1991 através da Associação Viva o Centro, vem procurando conscientizar a importância da participação de todos os envolvidos na elaboração dos projetos de revitalização.

Com uma preocupação semelhante, os projetos de prioridade alta do Plano de Valorização Turístico-Cultural do PRAC-Ribeira, chamados Projetos Suporte⁹⁰, apontam na direção da requalificação da Ribeira como Produto Turístico Cultural, transformando o bairro em um “espaço para o desenvolvimento do empreendedorismo, do exercício da cidadania e para a geração de emprego e renda através dos princípios do turismo sustentável” (Plano de Valorização Turístico-Cultural) e pelo aproveitamento do lugar para lazer cultural e entretenimento, privilegiando as manifestações culturais e proporcionando qualidade de vida para a população.

Plano de Valorização Turístico-Cultural do PRAC-Ribeira, que procura consolidar a Ribeira como um local capaz de atender satisfatoriamente a demanda por história e cultura.

⁹⁰ O Projeto Suporte I – Educação Patrimonial procura chamar a atenção para a importância da ‘formação de educadores patrimoniais que possam exercer seu papel permanentemente na sociedade natalense, estimulando a valorização da história e do patrimônio’ e o Projeto Suporte II – Ribeira Organizada, busca incentivar a elaboração da gestão continuada de forma a viabilizar a participação dos sujeitos e agentes envolvidos no processo.

Há de se considerar que, no caso do centro antigo de Natal, mesmo com as primeiras disposições implementadas através das leis estaduais potiguares dos anos 1980 e com o Plano Diretor de 1984 na esfera municipal, há um atraso relativo na elaboração de legislação para a conservação do patrimônio comparando com a situação de outras cidades brasileiras, já que sua regulamentação e as ações de ordem prática só vieram mesmo no início da década de 1990.

Mas em virtude do conjunto de estudos de natureza interdisciplinar, que visam fundamentar tomadas de decisão quanto à formulação de estratégias voltadas para a revitalização da Ribeira, na última década do século XX e início deste século, as ações potiguares de ordem preservacionistas revelaram uma mudança significativa de postura ao fugir dos conceitos de zoneamento de uso do solo e de edifício isolado e partir para a noção de sítio e multiplicidade tipológica.

Por meio da Lei de Operação Urbana e dos projetos do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAC-Ribeira) e da Prefeitura Municipal de Natal parece haver um direcionamento para a efetivação de propostas que consigam integrar o centro antigo de Natal no hall de programas de revitalização multidisciplinares, com atividades relacionadas as melhorias urbanas (incluindo restauração de edifícios e infra-estrutura) e as atividades sociais (onde se encontram programas vinculados ao turismo cultural e a educação patrimonial), com o apoio financeiro de ordem pública e privada.

6.1. A OFERTA TURÍSTICA DA ZEPH-RIBEIRA

Turistas e população são invadidos em seus cotidianos, podendo ocorrer trocas e interações, atritos e rupturas. Cabe ao local, à cidade através de seus atores – poder público, empresariado, população – definir o tom e a sintonia da relação. Ao turista cabe a fruição, o prazer, o lazer (SIMÃO, 2006:72).

Os “relacionamentos turísticos surgem de um movimento das pessoas para várias destinações e sua permanência nelas” (URRY, 2001:17), e esta permanência demanda uma série de serviços. O turismo que, a princípio nos lembra um período de férias e de prazer, exige muito esforço, que, segundo o autor, “é uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado”.

Tendo em vista que as ocupações desencadeadas pela atividade turística exigem esforços e muito planejamento, o reconhecimento de um lugar apto ao turismo se dá, entre outros aspectos, pela identificação da oferta turística, definida como:

um conjunto de recursos naturais ou culturais que constituem a base da atividade turística e garantem o fluxo dos turistas, somado aos equipamentos e serviços colocados diretamente à disposição dos turistas e à infra-estrutura urbana que a cidade dispõe e disponibiliza indiretamente ao consumo dos turistas (SIMÃO, 2006:65).

Os atrativos são os recursos naturais e culturais (monumentos ou edificações e manifestações culturais) que o lugar possui e que podem ser colocados à disposição dos turistas e que devem ser potencializados para a consolidação da atividade. Os atrativos culturais são observados em sua maioria nos núcleos centrais das cidades em razão da concentração de bens tombados e da manutenção de logradouros importantes de sua história. Já os equipamentos e serviços turísticos são constituídos pelos estabelecimentos gerados pelas atividades essenciais ao atendimento das necessidades dos turistas, que para Simão (2006:66) “se constituem em hospedagem, alimentação, entretenimento e diversão, compra, locais para realização de encontros científicos, empresariais, desportivos e outros”. Os lugares de

embarque de passageiros, aeroportos, portos, rodoviárias também são entendidos como equipamentos turísticos. E a infra-estrutura urbana fornece condições para a implementação e desenvolvimento do turismo, contribuindo para seu funcionamento e operação. E essa complexa rede, que se integra à atividade turística, pode ser desfrutada por seus habitantes fazendo-os participar desse espaço de consumo (FURTADO, 2006:163).

Embora os imóveis que preservam traços de arquiteturas de época, lembrados como a imagem síntese do bairro, possam conferir potencial turístico-cultural à Ribeira, não lhe garantem desenvolver o turismo como atividade econômica. Ao se considerar o patrimônio um produto ofertado, ele passa a ser inserido em um mercado concorrido composto por várias destinações turísticas concorrentes entre si e sua sobrevivência no cenário competitivo requer uma série de estratégias diferenciadas. Dentro de um aspecto econômico, o turismo é um bem de consumo, uma atividade econômica que necessita de diversas outras ocupações que o sustentem.

Levando em consideração a região onde se reúne a maior concentração de imóveis recomendados para conservação e/ou preservação⁹¹, o local onde estão concentrados os projetos de intervenção previstos para o bairro (Cais da Tavares de Lira e Becos e Travessas) e os executados (Reforma da Praça Augusto Severo) e a área que abrange a maior oferta turística da região⁹², foi definida a área de atuação para o mapeamento e análise da oferta turístico-cultural da Ribeira. Esta região se deu entre as ruas Chile, Esplanada Silva Jardim, Duque de Caxias, Travessa Aureliano e Praça Augusto Severo (Figura 72).

O bairro conta com atrativos históricos e espaços públicos já consolidados e com outros estabelecimentos comerciais e de serviços de forte apelo histórico-cultural que apresentam potencial para se tornarem equipamentos turísticos. Por outro lado, o bairro carece de serviços essenciais de apoio ao turista como padarias, farmácias, mercados, pousadas, postos de informação etc.

⁹¹ Informação obtida junto ao relatório final do Cadastro de Imóveis do PRAC-Ribeira, como já visto no capítulo 4.

⁹² Informação obtida junto ao Inventário Turístico (etapa onde é realizado o levantamento de dados da área a ser analisada), tido como pré-requisito para a criação do Plano de Valorização Turístico-Cultural do PRAC-Ribeira.



Figura 72 – Área de atuação para o mapeamento e análise da oferta turístico-cultural da ZEPH. (Mapa sem escala). Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

6.1.1. ATRATIVOS CULTURAIS

Chamados de atrativos urbanos ou atratores âncoras, os teatros são freqüentemente vistos como peças fundamentais para a viabilização de roteiros turístico-culturais, uma vez que “têm o mérito de estimular o fluxo de turistas para visitar pontos da região, trazendo renda e dinamizando as economias das localidades” (MURTA, 2002:144). Além da venda de ingressos, a visitação pode encorajar os vários serviços do comércio local, como bares, restaurantes e pousadas.

Mas no caso da Ribeira, o que se percebe é a falta de integra o entre os visitantes dos dois teatros que existem na região e o resto do bairro. Os tipos de atividades desenvolvidas no entorno dos teatros funcionam apenas no horário comercial (das 8h às 18h) tornando o bairro e, principalmente o caminho dos turistas, um local vazio a noite e nos fins de semana. Para Krippendorf (1989: 191, apud SIMÃO, 2006), “a política do solo e a política de planejamento do território são, indiscutivelmente, os instrumentos-chave que proporcionam às regiões hospedeiras o controle sobre a atividade turística”.

A Ribeira conta com dois teatros, o Teatro Alberto Maranh o⁹³ – um dos marcos urbanos do bairro, como já visto no capítulo 4 (Figura 73) e o Centro Cultural Casa da Ribeira⁹⁴ (Figura 74). Oferecendo uma série de serviços aos visitantes, esses teatros têm uma

⁹³ Com capacidade para 642 pessoas, o Teatro Alberto Maranhão   palco para a descoberta de novos talentos através de shows de música, dança, exposi es de arte, apresenta o de orquestras sinfônicas e ballet. (<http://www.teatroalbertomaranhao.rn.gov.br/>).

⁹⁴ Com capacidade para 170 pessoas, o teatro possui também uma sala de exposi es. A Casa da Ribeira, como também é chamada, tem uma programa o variada e constante: música, teatro, dança e cinema, e   ponto de

programação detalhada dos espetáculos via internet, serviço de café, um lugar para venda de produtos temáticos, interiores acessíveis às pessoas portadoras de deficiência física e distribuem panfletos e cartazes de divulgação em toda a cidade, tornando-os locais tradicionais representativos da cultura natalense.



Figura 73: Interior do Teatro Alberto Maranhão
Fonte: www.google.com.



Figura 74: Espaço Cultural Casa da Ribeira
Fonte: PRAC – Ribeira, 2006.

Galerias de arte e espaços para exposições também são atrativos culturais que podem reforçar e consolidar o caráter cultural de uma determinada região, pois estimulam a circulação de pessoas interessadas em apreciar a produção da cultura local. A Ribeira conta com a presença de um atelier, um café-internet com espaço para exposições e lançamentos de livros e uma sala para amostras e apresentações em um dos edifícios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

Em um dos edifícios mais bem-conservados da arquitetura Art-Decó natalense encontra-se o Atelier Flávio Freitas⁹⁵ (Figura 75). Já o espaço Nalva Melo Café Salão⁹⁶

encontro de poetas e cinéfilos. O espaço funciona como uma ONG que além de abrigar a produção de terceiros, gera o próprio movimento com projetos enquadrados em leis de incentivo. Situada na Rua Frei Miguelinho, 52. (<http://www.casadaribeira.com.br/>).

⁹⁵ Além da exposição e venda de obras de arte, camisetas, esculturas e cartões-postais, o espaço cultural promove anualmente no mês de novembro um Bazar com roupas e acessórios. No andar térreo se encontram a sala de exposições, o ambiente para venda de produtos temáticos e a oficina de acabamento. Já no segundo andar o artista utiliza o espaço como depósito de quadros e sala de administração.

⁹⁶ Situado na Ribeira há mais de dez anos, sua história de amor ao bairro trouxe força para superar todas as dificuldades encontradas ao longo deste tempo e contribuir para o resgate da identidade cultural natalense. O

(Figura 76), localizado na mesma avenida que o atelier, Duque de Caxias, encontra-se no pavimento térreo do Edifício BILA, um dos edifícios – de arquitetura protomoderna – recém-restaurados no bairro.



Figura 75: Atelier Flávio Freitas.

Fonte: PRAC, 2006.

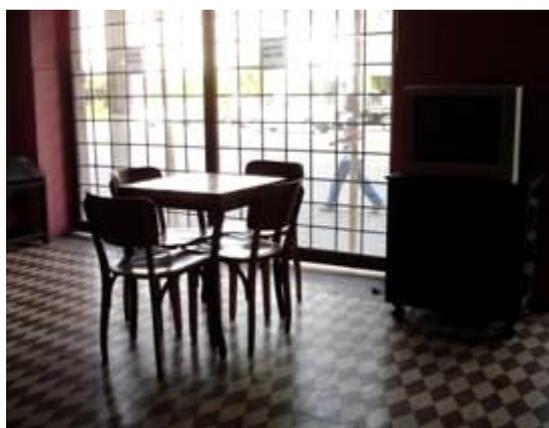


Figura 76: Nalva Melo Café Salão

Fonte: PRAC, 2006.

Na visão de Meneses (2006:100) o turismo “pode ser considerado como a atividade econômica motivada pela visitação turística e, pela estrutura que ela exige, deve ser planejada tendo como base fundamental a busca de entendimento, informação criteriosa, além, é claro, da construção de estruturas receptoras e de visitação”. Contudo, não são todos os tipos de heranças que despertam o interesse do fluxo turístico. Para Portuguesez (2004) apenas o aspecto estético e a conservação do patrimônio não se têm mostrado suficientes para assegurar a presença e a permanência dos turistas nos vários conjuntos urbanos históricos. Segundo o autor, os principais aspectos para se medir a capacidade atrativa de um núcleo receptor histórico são: as condições de conservação, acessibilidade (facilidade de acesso), circulação interna, estabelecimentos de alimentação, comércio turístico, meios de hospedagem e o posicionamento dos atrativos históricos.

espaço cultural de Nalva Melo já é um local tradicional da Ribeira e suas ocupações são renovadas a cada ano. O local oferece, de segunda à sexta, serviço de cabeleireiro, internet e café. Além das atividades normais, o salão, com capacidade para 80 pessoas, periodicamente é palco para lançamento de livros, casamentos, exposições de arte, bazares com música eletrônica e shows com música ao vivo.

Este último item, em particular, é bastante importante na visão de Pires (2002:117). O autor percebeu, em sua Metodologia de Inventário⁹⁷ e de Atratividade Turística em Bens Histórico-Culturais em Tiradentes, que “a eventual distância entre os bens históricos, bem como todos os possíveis entraves à circulação dos turistas entre os recursos” é muito valorizada pelo turista, assim como o Fator de Concentração de Recursos, ou seja, como os atrativos estão distribuídos na região⁹⁸.

Atrativos culturais que remetem à história da região ajudam a fortalecer o caráter identitário do lugar e constituem, intrinsecamente, potenciais turísticos (SIMÃO, 2006). O atual Centro de Treinamento e Recursos Humanos da CBTU (Figura 77) já foi a sede antiga da Estação Ferroviária da cidade e atualmente abriga a parte administrativa dos recursos humanos da Companhia. Conhecido por alguns como Antigo Museu Ferroviário, o edifício tem uma sala de exposições no pavimento térreo com fotos, peças, documentos da história da CBTU e conta com um auditório no pavimento superior e uma sala de treinamento para funcionários. Este espaço, no período de 1997 a 2000, era palco de exposições de artistas plásticos e formaturas.



Figura 77: Centro de Treinamento e Recursos Humanos da CBTU (Antigo Museu Ferroviário).

Fonte: PRAC, 2006.

Situado à beira do Rio Potengi, na Travessa Aureliano, o Pátio da Estação Ferroviária também realizou eventos culturais neste período, como o Mercado Mundo Mix e shows de música. Atualmente, o espaço é alvo de várias propostas por parte da Prefeitura e da CODERN.

⁹⁷ Para Pires o método da Alavancagem Múltipla realça o poder da atratividade de um determinado bem histórico.

⁹⁸ Por esta razão, os espaços públicos Canto do Mangue e Vila Ferroviária, que pertencem aos bairros de Santos Reis e Rocas respectivamente, não foram analisados na oferta turística como atrativos culturais, apesar de incluídos na sugestão de redefinição de área de preservação da ZEPH-Ribeira pelo PRAC-Ribeira.

No País com mais católicos do mundo, os atrativos culturais de ordem religiosa são peças essenciais para o turismo cultural. O bairro da Ribeira conta com a Igreja do Bom Jesus (um dos marcos urbanos, já visto no capítulo 4 – Figura 28) e a Capela do Colégio Salesiano⁹⁹ (Figura 78). Tombada em 30 de julho de 1992 pela Fundação José Augusto, a casa situada dentro do território do Colégio Salesiano São José é usada pela comunidade aos domingos, através da capela e das atividades de esportes, oficinas de pintura, arte e momentos religiosos que são feitos no pátio do colégio. Segundo Murta (2002:137) “a essência do turismo cultural está em envolver o visitante em um novo universo de experiências, com vistas apoiadas por ações práticas”.



Figura 78: Capela do Colégio Salesiano. Fonte: PRAC, 2006.

A possibilidade de mostrar ao turista a participação da comunidade demonstra que o turismo cultural deve ter em seu potencial educativo uma relevância direta para a vida no mundo de hoje, afinal, “o que se quer é a integração do patrimônio cultural com a vida moderna, não apenas atingir uma meta de lazer, desvinculada da vida cotidiana do lugar” (MURTA, 2002:137).

Com capacidade para atrair um público não só de turistas, mas de arquitetos, decoradores e apreciadores da arte em geral, o Galpão 223 (Figura 79), situado na Rua Dr. Barata, 223-B, é um espaço onde pode-se comprar, garimpar, vender, locar e consignar móveis antigos, adornos e objetos de decoração novos e usados, esquadrias e peças de demolição, obras de artes e luminárias.

⁹⁹ A Capela do colégio está situada no Largo Dom Bosco, 335 e fica dentro do Colégio Salesiano São José. A casa, de arquitetura eclética, era do industrial Juvino Barreto. Ele resolveu doá-la para a instituição Salesiana desde que esta fosse usada a serviço da comunidade.

O bairro conta com um local importante para a dança natalense, a Escola de Dança Teatro Alberto Maranhão (Figura 80). Situada na Rua Chile, 106, o EDTAM¹⁰⁰, como também é chamada, oferece aulas de ballet clássico, danças contemporâneas e populares, língua estrangeira (francês) e sapateado. A escola está instalada em um prédio, de estilo neoclássico, que já abrigou o Palácio do Governo do RN, e ainda conserva em suas linhas elegantes a história de um bairro que foi o centro comercial da cidade na primeira metade do século passado. A escola, que tem apenas uma pequena lanchonete no andar térreo que atende às mães dos alunos, subutiliza um espaço localizado nos fundos do terreno que tem visão para o Rio Potengi.



Figura 79: Galpão 223
Fonte: PRAC, 2006.



Figura 80: Escola de Dança Teatro Alberto Maranhão
Fonte: PRAC, 2006.

Segundo Meneses (2006:41) o historiador “sensibiliza-se por um objeto do passado e, através de fontes documentais de variada espécie, busca apreender esse objeto e construir, a partir de sua apreensão, uma interpretação desveladora de acontecimentos, de ações humanas, enfim, de culturas passadas”. O bairro da Ribeira está repleto de ‘objetos’ de história. Residências de antigos ilustres moradores, como a do ex-presidente Café Filho, hoje se encontram descaracterizadas. Vestígios de época, como alguns casarios coloniais situados na Rua Chile, poderiam conservar nossa história, mas hoje estão em ruínas. “Se quisermos que o mercado para o turismo cultural se expanda, teremos que fazer muito mais do que

¹⁰⁰ A Escola de Dança Teatro Alberto Maranhão passou por uma reforma em 1994 onde foram feitas pequenas adaptações para que o prédio pudesse abrigar a escola de dança, uma vez que, após o Palácio do Governo, o edifício abrigou um Cabaré. As salas de aula funcionam nos três andares existentes. A escola conta, no pavimento térreo, com uma lanchonete, uma secretaria, uma sala de espera, e, apesar de não existir uma loja montada, ainda vende camisetas, uniformes, bijuterias e aluga fantasias.

simplesmente abrir casas históricas e novas atrações, na expectativa de que os visitantes chegarão e apreciarão sua experiência” (MURTA, 2002:135).

6.1.2. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Para fazer da viagem uma experiência verdadeiramente cultural, é preciso que haja diversos fatores que contribuam para que o turista consiga captar a alma do local e sua essência. As manifestações culturais têm um papel importante nesta descoberta pelo lugar, pois conseguem traduzir a valorização do meio ambiente urbano e dos saberes e fazeres culturais contribuindo para a diversificação do produto turístico.

A Ribeira é palco para várias manifestações culturais durante todo o ano espalhadas no trecho da ZEPH. O carnaval natalense é responsável por três das dez manifestações culturais localizadas na Ribeira (ano de 2006). Antigos Carnavais é um evento que busca resgatar os carnavais de épocas passadas que aconteciam na cidade de Natal por volta das décadas de 1950 e 1960, e conta com uma banda de quinze músicos que saem do bairro da Cidade Alta em direção à Rua Chile na Ribeira. Neste evento são escolhidos um rei e uma rainha e é realizado um grande concurso de fantasias. Trata-se de uma prévia do carnaval de Natal que complementa a diversão com exposição de fotos dos festejos populares anteriores.

O Carnaval oficial da cidade de Natal, chamado Carnaval de Natal, ocorre por meio de um desfile das escolas de samba e bandas carnavalescas além das Tribos de Índio ao longo da Avenida Duque de Caxias. Já os eventos Muitos Carnavais e Banda da Ribeira contam com um número maior de pessoas. Saindo do bairro da Cidade Alta com destino à Ribeira, durante o percurso a festa é puxada por orquestras de metais e conta com uma diversidade de músicas tradicionais de carnaval que atinge um público variado de diversas idades. O evento termina no Largo da Rua Chile onde se encontra um palco para continuar a festa. Criado por um grupo de blocos carnavalescos que saíam pelas ruas do Tirol, na medida em que o público foi aumentando e já não mais se adaptava às estruturas do bairro, o evento foi transferido para a Ribeira. Hoje, esse é considerado um dos maiores acontecimentos da cidade. O frevo é um dos carros-chefes que comanda os foliões nas ruas da cidade. Durante o percurso o

carnavalesco encontrará nas ruas banheiros químicos; policiamento; ambulância; iluminação entre outros.

Com apoio da Fundação José Augusto¹⁰¹, todas as últimas terças-feiras do mês o Teatro Alberto Maranhão é palco da programação do Concerto Oficial – Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte através de Concertos Oficiais e Concertos Didáticos. As apresentações são gratuitas e contam com toda a infra-estrutura e serviços de apoio do teatro. Outro projeto que ocorre no teatro, nas primeiras terças-feiras de todo mês é o Projeto Seis e Meia, que oferece shows musicais com atrações nacionais e locais, permitindo ao público acesso à música popular brasileira de várias gerações.

Também realizado em outro atrativo cultural importante do bairro, a Casa da Ribeira em Cena conta com a infra-estrutura e serviços de apoio do Espaço Cultural Casa da Ribeira. O evento, que ocorre em temporadas anuais, se dá por meio de peças teatrais.

O projeto Casa da Ribeira em Cena é patrocinado pelo Banco do Brasil e beneficiado pela Lei Djalma Maranhão de incentivo à cultura. Seu campo de atuação privilegia o empreendedorismo cultural, a democratização de recursos e a formação de públicos. Cada selecionado recebe o incentivo para a montagem e para a divulgação em mídia, de um espetáculo especialmente desenvolvido para o projeto. (CCCR – Centro Cultural Casa da Ribeira).

O mesmo local é sede de outro evento cultural da cidade, o Cosern Musical. Trata-se de Concurso musical com premiação em dinheiro. Projeto de incentivo a música potiguar com patrocínio da COSERN, através da Lei Câmara Cascudo. O maior objetivo é a integração entre a qualidade musical e os outros segmentos cênicos como iluminação, figurino, cenário, direção, traduzidos em um show completo.

O Festival do Sol, realizado todo ano na primeira quinzena de agosto, ocorre no Largo da Rua Chile e conta com a apresentação de bandas de rock do Nordeste do País. O evento foi criado em 2005 e tem a presença de mais de trinta bandas com duração de três dias de evento. Outro show de música que acontece no Largo da Rua Chile é o Forraço e trata-se de um concurso de compositores e cantores do Rio Grande do Norte, e já tem espaço garantido no calendário cultural do Estado.

¹⁰¹ Órgão responsável pela cultura do Estado do Rio Grande do Norte.

Todo primeiro domingo de cada mês é realizado o Ribeira das Artes. O evento, que funciona das 10h às 20h, ocorre na frente do teatro Alberto Maranhão e conta com Feira de artesanato; antiquário; gastronomia; palco permanente com shows e apresentações culturais. Projeto cultural criado pela Fundação José Augusto no centenário do Teatro Alberto Maranhão. Tem proposta multicultural para dar incentivo à produção artística e artesanal do Estado.

6.1.3. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO AO TURISMO

Ao se considerar a atividade turística um negócio, “o turismo deve ser entendido pela ótica do turista, daquele que consumirá o produto” (SIMÃO, 2006:71). E, mesmo supondo que o turista cultural não vem em busca da compra de souvenirs, a presença de certos estabelecimentos que forneçam itens de apoio ao turismo são essenciais para o desenvolvimento da atividade em uma determinada região. Suportes para equipamentos fotográficos (pilhas, cartuchos etc), cartões-postais, livros de história, artesanato típico, frutas, doces, entre outras mercadorias contribuem para o dinamismo do comércio da região. Estes lugares caracterizam os chamados serviços de apoio ao turismo, fundamentais para o desenvolvimento da atividade.

Para Urry (2001), o mercado turístico está se tornando cada vez mais exigente e seletivo, o que demanda que o núcleo receptor crie estratégias coerentes, por meio do conhecimento das disponibilidades locais, da criação de um plano de ações e da organização de um marketing apropriado. O bairro não apresenta locadoras de carro, açougue ou mercado e conta com pequenos e poucos estabelecimentos comerciais e de serviços que atendem às instituições públicas ali estabelecidas, como papelarias e gráficas, e ao porto, como mecânicas para bomba de barco etc. Há também a falta de bancos (o Banco do Brasil é o único do bairro) e terminais para sacar dinheiro.



Figura 81: Pizzaria Calígula
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Figura 82: Restaurante Prato Cheio Self-Service
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Dentre os serviços existentes que podem servir de apoio ao desenvolvimento do turismo cultural na Ribeira, poucos são os estabelecimentos na categoria de alimentos e bebidas que apresentam boas condições de higiene e beleza para atender, atualmente, um público de turistas.

O Restaurante e Pizzaria Calígula (Figura 81) tem boa localização (situado na Rua Chile), abre de terça à domingo das 11h às 0h e possui um amplo salão e um piso superior, ambos com áreas ao ar livre. O Restaurante sediado em um prédio antigo revitalizado utiliza o espaço no galpão vizinho para realizar exposições de artistas locais.

O restaurante Prato Cheio Self-Service (Figura 82), também com boa localização, está situado no pavimento térreo de um imponente edifício de arquitetura Art-Decó da Av. Duque de Caxias. Apresentando uma mobília simples (mesas e cadeiras de plástico, copos descartáveis também de plástico), o estabelecimento serve comida caseira, e abre de segunda à sexta das 11h às 15h.

Com acomodações também simples, os restaurantes Novo Gril e Lanchão (Figuras 83 e 84) apresentam localizações privilegiadas (vizinhos ao Espaço Cultural Casa da Ribeira, situado na Rua Frei Miguelinho e Nalva Melo Café Salão, localizado na Av. Duque de Caxias), mas abrem apenas em horário de almoço.



Figura 83: Restaurante Novo Grill
Fonte: PRAC, 2006.



Figura 84: Restaurante Lanchão (no andar térreo do Edifício BILA). Fonte: PRAC, 2006.

Ainda existem outros restaurantes no bairro, mas com instalações não muito convidativas. Um exemplo é o Bar e Restaurante Expresso 56 (Figura 85). Localizado na Rua Tavares de Lira, o local é bem conhecido na região, pois permanece aberto todos os dias de manhã à noite, inclusive nos dias de shows no Largo da Rua Chile. Mas a falta de higiene não estimula a entrada de visitantes ou turistas.



Figuras 85: Bar e Restaurante Expresso 56
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Figura 86: Galpão 29. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Dentre os entretenimentos noturnos do bairro, encontramos quase todos distribuídos ao longo da Rua Chile. Os espaços Galpão 29 (Figura 86), Music Club (Figura 87) e Do Sol Rock Bar (Figura 88), situados no Largo da Rua Chile, funcionam como boates e só permanecem abertos durante a noite.



Figura 87: Music Club
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Figura 88: Do Sol Rock Bar
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

A Estação Ribeira (antigo Show Bar) já é um espaço dedicado a shows de bandas de rock ou reggae. Bem localizado, na Rua Dr. Barata, próximo às paradas de ônibus da Praça Augusto Severo, o ponto é capaz de atrair um número grande de pessoas e estimular a circulação de taxistas e veículos durante a noite.



Figura 89: Albergue Cidade do Sol
Fonte: PRAC, 2006.



Figura 90: Centro Clínico Dr. José Passos
Fonte: PRAC, 2006.

Como meio de hospedagem, o único local é o Albergue Cidade do Sol (Figura 89). Muito bem localizado na Avenida Duque de Caxias, próximo a vários pontos de ônibus, o albergue está situado em um edifício conservado de arquitetura eclética. Albergues são peças importantes para o desenvolvimento do turismo e animação urbana, uma vez que são conhecidos internacionalmente e funcionam 24 horas por dia.

O Centro Clínico Dr. José Carlos Passos (Figura 90), único estabelecimento hospitalar do bairro, está localizado na antiga escola doméstica de Natal. Fundada pelo educador Henrique Castriciano, que trouxe da Suíça a idéia de uma escola especializada na educação da mulher, a escola ocupou o edifício até o final da década de 1940.

6.1.4. INFRA-ESTRUTURA

Ao observar a infra-estrutura, no que diz respeito ao transporte, o bairro é dotado de sistema satisfatório de ônibus, trem e barco. A Ribeira conta com 59 linhas de ônibus, regular e intermunicipal, distribuídas principalmente em paradas de ônibus concentradas nas imediações da Praça Augusto Severo, Avenida Duque de Caxias e Av. Rio Branco.

Já pelo sistema de transporte ferroviário, os trens metropolitanos atendem passageiros das cidades de Natal, Ceará-Mirim e Parnamirim, através da estação da CBTU, localizada em frente à Praça Augusto Severo. O acesso de barco se dá por meio do Cais da Tavares de Lira e do Iate Club, sediado no bairro de Santos Reis, e tem acesso para a Ribeira por meio da Rua Cel. Flaminho (Figura 91).



Figura 91: Mapa com a localização do sistema de transportes da Ribeira (Mapa sem escala).
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Mas o transporte individual (veículos) enfrenta conflitos na Ribeira. O bairro apresenta apenas um estacionamento privado situado na esquina da Rua Nísia Floresta com a Av. Duque de Caxias (em frente ao edifício sede do tradicional jornal da cidade ‘A Tribuna do Norte’ – Figura 92) e um estacionamento público localizado na extensão da Avenida Duque de Caxias (Figura 93). Isto revela que a falta de estacionamento é um sério problema para uma região que pretende se firmar como portadora de atividades terciárias, e isto inclui a ocupação turística.



Figura 92: Sede do jornal ‘A Tribuna do Norte’
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Figura 93: Estacionamento público da Av. Duque de Caxias. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Os dois postos de gasolina se encontram em vias movimentadas e em pontos estratégicos do bairro. O posto Shell está situado na Av. Rio Branco nas proximidades do Teatro Alberto Maranhão (fora dos limites da ZEPH-Ribeira), um dos principais acessos ao local. E o outro posto, o Ipiranga, está localizado na Avenida Duque de Caxias, a principal via que corta o bairro praticamente de ponta a ponta. Postos de gasolina também podem funcionar como pontos de apoio ao turista, oferecendo, além dos serviços de combustível, lojas de conveniência e terminais de bancos. O único banco instalado na Ribeira é o Banco do Brasil, um dos ‘marcos urbanos’ do bairro.

Outro item relacionado à infra-estrutura e que serve de apoio tanto ao turismo cultural quanto ao turismo urbano, são as praças e clubes do bairro. As praças e espaços públicos são peças importantes para o desenvolvimento do turismo cultural uma vez que abrigam grandes eventos culturais. Praças são locais de reunião que podem funcionar como pontos de encontro entre turistas, moradores e visitantes.

A Ribeira conta com quatro praças distribuídas ao longo do bairro, mas apenas duas se encontram na ZEPH-Ribeira. São elas: Praça Augusto Severo (em frente ao Teatro Alberto Maranhão) e Praça Coronel José da Penha (sediada em frente a Igreja do Bom Jesus). A Praça Augusto Severo, recém-reformada deve se tornar um local para receber eventos musicais e culturais. Já a Praça Coronel José da Penha, devido a sua localização, em frente à Igreja do Bom Jesus e próxima ao Cais da Tavares de Lira, pode sofrer alguma reforma para dar suporte a idéia de transformar a Rua Tavares de Lira em um pólo turístico-cultural. Existem ainda mais duas praças no bairro, a Engenheiro José Gonçalves e a Lions Clube, mas suas localizações são muito longe do perímetro que concentra a maior parte dos atrativos históricos.

A Ribeira também conta com três clubes tradicionais: Centro Náutico Potengi¹⁰² (Figura 94), Clube Carneirinho de Ouro¹⁰³ e Sport Clube de Natal¹⁰⁴ (Figura 95), que detêm a tradição do bairro e atraem um público variado.

¹⁰² O Centro Náutico Potengi foi fundado em 1915 na Capitania dos Portos (atual Capitania das Artes – Cidade Alta) e teve importantes sócios ao longo de sua história, tais como: Alberto Maranhão, Januário Cicco, Luiz Antonio, Humberto Nesi, Romualdo Galvão, Alta de Souza, Rêgulo Tinôco, entre outros nomes que constam na sua ata de fundação. O Clube possui em sua estrutura: diretoria, secretaria, sala de ginástica, garagem para os barcos e banheiros. Contudo, a estrutura física do prédio encontra-se em condição de conservação precária, visto que o clube não tem apoio ou ajuda de órgãos públicos e depende apenas dos sócios para sobreviver. O clube possui 12 barcos com capacidade máxima de 30 pessoas cada um.



Figura 94: Centro Náutico Potengi
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Figura 95: Sport Club de Natal
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Quanto à segurança pública, dados do Inventário Turístico apontam apenas dois locais de atendimento. O primeiro, 1º Batalhão da Polícia Militar, localizado na R. Eng. Hildebrando de Góes, 168. E o segundo, referente a queixas contra a violência à mulher, localizado na Rua do Saneamento, 228. A Ribeira é um dos bairros da cidade que apresentam baixo índice de criminalidade, segundo dados da Polícia Militar. Contudo, não é somente a presença de policiais que ameniza possíveis sensações de medo e insegurança. Segundo a pesquisa Morar no Centro (MONTEIRO & TRIGUEIRO & ROAZZI, 2003), a segurança, uma das razões pelas quais muitos entrevistados não morariam no centro, foi atrelada muitas vezes ao estado de conservação – ruim ou precário – das construções.

Como pode ser visto nos mapas a seguir relacionados (Figuras 96, 97 e 98), apesar da Ribeira apresentar atrativos culturais, o bairro, atualmente, não possui serviços básicos de apoio à atividade turística (por exemplo: nas proximidades dos atrativos culturais há uma carência de meios de hospedagem, lojas de souvenirs e de artesanatos, entre outras) e tem

¹⁰³ Tradicional, o Clube Carneirinho de Ouro foi fundado dia 8 de agosto de 1936 com o objetivo de reunir comerciantes da cidade e manter um clube de futebol. Todos homens bem-conceituados da sociedade potiguar, como por exemplo, o ex-prefeito Djalma Maranhão. Atualmente, o Clube Carneirinho de Ouro oferece aos seus membros serviço de bar, baralho, dominó, bilhar e sinuca. O Clube possui uma área coberta, cozinha, bar, um banheiro, três sinucas e um bilhar.

¹⁰⁴ O Sport Clube foi fundado em 1915 por um grupo de jovens de Natal e pelo inglês Willian Holder. O remo é considerado o primeiro esporte praticado na cidade. Pelo clube passaram nomes importantes da história do Estado como Café Filho, Alvamar Furtado, o governador Silvío Pedroza e o Senador Carlos Alberto. Atualmente, no Sport Clube ocorre a prática do remo, atividades competitivas e treinamentos de base, tais como corrida, natação e halterofilismo. O Clube também participa dos seguintes eventos: Campeonato Estadual, Interestaduais e a Copa Norte-Nordeste de Remo. O Clube possui garagem para os barcos, um tanque para treinamento, academia, banheiros feminino e masculino e sala da direção.

uma infra-estrutura urbana aquém do necessário para o desenvolvimento do turismo cultural (por exemplo: postos de informação ao turista com profissionais que falam outros idiomas, ônibus ou minivans que circulam dentro das ruas da ZEPH-Ribeira, placas informativas etc.). Isto só vem confirmar a declaração do presidente do Conselho Mundial do Turismo e Viagens¹⁰⁵, Jean-Claude Baumgarten, que afirma que a infra-estrutura está entre os problemas apontados que dificultam o desempenho da atividade turística no País, mas classifica a indústria do turismo brasileira como ‘florescente’ e acredita que o Brasil é “uma das estrelas do turismo mundial para os próximos anos”.

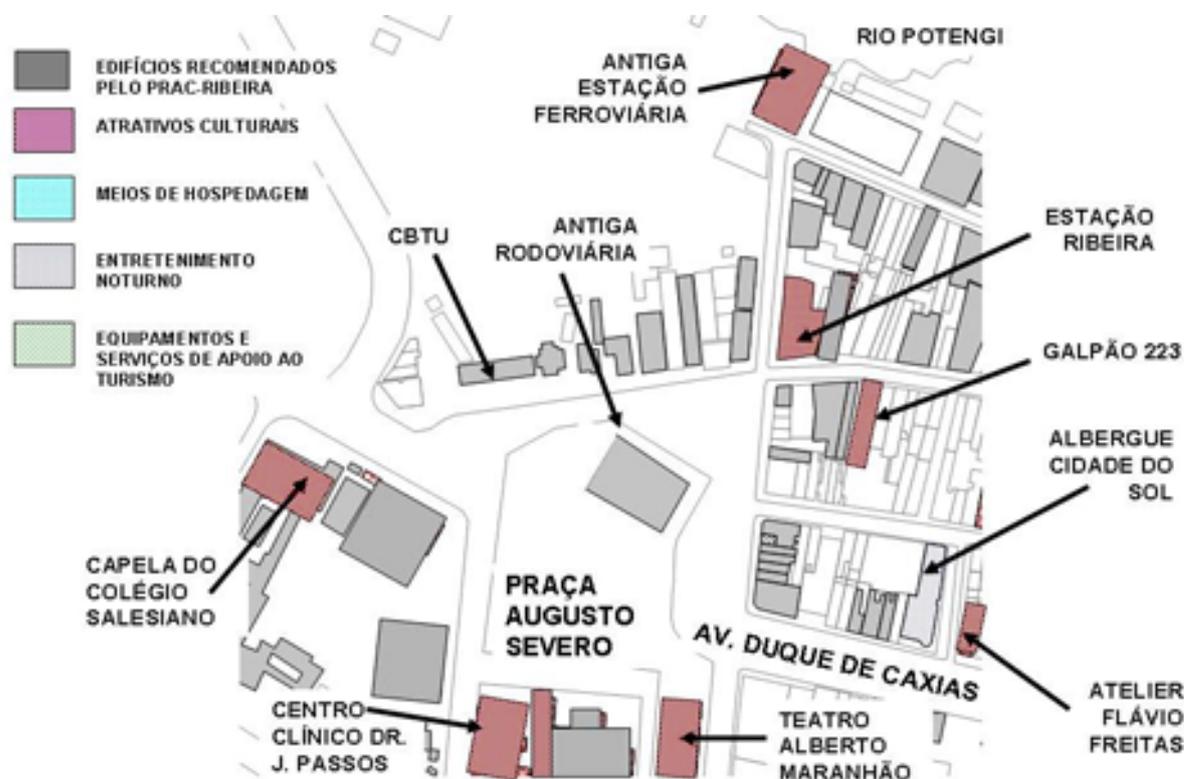


Figura 96: O mapa (sem escala) da oferta turístico-cultural nas proximidades da Praça Augusto Severo – ou no Eixo Lardo do Teatro. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

¹⁰⁵ Declaração dada durante o início da cúpula mundial do turismo, realizada em Lisboa entre 5/7/2007 e 8/7/2007.



Figura 97: O mapa (sem escala) da oferta turístico-cultural nas proximidades da Igreja do Bom Jesus – ou no Eixo Tavares de Lira. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

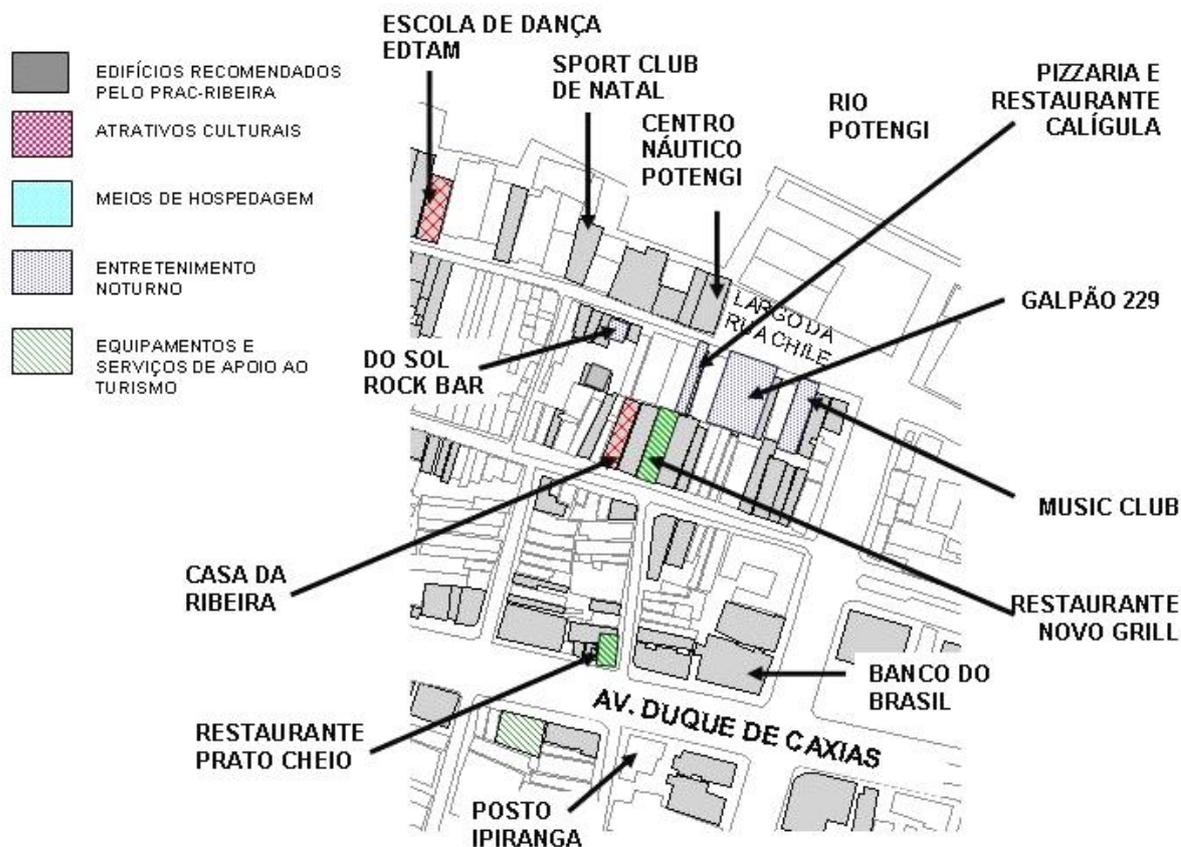


Figura 98: O mapa (sem escala) da oferta turístico-cultural nas proximidades do Largo da Rua Chile – ou no Eixo Largo da Rua Chile. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

6.2. MAPEANDO ESQUISITICES¹⁰⁶: UM ESTUDO SOBRE PERMEABILIDADE E VISIBILIDADE NOS PERCURSOS TURÍSTICO-CULTURAIS DA ZEPH-RIBEIRA

(...) a contribuição da preservação da história será muito limitada para a cidade como um todo se a intervenção nos centros for somente física e direcionada ao turismo (VARGAS, 2006:30).

Como se discutiu no capítulo 3 – Referencial Teórico-Metodológico e Instrumentos de Análise –, propriedades de permeabilidade e visibilidade dos espaços abertos, articuladas a atributos físicos que definem a interface entre estes e os espaços privados, e, ainda, a padrões de uso do solo, podem contribuir, em maior ou menor grau, para a geração de vitalidade e para a prevenção de ações anti-sociais. Jacobs (2003) já defendia, no início dos anos 1960, que a atratividade de uma área como lugar desejável para se morar, trabalhar ou divertir dependia, em grande medida, de relações entre edifícios, ruas e calçadas, da interface entre visitantes e habitantes, da diversidade de usos e tipos edifícios, da acessibilidade potencial das ruas, da clara definição entre os limites públicos e privados. Esta última característica está também na raiz das proposições de Newman (1973) sobre a importância da definição do território, através de mecanismos reais e simbólicos, como meio indutor de oportunidades de vigilância e controle sobre habitantes e visitantes.

Com base nesses conceitos e, sobretudo, em estudos associados ao campo de pesquisa Situation Crime Prevention, alguns referenciados naquele capítulo, foram identificados e mapeados, atributos morfológicos considerados inibidores ou facilitadores de ações anti-sociais, e que, somados a outros fatores (i.e. estado de conservação e preservação, uso do solo etc.), podem definir lugares capazes de suscitar imagens positivas ou negativas, os chamados ‘locais esquisitos’, permitindo diagnosticar e/ou antever a presença de pontos críticos do ponto de vista da vulnerabilidade, nem sempre perceptíveis através dos meios convencionais de representação do espaço urbano.

A interface espaço público/privado, percebida a partir dos limites físicos ou simbólicos no ambiente urbano, dá a impressão de funcionar como ‘portal de ajuda’ em casos

¹⁰⁶ Título inspirado nos estudos de TRIGUEIRO.

de emergência, ou estimular ações criminosas. As aberturas nas fachadas permitem um contato visual com o lado interno da edificação e podem contribuir para gerar uma sensação de co-presença. Já os muros opacos ou as paredes cegas transmitem uma impressão de insegurança ao pedestre.

Desta forma, foram identificados e mapeados os tipos de aberturas das fachadas da mesma região da ZEPH-Ribeira em que se deu o mapeamento da oferta turística-cultural do bairro (vista no item anterior 6.1) – mais especificamente entre as Avenidas Duque de Caxias, Rua Chile, Largo do Teatro, Travessa Aureliano, Rua Tavares de Lira e Avenida Esplanada Silva Jardim – e analisados junto com outras variáveis. Como a Ribeira convive com oscilações muito altas de vitalidade diurna e noturna, sentiu-se a necessidade de fazer um estudo para os dois períodos.

Assim sendo, visando articular propriedades espaciais e atributos físicos – acessibilidade potencial da malha, permeabilidades e barreiras, visibilidade, elementos definidores de usos e pertencimento, tidos como capazes de incentivar ou dificultar a mobilidade, a co-presença e o uso dos espaços abertos da Ribeira foram identificados e mapeados onze atributos – a maioria explorada em estudos anteriores (CHIARADIA e TRIGUEIRO, 2005) – presentes nas frontarias dos edifícios que ladeiam as ruas do circuito considerado mais propício para abrigar atividades de natureza turístico-cultural.

Para a categoria PORTA (Figura 99), entende-se que na fachada examinada o tipo de abertura para a rua é feito apenas através de portas, e para a categoria JANELA (Figura 100), a única forma de abertura da edificação se dá por meio de janelas.



Figura 99: Exemplo de edificações com abertura tipo PORTA (Rua Chile, 44).
Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.



Figura 100: Exemplo de edificações com abertura tipo JANELA (R. Esplanada Silva Jardim, 02-A)
Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

Quando a fachada dispõe de portas e janelas, esta se encaixa na categoria PORTA + JANELA (Figura 101). Já a categoria JANELA ALTA (Figura 102) é utilizada quando a janela do andar térreo se encontra acima do nível normal, ocasionada em função da altura da edificação em relação ao lado de fora. Entende-se por categoria FRONTARIA ATIVA (Figura 103) os tipos de edificações que apresentam em suas fachadas aberturas que permitem um acesso fácil e rápido, normalmente associadas ao tipo ‘portas de enrolar’, aumentando a dinâmica ao local o dia todo.

Porém, quando estes estabelecimentos são vinculados a usos comerciais e de serviço, permanecendo abertos apenas no horário comercial e fechando no período noturno e aos finais de semana, estes mesmos estabelecimentos que permitem uma dinâmica enquanto abertos passam para a categoria FRONTARIA CEGA assim que encerram seus expedientes, impedindo qualquer contato visual com o interior das edificações.



Figura 101: Exemplo de categoria PORTA + JANELA (Rua Chile, 11). Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

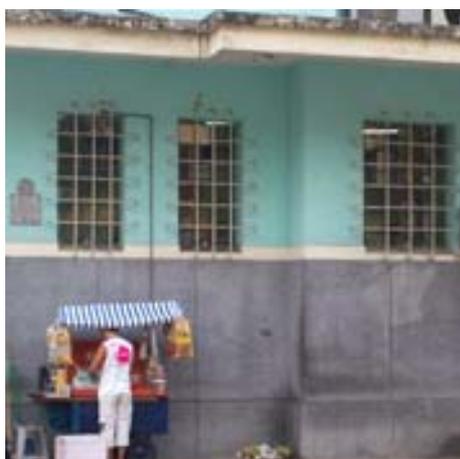


Figura 102: Exemplo de edificações com abertura tipo JANELA ALTA (Av. Duque de Caxias, 124). Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.



Figura 103: Exemplo de edificações com abertura tipo FRONTARIA ATIVA (Av. D. Caxias, 206) Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

Como o bairro da Ribeira possui vários imóveis fechados que apresentam em suas tipologias as características de imóveis com FRONTARIAS ATIVAS, achou-se necessário acrescentar a categoria FRONTARIA ATIVA FECHADA para as edificações que podem ser reabertas a qualquer momento (Figura 104).



Figura 104: Exemplo de edificações com abertura tipo FRONTARIA ATIVA FECHADA. (R. Dr. Barata, 165). Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.



Figura 105: Exemplo de edificações com abertura tipo FRONTARIA CEGA (R. F. Chaves, 85). Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

Edificações que não apresentam nenhum tipo de abertura para a rua também entram na categoria FRONTARIA CEGA (Figura 105), as que apresentam um MURO OPACO ou muro alto estão representadas pela Figura 106. Já o tipo de abertura CERCA TRANSLÚCIDA (Figura 107) refere-se a algum tipo de barreira que permite visibilidade para a parte do recuo frontal ou lateral da edificação.



Figura 106: Exemplo de edificações com abertura tipo MURO OPACO (Av. Duque de Caxias, 18)
Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.



Figura 107: Exemplo de edificações com abertura tipo CERCA TRANSLÚCIDA (Rua Chile, 232)
Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

As edificações que apresentam LIMITE BAIXO ou LIMITE BAIXÍSSIMO são aquelas onde a separação entre espaço público e espaço privado é percebida, porém fácil de ser invadida. Na Figura 108 é possível notar que o limite entre a calçada e a construção é apenas um jardim – LIMITE BAIXÍSSIMO – e a Figura 109 mostra um LIMITE BAIXO, ou seja, um muro baixo que permite uma comunicação visual entre o pedestre e o morador (e/ou trabalhador).



Figura 108: Exemplo de categoria LIMITE BAIXÍSSIMO ou MURO BAIXÍSSIMO (Av. Duque de Caxias, 99).
Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.



Figura 109: Exemplo de categoria LIMITE BAIXO ou MURO BAIXO (Av. Duque de Caxias, 158).
Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

A legenda utilizada para representar estas tipologias está no quadro abaixo descrito (Figura 110).

	PORTA		FRONTARIA ATIVA
	JANELA		FRONTARIA CEGA
	PORTA + JANELA		FRONTARIA ATIVA FECHADA
	JANELA ALTA		CERCA TRANSLÚCIDA
	MURO OPACO		LIMITE BAIXÍSSIMO
			LIMITE BAIXO

Figura 110: Legenda das tipologias das Frontarias. Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

Os mapas de FRONTARIAS (diurno e noturno), a seguir representados pelas Figuras 111 e 112, reafirmam a oscilação de vitalidade ao longo do dia e da noite no bairro da Ribeira.

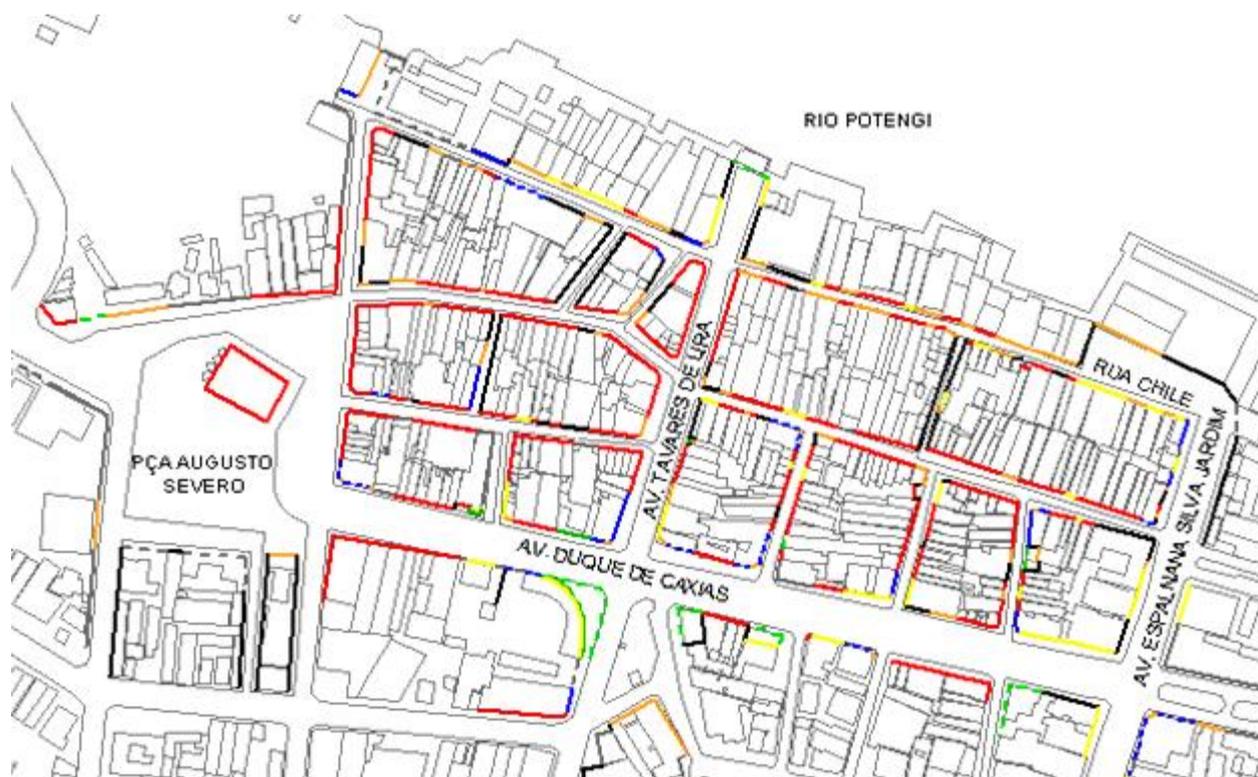


Figura 111- Mapa das Frontarias Diurno. Fonte: Valéria Ferraz, 2007.



Figura 112- Mapa das Frontarias Noturno. Fonte: Valéria Ferraz, 2007.

Os usos das edificações ao longo da área analisada são de extrema importância para identificar o horário de suas atividades e garantir a presença de pessoas circulando na região ao longo do dia e da noite. O predomínio de construções com a tipologia FRONTARIA ATIVA quando se soma ao grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços (Figuras 113 e 114) confirma que grande parte dos tipos de abertura das construções da Ribeira, fora do horário comercial, se encontra completamente fechada e se tornam FRONTARIAS CEGAS, aumentando consideravelmente as sensações de medo e insegurança na área.

Tomando como exemplo um dos objetivos das intervenções no Antigo Bairro do Recife, que buscou dividir a Ilha do Recife em três pólos ou em três setores, os mapas representados pelas Figuras 113 e 114 também mostram que a Ribeira apresenta regiões distintas onde se percebe uma concentração (ou a falta) de usos em determinadas regiões.

Diagnosticar sub-centralidades é um passo importante no tratamento de certas anomalias urbanas, pois fica mais fácil perceber quais são as atividades em abundância em uma área e quais suas carências. De acordo com Jacobs (2000:167) a primeira condição para garantir a diversidade urbana em uma região é a presença de mais de uma função principal, usos que atraem por si só um grande número de pessoas, também chamados de âncoras, entre eles: escritórios, fábricas, moradias e locais de diversão e entretenimento. Como grande parte dos centros antigos já não tem uma mescla suficiente de usos ou funções principais, eles deixaram de ter a diversidade que adquiriram no passado. Para Jacobs (2000:181) “quando um centro urbano começa a se deteriorar é como um coração parando de bater, fazendo todo um conjunto de relações sociais se desencontrar, tornando a cidade um amontoado de interesses isolados”.

Nenhum bairro “seja ele bem-estabelecido, famoso ou próspero, seja ele, por qualquer razão, densamente povoado, pode desconsiderar a necessidade da presença de pessoas ao longo do dia sem com isso frustrar seu potencial de gerar diversidade”. (JACOBS, 2000:176). Através do cruzamento de informações dos mapas Frontarias Noturno e Mapa de Uso do Solo (Figura 115) foi possível perceber que as edificações que abrigam atrativos culturais são cercadas por estabelecimentos comerciais e de serviços. Como a grande maioria dos estabelecimentos comerciais funciona apenas no período comercial e tendo em vista que a maior parte dos eventos, shows e exposições é realizada no período noturno, fica mais fácil

entender os motivos pelos quais os frequentadores dos equipamentos culturais não permanecem no bairro após estas atividades (TRINDADE, 2005).

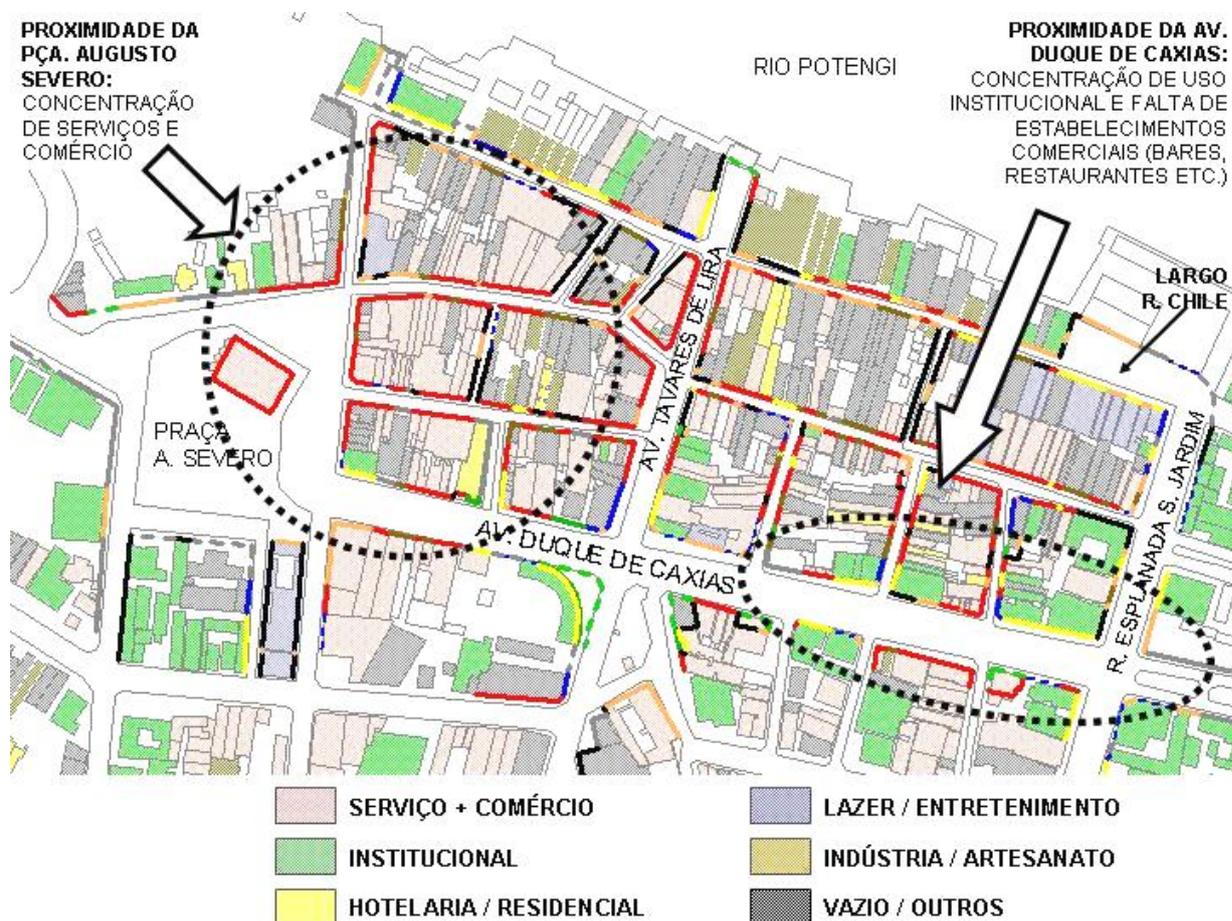


Figura 113– Mapa das Fronteiras Diurno x Mapa de uso do solo: Sub-centralidades. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

A Figura 113 também indica que nas proximidades da Av. Duque de Caxias, local onde se encontram muitas instituições públicas, há falta de estabelecimentos comerciais e de serviços. Normalmente o uso institucional por si só já atrai um bom número de pessoas, que são os funcionários. No caso da Ribeira, essas instituições atraem uma quantidade de pessoas maior ainda pois são locais de atendimento ao público, como a Receita Federal, o Ministério da Fazenda, o Procon, entre outros. Como não há uma oferta de bons restaurantes, padarias, bares etc., as pessoas se vêem obrigadas a sair de seu local de trabalho para outros bairros, ou seja, esse fluxo de pessoas não é usado em benefício próprio. Além disso, esses funcionários poderiam continuar no bairro para atividades culturais ou para um happy hour depois do trabalho.

Já a Figura 114 ressalta a falta de oferta de hospedagem e a concentração de imóveis fechados e sem uso nas proximidades do Teatro Alberto Maranhão e da Rua Chile respectivamente. Essas duas áreas, que detêm a maior oferta cultural do bairro, seja através das peças do teatro (e futuramente dos shows na Praça Augusto Severo), seja por meio das casas noturnas e restaurantes da Rua Chile, estão tendo seus imóveis subutilizados. Por ser uma rua de antiga ocupação, a Rua Chile possui o maior agrupamento de prédios antigos e portanto ainda conserva os tipos de abertura para com a rua originais, que são normalmente PORTAS e JANELAS. Este é mais um ponto favorável na região, pois permite uma maior visibilidade interna da rua com a edificação. Diferente do que acontece nas imediações do teatro, que tem imóveis com FRONTARIAS ATIVAS, que se transformam à noite, por conta de seus usos, em FRONTARIAS CEGAS.

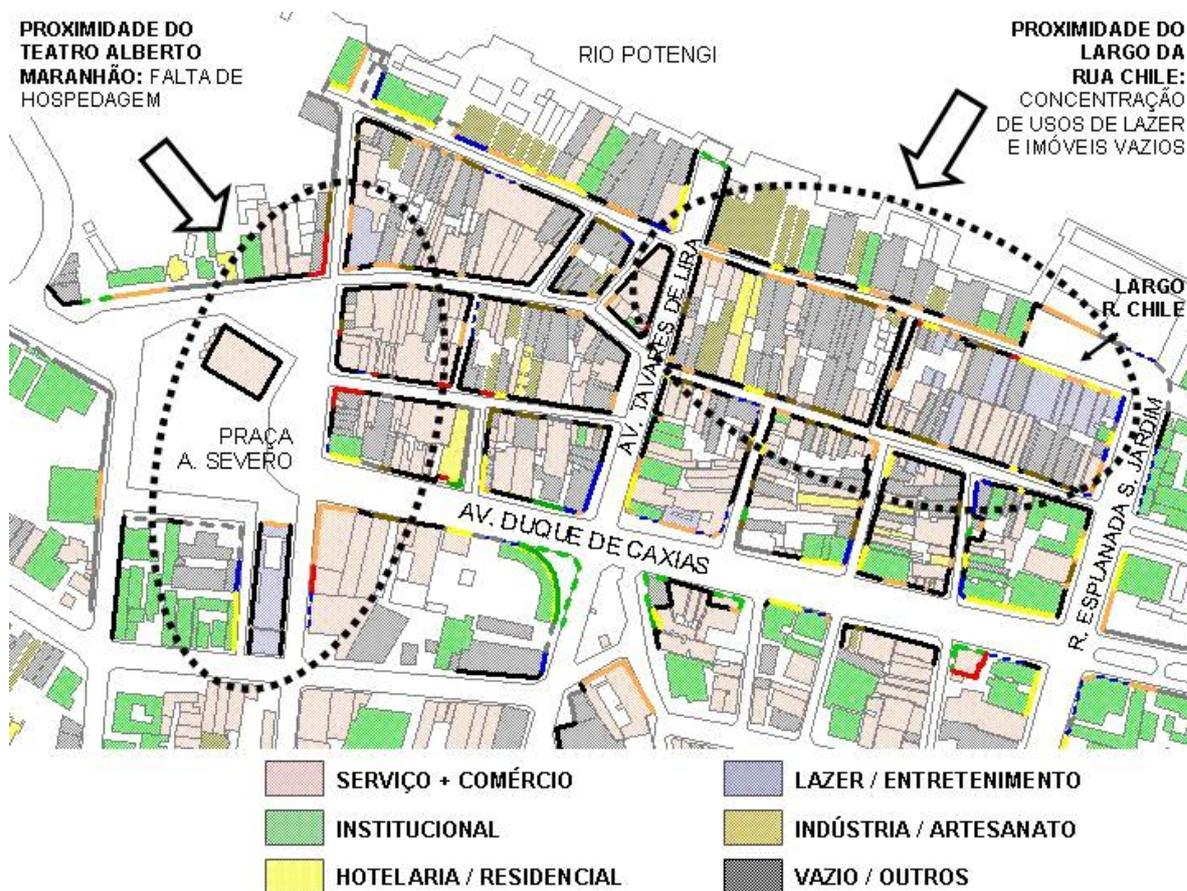


Figura 114– Mapa das Frontarias Noturno x Mapa de uso do solo: Sub-centralidades. Fonte: V. Ferraz, 2008.

Já na figura 115 se percebe que a concentração dos atrativos culturais se dá, principalmente, nas proximidades da Praça Augusto Severo, Praça José da Penha e Largo da Rua Chile. Esta constatação, além de justificar a necessidade de se elaborar planos e projetos

de revitalização nesta área da Ribeira¹⁰⁷, reforça a necessidade de se pensar na restauração de várias edificações e em novos usos para a região, uma vez que, além de apresentar muitas vezes um aspecto sujo e mal cuidado, no período noturno boa parte das tipologias das edificações apresenta em suas fachadas FRONTARIAS ATIVAS ou FRONTARIAS ATIVAS FECHADAS, que se transformam em FRONTARIAS CEGAS (Figuras 116 e 117).

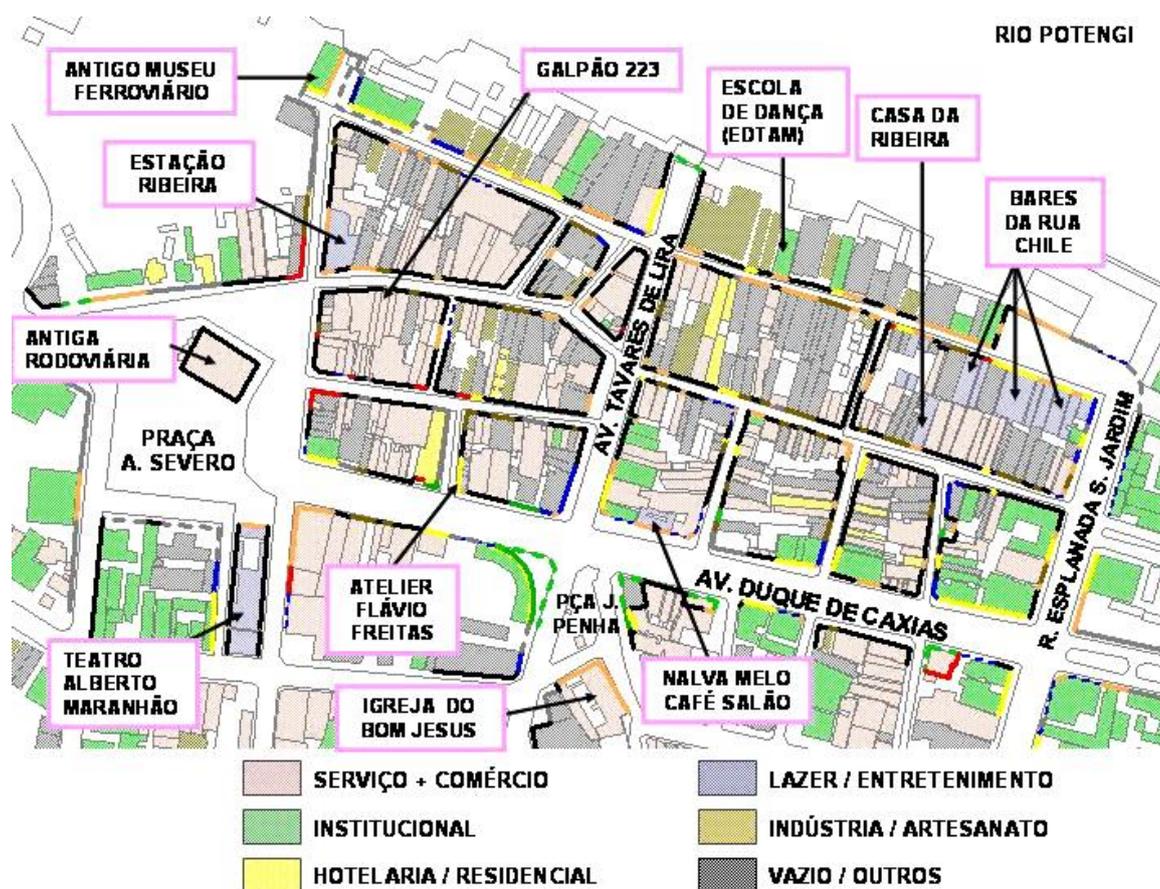


Figura 115– Mapa das Frontarias Noturno x Mapa de uso do solo: Localização dos principais atrativos culturais. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

¹⁰⁷ Os Projetos Cinema de Arte, Noite Boêmia, Lazer com Arte, Novos Roteiros de Visitação e Rua da Cultura do Plano de Valorização Turístico-Cultural do PRAC-Ribeira e os Projetos Cais da Tavares de Lira, Becos e Travessas e a Reforma da Praça Augusto Severo da Prefeitura Municipal do Natal se concentram nas regiões citadas. (já analisados no capítulo 4)



Figura 116– Foto de uma das ‘testadas’ (foto montada do 1º quarteirão da Travessa Aureliano a partir da Avenida Duque de Caxias) em frente a Praça Augusto Severo: presença de uma instituição pública na esquina, imóveis fechados e estabelecimentos comerciais. Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.



Figura 117– Foto de uma das ‘testadas’ (foto montada do 1º quarteirão da Tavares de Lira, entre as Avenidas Duque de Caxias e Frei Miguelinho) nas proximidades do Cais da Tavares de Lira: presença de uma instituição pública na esquina – PROCON, imóveis com tipologias de PORTAS + JANELAS, estabelecimentos comerciais com tipologias de FRONTARIAS ATIVAS, e um imóvel com MURO OPACO). Fonte: PRAC-Ribeira, 2006.

Na Figura 115 é possível verificar que a Rua Chile, onde estão previstos projetos elaborados tanto pela Prefeitura Municipal de Natal quanto pelo PRAC-Ribeira, possui muitos atrativos culturais. Uma das vias mais antigas do bairro e que apresenta o maior número de imóveis de arquitetura colonial, a Rua Chile possui diversos tipos de interface espaço público/privado. Em suas fachadas é possível encontrar aberturas só com PORTAS, com PORTAS + JANELAS, FRONTARIAS ATIVAS etc. Apesar de ter uma concentração de estabelecimentos ligados ao entretenimento e ao lazer noturno próximo ao Largo, o grande número de imóveis fechados e sem uso e a presença maciça de indústrias de pesca e artesanato nos outros trechos da via (desde o Beco da Quarentena até as proximidades da Praça Augusto Severo – ver Figuras 115 e 122) tornam a rua em determinados horários completamente vazia.

Mesmo em uma área pequena, a Ribeira reúne exemplos de quase todos os estilos arquitetônicos das mais variadas fases da arquitetura brasileira (entre eles colonial, eclético, protomoderno, moderno etc.), ampliando a possibilidade de aumentar os atrativos histórico-culturais, desde que estas estejam bem conservadas. Através do cruzamento dos mapas de FRONTARIAS noturno e estado de conservação, foram identificados alguns pontos da área estudada que atrapalham tanto o desenvolvimento do turismo cultural quanto da diversidade

da região. A Figura 118 mostra que para chegar a um dos atrativos culturais da ZEPH-Ribeira (se da antiga estação Ferroviária ou antigo Museu da CBTU localizado na Rua Chile), é preciso atravessar uma via (Travessa Aureliano) onde grande parte das edificações está em um estado regular ou precário de conservação de suas fachadas, dominadas por MURO OPACO e principalmente por FRONTARIAS ATIVAS, durante a noite se transformam em FRONTARIAS CEGAS, aumentando as chances de ações criminosas e a sensação de insegurança.

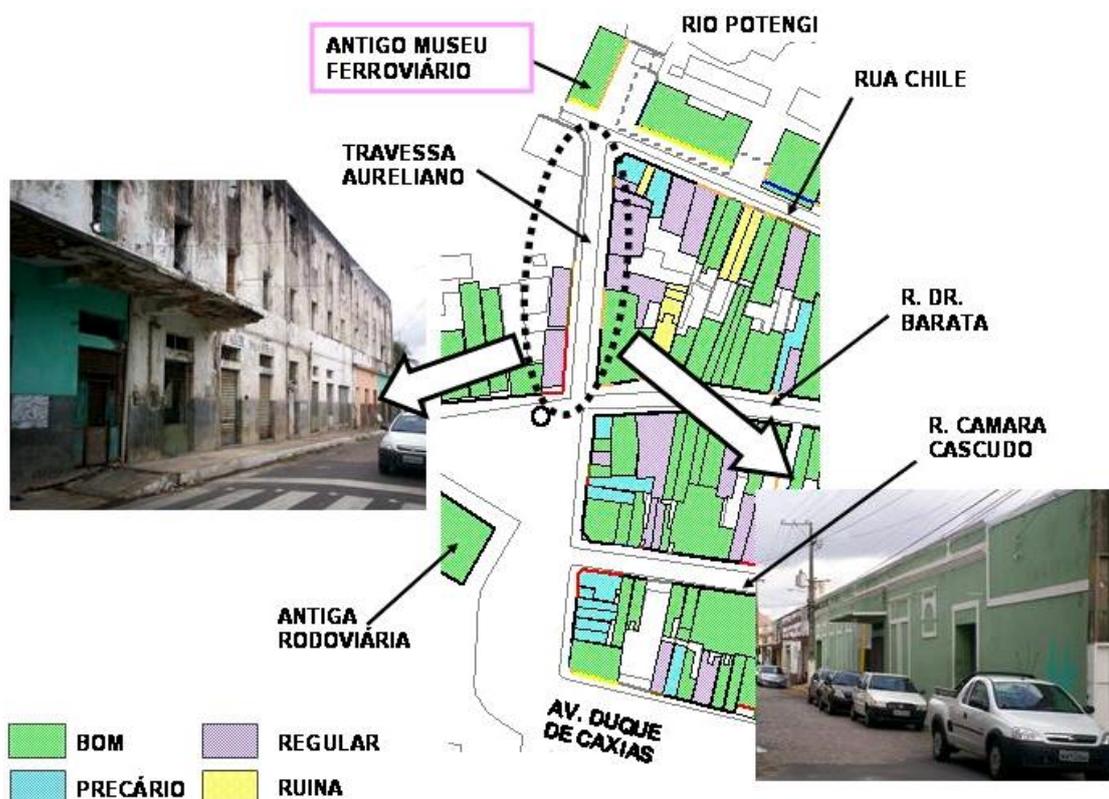


Figura 118: Percurso da Praça Augusto Severo até o Antigo Museu Ferroviário pela Trav. Aureliano – Cruzamento dos mapas Frontarias Noturno x Estado de Conservação. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Através da Figura 119 é possível verificar uma situação semelhante. Com o estado de conservação precário ou regular, trechos das ruas Câmara Cascudo e Dr. Barata (próximas à Praça Augusto Severo), que apresentam o uso do solo predominante de comércio e serviços, permitem que as FRONTARIAS ATIVAS (ou ATIVAS FECHADAS) no período diurno mudem para FRONTARIAS CEGAS a noite.

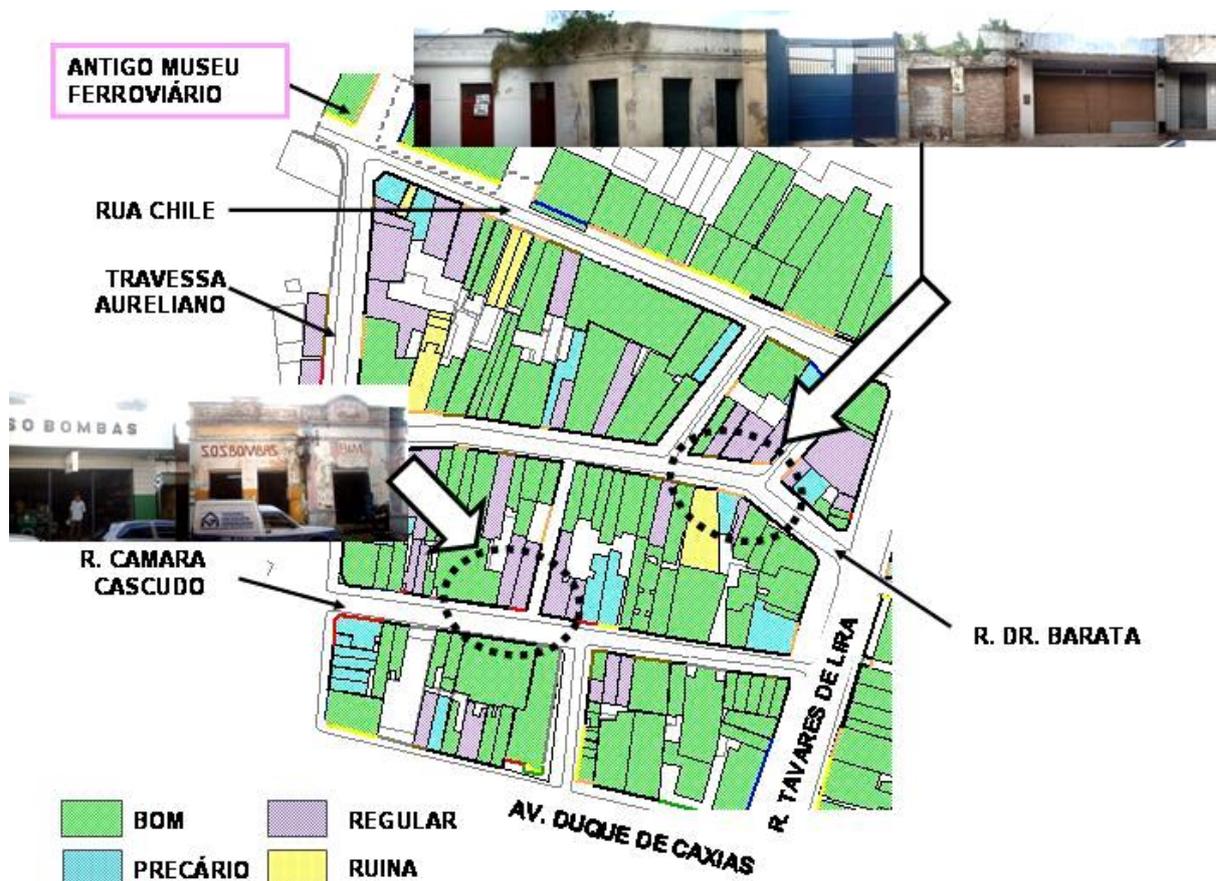


Figura 119: Trechos das ruas Câmara Cascudo e Dr. Barata que apresentam edificações em estado de preservação precário ou regular e possuem tipologias do tipo FRONTARIAS ATIVAS. Fonte: V. Ferraz, 2008.

A Figura 120 mostra que as edificações localizadas em torno da Praça José da Penha (local onde estão previstos ao menos dois projetos do Plano de Valorização Turístico-Cultural: Lazer com Arte e Rua da Cultura) estão, em sua maioria, em bom estado de preservação e apresentam, em boa parte de suas fachadas, aberturas que permitem um contato visual com o interior das edificações, mesmo nos horários onde os estabelecimentos comerciais e as instituições não estão funcionando. A presença da igreja (que abre em horários diversos e nos fins de semana) e a grande quantidade de carros que circulam na área por conta dos cruzamentos viários (fluxo intenso de automóveis da Av. Rio Branco ou Gustavo Cordeiro de Farias em direção a Av. Duque de Caxias) são outros fatores que contribuem para que o local transmita a sensação de segurança.

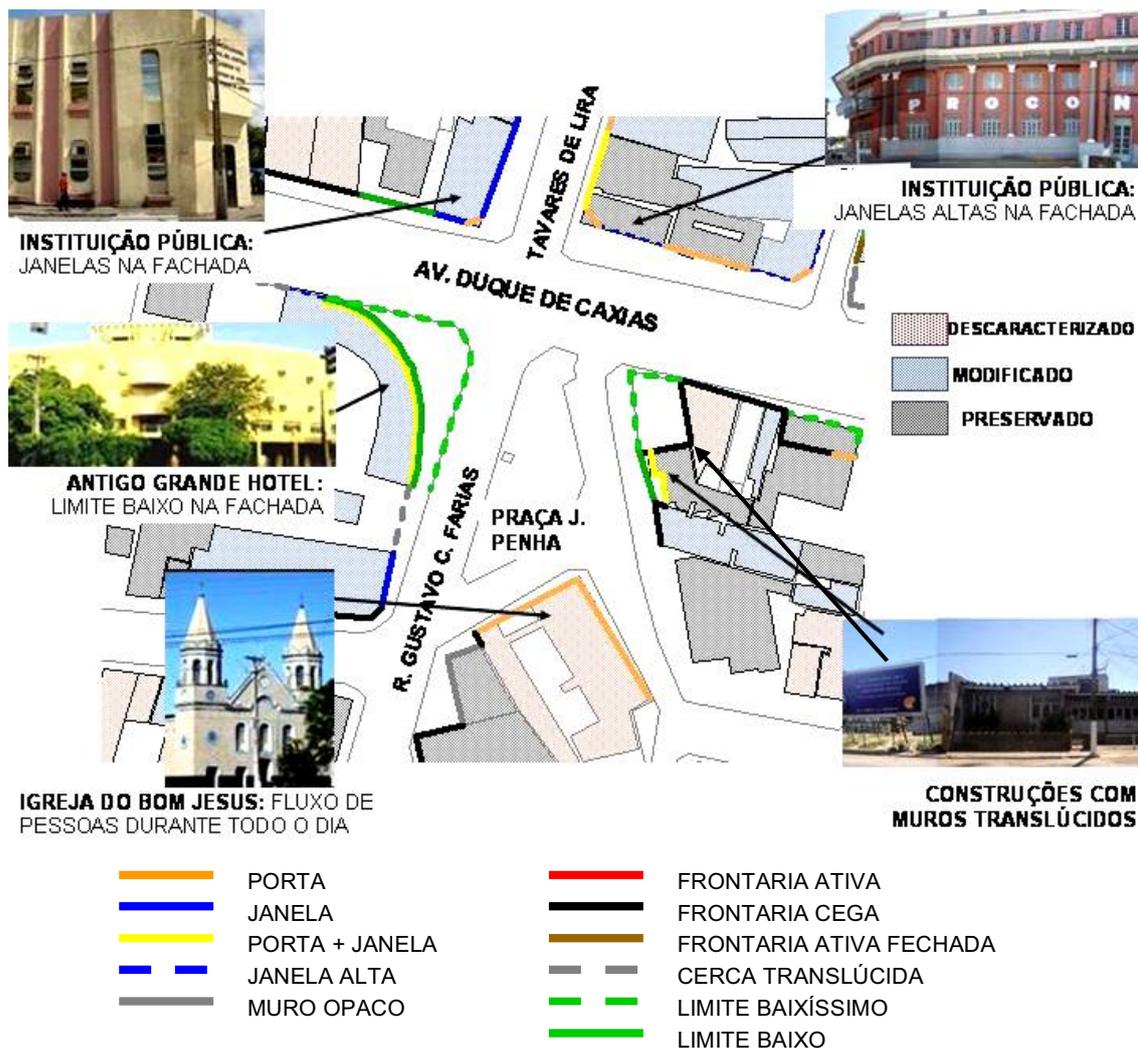


Figura 120– Praça José da Penha – Cruzamento dos mapas Frontarias Diurno x Estado de Preservação.
Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Figura 121 – Entrada do Porto de Natal pela Av. Esplanada Silva Jardim. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Uma situação parecida ocorre na Av. Esplanada Silva Jardim que, apesar de não possuir tanta diversidade edílica como no exemplo anterior, tem um fluxo intenso de carros devido as proximidades de importantes instituições (sede da Receita Federal e Banco do Brasil) e é uma das vias por onde se dá o acesso ao Porto de Natal (Figura 121).

Ao analisar os tipos de abertura das travessas do Projeto Becos e Travessas (Figura 122), que visa a implementação de novo sistema de iluminação e a melhoria em infraestrutura de algumas vias (já comentado no capítulo 4), sentiu-se a necessidade de cruzar as informações dos tipos de abertura das edificações para com a rua – frontarias – com os usos das construções vizinhas às travessas, uma vez que essas poderiam amenizar (ou não) as possíveis sensações de medo e insegurança causadas pela falta de interação entre a edificação e a via.

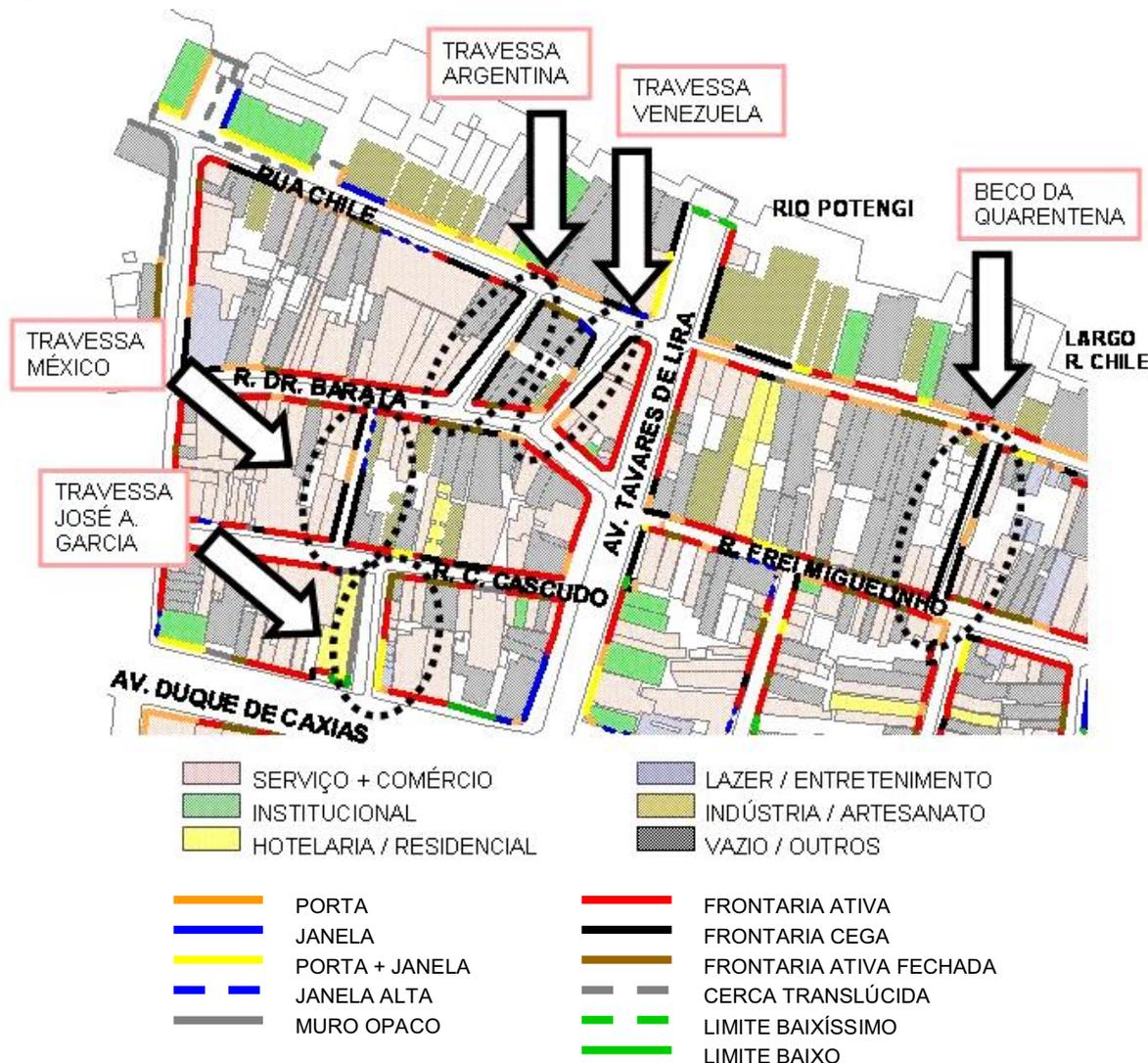


Figura 122– Localização das Travessas do Projeto Becos e Travessas. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Através da Figura 123 é possível perceber que a Travessa México apresenta FRONTARIAS CEGAS em quase toda a sua extensão e que além de ter imóveis fechados e sem uso, as construções vizinhas a entrada da travessa são de uso comercial ou de serviço, o que compromete ainda mais a sensação de segurança no período noturno, uma vez que estas permanecem cerradas. A Travessa José A. Garcia, também representada pela Figura 123, já tem uma aparência melhor (fachadas em bom estado de conservação), mas apresenta em uma

de suas fachadas laterais o MURO OPACO que pertence ao Albergue Cidade do Sol, e do outro lado da rua estabelecimentos comerciais e fachadas com suas FRONTARIAS ATIVAS.



Figura 123–Travessas José A. Garcia e México. Fonte: Valéria Ferraz, 2008

As duas travessas que ficam entre as ruas Chile e Dr. Barata – travessas Venezuela e Argentina – (Figura 124) apresentam FRONTARIAS CEGAS em boa parte da extensão do quarteirão, desencadeando uma sensação de insegurança que se agrava no período noturno por conta dos imóveis abrigarem usos comerciais, que se fecham durante a noite.



Figura 124–Travessas Argentina e Venezuela. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

E o Beco da Quarentena, entre as ruas Chile e Frei Miguelinho, exibido na Figura 125, é uma via suja e praticamente sem nenhuma abertura para as laterais. O lado esquerdo da rua é representado por uma linha preta – FRONTARIA CEGA – e o lado direito também apresenta linhas pretas e uma linha laranja, representando uma fachada composta de PORTA + JANELA, localizada na metade do quarteirão. Além disto, três das edificações vizinhas à entrada do Beco têm em suas fachadas uma combinação de FRONTARIAS ATIVAS e estabelecimentos comerciais, que funcionam apenas no horário comercial. Ou seja, se o lugar no período diurno já não é convidativo, no período noturno se torna assustador. Ao levar em consideração que o Beco da Quarentena está bem próximo da Casa da Ribeira, um dos principais atrativos culturais do bairro, a passagem por este trecho durante a noite se torna um obstáculo de visibilidade e circulação.



Figura 125–Beco da Quarentena. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Outro exemplo de ‘lugar esquisito’ pode ser visto na Figura 126. As duas laterais que dão acesso ao Teatro Alberto Maranhão são praticamente formadas por FRONTARIAS CEGAS. Além disso, as edificações situadas ao lado do teatro são em sua maioria estabelecimentos comerciais vinculados a serviços automotivos que permanecem abertos apenas no período comercial.

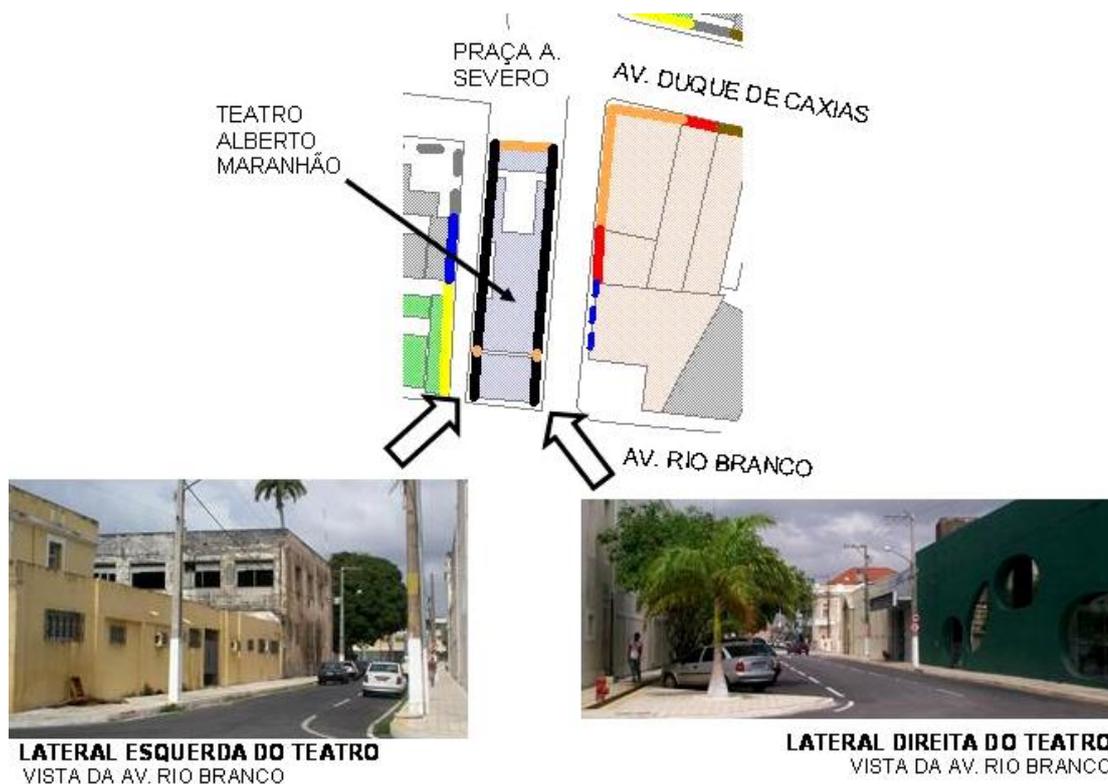


Figura 126 – Laterais do Teatro Alberto Maranhão. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Já as ruas localizadas entre a Av. Duque de Caxias e a Rua Frei Miguelinho (são elas: Nísia Floresta, Ferreira Chaves e Quinze de Novembro) possuem várias edificações fechadas e sem uso e têm boa parte das tipologias FRONTARIAS ATIVAS (Figura 127). Apesar dessas vias levarem a um dos atrativos culturais mais importantes do bairro – a Casa da Ribeira – e estarem próximas de instituições públicas que atraem um número grande de pessoas (entre elas a sede do jornal ‘A Tribuna do Norte’, um dos edifícios da Receita Federal) a sujeira e o precário estado de conservação dominam essas ruas (Figura 128).



Figura 127– Ruas Nísia Floresta, Ferreira Chaves e Quinze de Novembro. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.



Trecho da R. Nísia Floresta



Trecho da Quinze de Novembro

Figura 128– Trechos das ruas Nísia Floresta e Quinze de Novembro. Fonte: Valéria Ferraz, 2008.

Como já mencionado, estudos anteriores (TRIGUEIRO, 2000; MEDEIROS, 2002; CARVALHO, 2007) mostram evidências que mudanças na acessibilidade podem ser prejudiciais ao patrimônio histórico construído de uma região. Desta forma, ao considerar que o possível aumento no fluxo viário da Ribeira (em função da construção da ponte e das intervenções viárias na área) irá afetar, principalmente, a Rua Frei Miguelinho e as vias acima mencionadas (Figura 129), teme-se pela salvaguarda das construções, que já apresentam

indícios de descaracterização, venham a sofrer um processo de demolição por causa da pressão do mercado imobiliário ou da implantação de atividades incompatíveis com a conservação de características formais do conjunto edificado.

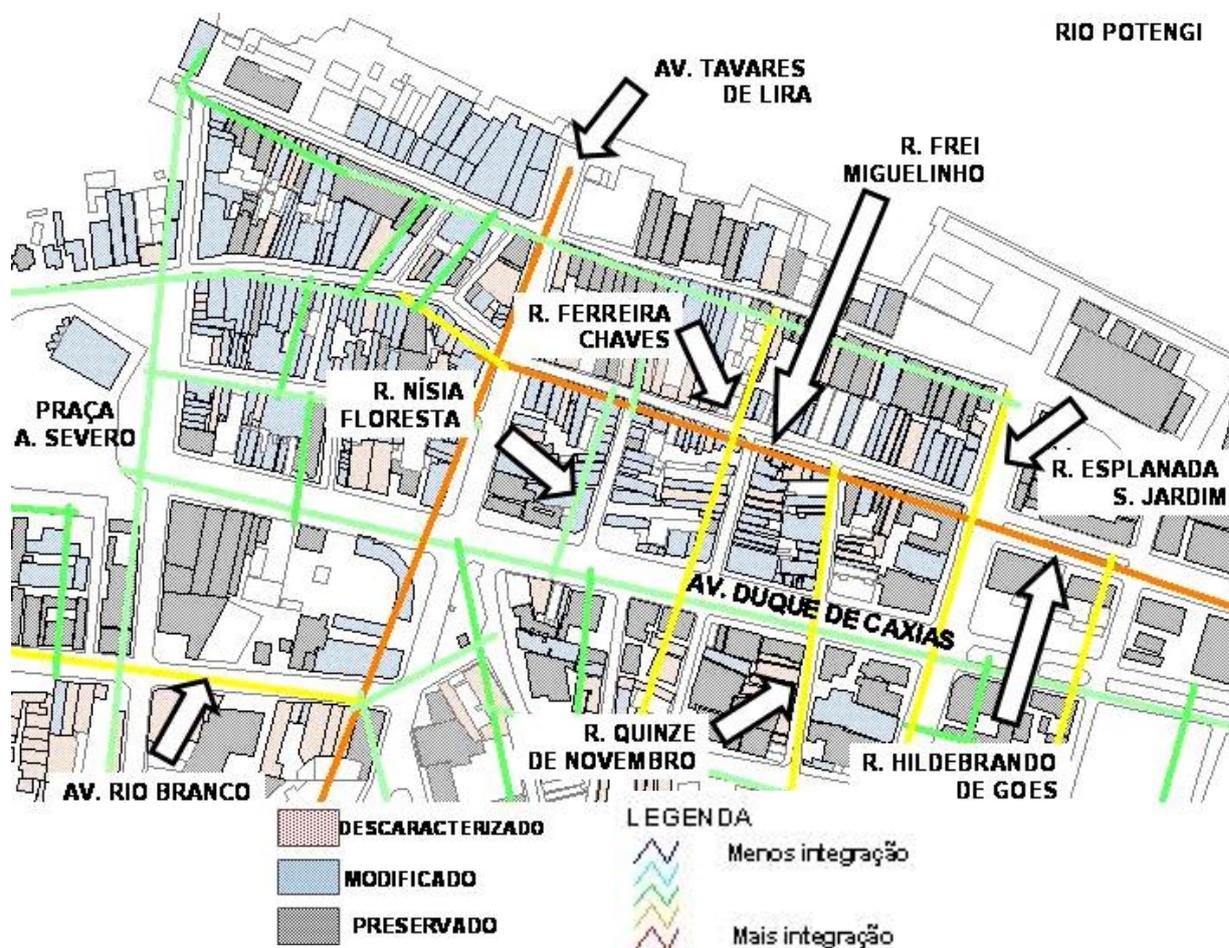


Figura 129 – Mapa axial, realizado levando em consideração a construção da Ponte Newton Navarro e as intervenções viárias somado ao mapa de Estado de Preservação. Fonte: Valéria Ferraz, 2007.

A partir dos estudos aqui referenciados (TRIGUEIRO, MEDEIROS, MONTEIRO, CARVALHO) buscou-se demonstrar efeitos da expansão na ocupação viária de Natal no deslocamento do centro ativo e na formação de subcentros, com conseqüências deletérias para a conservação do patrimônio e para a manutenção de vitalidade dos antigos núcleos fundadores. Se de um lado, o crescimento da cidade permitiu que um dos bairros centrais – Cidade Alta – ficasse nas franjas (ou bordas) de uma nova centralidade passando a atuar como um subcentro ativo e enfrentando um processo de desmonte do patrimônio arquitetônico, de outro, permitiu que a Ribeira sofresse uma significativa perda do potencial atrativo de geração de fluxos de movimento, provocando um retraimento em termos de valor imobiliário e utilização do conjunto edificado, mas fazendo com que seu patrimônio permanecesse relativamente melhor preservado.

Esses estudos também indicaram que a mais recente intervenção realizada na Capital Potiguar – a nova ponte sobre o Rio Potengi (construída para unir os dois lados da cidade e também para fixar o eixo do roteiro turístico de sol e mar), marca um novo momento de transformação urbana da cidade que poderá interromper o ‘contínuo’ deslocamento do núcleo de crescimento rumo ao Sul e deverá intensificar a geração de fluxos de movimento na Ribeira.

Assumindo um importante papel no setor da economia da região metropolitana natalense, o turismo vem sendo um dos propulsores de várias intervenções urbanísticas realizadas na cidade relacionadas fortemente com transformações na acessibilidade, entre elas a construção da Ponte de Igapó, a pavimentação da Rota do Sol, a criação da Via Costeira, a reforma do Aeroporto Augusto Severo, e agora, recentemente a construção da mencionada Ponte Forte-Redinha. Acredita-se que, diferente do que se viu no passado, essa nova intervenção pode estimular o crescimento de Natal no sentido Norte. Isto reafirma a

constatação de Furtado (2006:270) que diz que não se pode deixar de entender o turismo “como um dos principais elementos desencadeadores de mudanças na configuração global da cidade que vem ajudando a imprimir o desenho urbano de Natal”.

A idéia de usar a atividade turística no Nordeste como elemento impulsionador de desenvolvimento local está nas intenções do governo federal desde a década de 1980. Mas as políticas regionais de turismo que nortearam a atividade no Rio Grande do Norte se deram apenas em função dos apelos turísticos de sol e mar, sem, no entanto, se preocupar na época com o que hoje é tido como uma das principais preocupações de estudiosos da área, a diversificação do setor. O argumento é que a variação da atividade turística em uma região monopolizada pelo turismo de lazer pode beneficiar a diversidade social, amenizar os problemas causados pela baixa estação e, dependendo do setor do turismo, despertar a conscientização da comunidade para a conservação de seu patrimônio (turismo cultural) ou para seus bens naturais (ecoturismo).

A preocupação com o destino das construções e dos traçados urbanos dos centros antigos passou a se tornar, a partir das últimas décadas do século passado, umas das temáticas principais das experiências urbanísticas nacionais que acabaram gerando uma diversidade de modelos e estratégias de intervenção em várias regiões do País. Com a idéia de que os centros históricos deteriorados fisicamente e em declínio econômico, precisam valorizar suas potencialidades socioeconômicas, culturais e funcionais, o grande desafio é achar uma forma de conservar sem impedir o desenvolvimento da região, conciliando o progresso econômico com a preservação.

A partir da década de 1990 os centros antigos passaram a ser vistos, muitas vezes como mercadorias em potencial, capazes de trazer de volta ao foco de desenvolvimento urbano regiões menos favorecidas e fazê-las reingressar no circuito das trocas materiais e da competição entre cidades. Mas, ao se apoiar na premissa de que determinados equipamentos turístico-culturais são capazes de funcionar a curto prazo como magnetos – atraindo visitantes para a área em dias e horários específicos – e de exercer efeito multiplicador a médio prazo promovendo mudanças em termos de uso e valor, muitos esforços anteriores não se mostraram eficazes ou auto-suficientes. Exemplos são o Complexo das Docas em Belém, onde, como já discutido no capítulo 5, se apostou na atividade turística como substituição da antiga economia sem investir em serviços e infra-estrutura. Diferente do caso do Rio de

Janeiro, onde se procurou tratar o turismo cultural como uma forma de diversificação do setor através do apelo do resgate da identidade boemia do bairro da Lapa e do incentivo à atividades culturais desenvolvidas junto a comunidade em construções antigas.

A intenção de trazer à tona discussões sobre o papel do turismo cultural nas estratégias de intervenção de antigos centros urbanos nacionais acabou confirmando a necessidade de estudar também a relação entre as propostas de revitalização e a geração de certos padrões de vitalidade urbana.

Em muitos casos, os responsáveis pelos projetos e planos de preservação do patrimônio cultural de antigas áreas urbanas centrais carecem agregar um dado que parece ser fundamental para a promoção de sua vitalidade e sua dinâmica: “é preciso enxergá-los como cidades, organismos dinâmicos, complexos e diversos, que agregam valores materiais e simbólicos” (SIMÃO, 2006:58). Ao se pensar na revitalização de centros urbanos, é necessário refletir sobre a melhoria da qualidade da vida desta região que possui suas especificidades, mas que também encontra problemas comuns a outras partes da cidade, como por exemplo, a falta de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Nos exemplos de intervenções em São Paulo (PINTO & GALVANESE, 2006) e em Salvador (LEMOS, 2000) foi possível verificar a importância da acessibilidade para o desenvolvimento do turismo cultural em uma região central, assim como para a manutenção ou geração de vitalidade de qualquer fração urbana. A acessibilidade potencial melhora as condições de mobilidade e assegura o acesso amplo e democrático à cidade, suas oportunidades, serviços e equipamentos essenciais.

O caso de São Paulo ainda trouxe à tona, assim como o de Ouro Preto (SIMÃO, 2000), Rio de Janeiro (COLOMBIANO, 2004) e Recife (BOTLER; PEREIRA; JUREMA, 1995), a importância da geração da diversidade de usos ou manutenção das atividades locais para o bom funcionamento de uma região central, sendo que na Capital pernambucana, como já mencionado, foi, ainda reforçada a necessidade da criação de pólos ou subcentralidades. Já a necessidade da visibilidade, principalmente em regiões lindeiras a rios, podem ser inspiradas nos modelos do Mercado Ver-o-Peso em Belém – como exemplo de projeto sustentável - e no Centro Dragão de Arte e Cultura de Fortaleza – como exemplo de projeto que utiliza a arquitetura de impacto (VARGAS, 2006).

O crescimento ou ganho potencial de integração na Ribeira deve implicar na atração e no aumento dos níveis de fluxos e movimento. Ao mesmo tempo em que este fato é extremamente desejável no sentido da reversão do quadro de abandono e decadência do bairro, é temido ao considerar a possibilidade de uma migração em massa de estabelecimentos comerciais e de serviços, normalmente incompatíveis com a preservação do patrimônio construído. Desta forma, argumenta-se aqui que a alteração nos níveis de acessibilidade potencial das ruas da Ribeira pode tanto estimular a vinda de atividades que desencadeiem um processo de desmonte do conjunto edificado do bairro, com base no que já ocorreu em outras partes da cidade (TRIGUEIRO, 2002), quanto trazer benefícios às ruas que já apresentam atrativos culturais e diversidade de usos, estimulando o surgimento de uma infra-estrutura de apoio ao turismo cultural como alternativa economicamente viável de salvaguarda do patrimônio e de geração de um novo tipo de vigor urbano, capaz de conciliar conservação arquitetural e urbana com vitalidade socioeconômica.

Contudo, não se defende aqui a idéia de que apenas atividades ligadas ao turismo cultural possam sozinhas ocupar, sustentar e conservar o patrimônio arquitetural da Ribeira, uma vez que o processo de revitalização de uma região vai muito além da restauração de imóveis e de sua adaptação para atividades culturais e de lazer. Os centros antigos são parte das cidades e devem ser assim tratados, não como frações urbanas independentes na qual se pode intervir isoladamente. O planejamento urbano deve garantir e/ou potencializar suas especificidades criando condições técnicas, administrativas e legais para que os objetivos sejam alcançados e para que a Ribeira se defina, de fato, como centro histórico-cultural de Natal, o que pressupõe, acredita-se, a construção de uma base de informações contemplando também aspectos físico-espaciais do bairro, conforme se buscou discutir no capítulo 6.

Tendo como uma das imagens sínteses da Ribeira, seu conjunto edificado (ELALI, 2006), o estudo confirmou a existência de uma concentração de atrativos culturais nas proximidades das edificações e dos espaços públicos mais referenciados pela população. Mas, ao analisar os serviços de apoio nos arredores desses atrativos culturais, percebeu-se que o bairro ainda precisa incrementar e aprimorar seus estabelecimentos para torná-los parte integrante da chamada oferta turística. Um exemplo dessa carência é a falta de hotéis e pousadas em toda a região estudada, assim como a ausência de farmácias, padarias, mercados, casas de câmbio e locadoras de carros.

Ao mapear os atrativos culturais e cruzar as informações com o mapa de uso do solo, percebeu-se também que não há interação entre as comunidades existentes na ZEPH-Ribeira. Por exemplo, há uma alta concentração de instituições públicas ao longo da Avenida Duque de Caxias (principalmente próximo à Av. Esplanada Silva Jardim) responsáveis por boa parte da animação urbana diurna do bairro, mas a escassez ali, de restaurantes de boa qualidade e apresentação, faz com que seus funcionários precisem se deslocar para outras áreas da cidade na hora do almoço e no happy hour, ocasiões ideais para uma aproximação entre turistas e moradores, fator considerado importante em processos sustentáveis de requalificação urbana.

A Rua Chile tem uma grande quantidade de imóveis recomendados para conservação ou preservação. Porém, outros foram descaracterizados por sucessivas mutilações e muitos deles se encontram fechados e sem uso, impedindo a visão do Rio Potengi, tão valorizada pelos natalenses. A preocupação com a visibilidade para o rio está presente tanto nos projetos do PRAC-Ribeira quanto nos projetos da Prefeitura Municipal de Natal, uma vez que não é só o turista que pode apreciar a vista, mas o próprio morador local. Desta forma, a ampliação da visibilidade ao Rio Potengi pode encorajar outras ações, como a despoluição do rio e a criação de uma área de lazer e transporte fluvial e turístico.

Ainda analisando o mapa de uso do solo, percebe-se um fenômeno comum em quase todas as ruas do bairro. Apresentando um número bem pequeno de residências, a região estudada conta com a presença de instituições públicas, estabelecimentos comerciais e de serviços que funcionam apenas no período comercial, fato que torna as ruas vazias durante a noite e aos fins de semana. Isso, que já é um ponto negativo para o desenvolvimento de um tipo de turismo que busca, entre outras coisas, a troca e o contato humano, se agrava quando se percebe que a maioria desses estabelecimentos apresenta frontarias cegas, barrando qualquer contato visual ou físico e aumentando ainda mais a sensação de medo e insegurança da área.

O uso do solo também agrava a impressão de ‘lugar esquisito’ em quase todas as travessas do bairro. Mesmo nos projetos voltados para reduzir a sensação de vulnerabilidade e realçar aspectos pitorescos da trama urbana mais antiga, como o Becos e Travessas, conduzido pela Prefeitura Municipal de Natal, e o Novos Roteiros, proposto no Plano de Valorização Turístico-Cultural do PRAC-Ribeira, pôde-se constatar, através do cruzamento de informações sobre uso do solo e morfologia das frontarias, que as construções vizinhas à entrada das travessas ou estão fechadas e sem uso ou pertencem a estabelecimentos

comerciais que fecham durante a noite, tornando o local ainda mais ‘esquisito’. Se a idéia é elaborar roteiros turísticos para serem realizados a pé, espera-se que as ruas e as edificações apresentem boas condições de infra-estrutura, aparência e abriguem pelo menos um pequeno número de estabelecimentos que funcionem em diversos horários e dias da semana.

Como já foi dito, Pires (2002) percebeu que o estado de conservação é um dos fatores primordiais na escolha de um destino turístico-cultural. Ao analisar a ZEPH-Ribeira, constatou-se uma grande quantidade de edificações que possuem a interface espaço público/privado do tipo frontarias ativas e que estão em péssimo estado de conservação. A barreira opaca que edifícios e grupos de edifícios ‘fechados’ fora do horário comercial oferecem para a rua, agravada pelo aspecto freqüentemente dilapidado de suas fachadas, exacerba a sensação de medo e insegurança no local, sobretudo para transeuntes a pé.

Muitas das edificações situadas nas ruas próximas dos dois teatros do bairro apresentam estado de conservação ruim ou precário e frontarias ativas apenas no horário comercial. Além disso, são poucas as opções de serviços nos arredores desses atrativos culturais que permanecem abertas durante o período dos eventos. Como nos diz Urry (2001), para um lugar desenvolver o turismo cultural é necessário que se tomem estratégias coerentes, através do conhecimento dos defeitos e das disponibilidades locais. Seria muito bom que houvesse uma preocupação em distribuir melhor as atividades em volta dos atrativos culturais, de modo que os teatros fossem apoiados por estabelecimentos ligados a hospedagem, alimentação, suprimentos básicos etc.

Nas ruas situadas entre a Rua Chile e Av. Duque de Caxias, também há muito a transformar. Conforme a simulação realizada no mapa axial (com a construção da ponte e com as intervenções previstas para a malha viária) a Rua Frei Miguelinho ganhará acessibilidade potencial e deverá sofrer uma forte pressão em termos de fluxo de veículos e pedestres, o mesmo ocorrendo, em menor grau, com as ruas Ferreira Chaves e Quinze de Novembro. Como boa parte das edificações localizadas nessas vias não foi recomendada para preservação/conservação, estas poderiam dar lugar a novas construções, com novos usos e frontarias mais ricas em visibilidade e interface entre espaços privados e públicos, o mesmo podendo-se argumentar sobre edifícios existentes nas ruas Câmara Cascudo e Dr. Barata.

Procurando apontar as fragilidades e potencialidades do ambiente construído e conhecer a oferta turístico-cultural do bairro, espera-se que esta pesquisa sirva de apoio a tomadas de decisão para a implementação de ações capazes de fazer emergir uma nova identidade para o bairro da Ribeira, como centro histórico e cultural de Natal.

-
- ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- ANDRADE, Maria M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção a)
- AVIGHI, C. M. Turismo, Globalização e Cultura. In: LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C.(org). Turismo: teoria e prática - São Paulo: Atlas, 2000.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Travessia do Século).
- BALLART HERNANDEZ, Josep. Patrimonio cultural y turismo sostenible en el espacio iberoamericano: retos y oportunidades do presente. Diálogos. Maringá: DHI e Programa de Pós-graduação em História — Universidade Estadual de Maringá, v.9, n.1, 2005.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.
- BAPTISTA, Isabel. Lugares de Hospitalidade. Em DIAS, Célia M. Dias (org). Hospitalidade: Reflexões e Perspectivas. Editora Manole: São Paulo, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. Sistema dos objetos, o [sem]. Editora Perspectiva, 2006.
- BANDUCI, Álvaro; BARRETTO, Margaritta (orgs.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001. – (Coleção Turismo)
- BARRETTO, Margaritta. Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papyrus, 2000. – (Coleção Turismo)
- BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Sílvia; Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife in ZANCHETTI, Sívio; MARINHO, Geraldo; MILLET, Vera. (org). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.
- BENEVOLO, Leonardo. (1923). A cidade e o arquiteto. Perspectiva, São Paulo: 2004.
- BENEVOLO, Leonardo. (2005). A história da cidade. Perspectiva, São Paulo: 2005.

BOFF, Leonardo. Virtudes para um outro mundo possível, vol. I: hospitalidade: direito e dever de todos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De Volta à Cidade: dos Processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo)

CARVALHO, Heliana Lima. A nova Cidade Nova: Tirol e Petrópolis, bairros em constante transformação. Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

CASCUDO, L. da C. História da cidade do Natal. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica. São Paulo: MAKRON Books, 1996. (4ª edição)

CD NATAL 400 Anos, Natal, 1999.

CHIRADIA, A. & TRIGUEIRO, E. Towards and Interface Index. In Space Syntax Limited, UK. (2005)

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. Espaço e Cultura na Área Central Carioca. Reflexões sobre Turismo. In Geografia – Revista Digital Simonsen. (2004) Disponível em <http://www.simonsen.br/rds/geo/artigo3.php>. Acessado em 28/09/2007.

COMPANS, Rose. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. (2002.) Disponível em: <www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero2/caminhos/08Rose%20Compans.pdf>. Acesso em 29 jan. 2007.

ELALI, G. A. Imagem Sócio-ambiental de Áreas Urbanas: um estudo na Ribeira, Natal, RN-Brasil. UFRN, 2006. Artigo submetido à revista Psicologia para América Latina, número temático La Psicología y la Ciudad.

FARRET, Ricardo L. In VARGAS & CASTILHO. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

FERRAZ, Valéria Souza; TRIGUEIRO, Edja; TINOCO, Marcelo. Turismo Cultural e Revitalização de Centro Antigo: reciclando arquitetura pré-moderna e moderna. In VII SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, Porto Alegre, 2007.

FILHO, Nestor Goulart Reis. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FONSECA, Marília Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FONTELES, José Osmar. Turismo e impactos socioambientais. São Paulo: Aleph, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2003.

FURTADO, Edna. A “onda” do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal. Tese de Doutorado, CCHLA, UFRN, 2006.

GOLDIM, Linda M. P.; BEZERRA, Ricardo F.; FONTONELE, Sabrina S. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: um projeto de requalificação da antiga área portuária de Fortaleza – CE. In VARGAS, Heliana e CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro. Estado, Turismo e Mercado de Trabalho. In Scripta Nova- Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales - Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 - Vol. VI, núm. 119 (129), 1 de agosto de 2002.

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. Em DIAS, Célio M. de Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo: Monole: 2002.

HALL, Stuart. Identidade Cultural na Pós-modernidade, A. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANSON, J. (2000) Urban transformations: a history of design ideas, in: Urban Design International, 5, p. 97-122.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo: 1992.

HASENACK, Heinrich & WEBER, Eliseu. Derivação de Novas Informações Cadastrais para o Planejamento Urbano através de GIS. In: ANAIS do Fator GIS On Line, Curitiba, 1999.

HILLIER, B. (2002). Can streets be made safe? 4th SSS Symposium, London: UCL, SSL.

HILLIER, B. Centrality as a process: accounting for attraction inequalities in deformed grids in Urban Design International, 3(4): 107-127.

HILLIER, Bill. Cities as movement economies in Space is the machine, Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, Bill. & Hanson, Julienne. The social logic of space. Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, Frederico de. O espaço de exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional <http://www2.iphan.gov.br/>

IRVING, Marta de Azevedo. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Editora Futura, 2002.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia Do Turismo Para Uma Nova Compreensão Do Lazer e das Viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEMOS, Carlos A. (1985). O que é patrimônio histórico? São Paulo: Brasiliense.

LEMOS, Ubirajara. (2000). O papel do setor público, segundo as diferentes esferas de governo. Acessado em 28/09/07. Disponível em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/DIAGeixo1.htm>

LIMA, Pedro de. Arquitetura no Rio Grande do Norte. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

LIMA, R.S. Expansão Urbana e Acessibilidade: o caso das cidades médias brasileiras. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

LIMA, José J.; TEIXEIRA, Luciana G. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém do Pará in VARGAS, Heliana e CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MATHEUS, Zilda Maria. A idéia de uma cidade hospitaleira Em “Hospitalidade: Reflexões e perspectivas”. São Paulo: Monole: 2002.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares. Da praça-forte seiscentista aos grandes eixos: um estudo das relações entre preservação arquitetural e configuração da malha viária, visando avaliar o impacto de projetos de intervenção urbana (recentemente concluídos, em execução ou planejamento) sobre o patrimônio arquitetônico remanescente no centro histórico de Natal (Cidade Alta e Ribeira). Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares. Quando os ares modernos chegam à esplanada: o IPASE e a Vila Ferroviária em Natal-RN. IV SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. Viçosa & Cataguases, MG, 2001.

MEDEIROS, V. RUFINO, I. TRIGUEIRO, E. Instrumentos para avaliação do patrimônio arquitetônico remanescente no centro histórico de Natal. In: GIS Brasil: 8o. Show de Geotecnologias, 2002, Curitiba. Anais do 8o. GIS Brasil. FATOR GIS, v.1. p.1 – 10.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares. URBIS BRASILIAE. Ou sobre cidades do Brasil – Inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas. Tese de Doutorado. UNB, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. História & Turismo Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Dúvidas Frequentes. (2005) Disponível em www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programa-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/duvidas-frequentes>. Acesso em 28 set. 2007.

MIRANDA, J. M. Evolução Urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999. Prefeitura do Natal e Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 1999.

MONTEIRO, C.; TRIGUEIRO, E. ROAZZI, A et al. Morar no centro: pesquisa de demanda habitacional no centro histórico de Natal. Relatório de Projeto de Pesquisa. Natal: UFPE/UFRN, 2003.

MORIN, Edgar. Por uma globalização planetária. Disponível em www.globalizacion.org/biblioteca/morinGplural.htm acesso em 14/11/2005.

MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (organizadoras). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002.

NASCIMENTO, J.; MACHADO, J.; SIMÃO, M. C. Ouro Preto Hoje – A opção pelo Patrimônio Cultural in ZANCHETI, S.; MILET, V. & MARINHO, G. (org). Estratégias de intervenção em áreas históricas, MDU/UFPE, Recife, 1995.

NEWMAN, O. Defensible Space: people and design in the violent city. London: Architectural Press, 1973.

Normas de Quito – Reunião realizada em novembro de 1967 sobre a conservação e manutenção dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – OEA Organização dos Estados Americanos.

PELLEGRINE, Américo F., Turismo Cultural Em Tiradentes - Estudo de Metodologia Aplicada. São Paulo: Editora Manole, 2000.

PERDIKOIANNI, I. & PENN, A. (2005) Measuring diversity: a multi-variate analysis of land use and temporal patterning in Clerkenwell. In: Anais do 5th International Space Syntax Symposium, Delft: TUDelft, pp.741-761.

PINTO, Maurício F.; GALVANESE, Horacio C. Requalificação do centro de São Paulo – Projeto Corredor Cultural in VARGAS, Heliana e CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

PIRES, Mário Jorge. Lazer e Turismo Cultural. São Paulo: Manole, 2002.

PLANO DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS – RIBEIRA - Termos de Referência, 2005.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, memória e patrimônio cultura. São Paulo: Editora Rocca, 2004.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir. In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Wagner. Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de comunicação (1820-1920). Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN-PPGAU, 2006.

RUFINO, I. TRIGUEIRO, E., MEDEIROS, V. (2001). Geoprocessamento e Análise Sintática do Espaço: Estudo das Relações entre Vitalidade Urbana e Preservação Arquitetural no Centro Histórico de Natal. In: GIS Brasil 2001 – 7º Show de Geotecnologias. Curitiba.

SANTO, José Marcelo E. Plano Municipal de gestão: a revitalização do centro histórico de São Luis in VARGAS, Heliana e CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Heitor de Andrade. Revitalização Urbana de Centros Históricos – uma revisão de contexto e propostas: A Ribeira como estudo de caso. Dissertação de Mestrado: UFRN, 2002.

SILVA, Maria da Glória Lanci. Cidades turísticas – Identidade e cenários de lazer. São Paulo: editora Aleph, 2003.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SODRÉ, N.W. Síntese de história da cultura brasileira. São Paulo: DIFEL, 1984.

TAVARES, Adriana de Menezes. City Tour. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

TEIXEIRA, R. (2002). De la ville de Dieu à la ville des Hommes. La sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte - Natal/Brésil. Doctorat en Etudes Urbaines. Paris : École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS).

TEIXEIRA, R. Globalization of Old: The First Urban Nuclei in the State of Rio Grande do Norte and the Historical Process of Globalisation-16th and 17th Centuries. In: Marcio M. Valença; Etienne Nel; Walter Leimgruber. (Org.). The Global Challenge and Marginalization. New York: Nova Publishers, 2007.

TINEM, Nelci. (org). Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das Ruas de João Pessoa. Nelci Tinem – João Pessoa: UFPB, 2006.

TINOCO, Marcelo; TRIGUEIRO, Edja; FERRAZ, Valéria Souza. Novos Usos, Novos Fluxos. Complexidade e Contradição na Preservação Arquitetural e Reciclagem de Edifícios no Centro Antigo de Natal. In VII SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, Porto Alegre, 2007.

TOWN, Stephen; DAVEY, Caroline L.; WOOTTON, Andrew. Design Against Crime. Secure Urban Environments by Design. Guidance for the design of residential areas. The University of Salford, UK, 2001.

TRIGUEIRO, E.; MEDEIROS, V. The bridge, the market, a centrality forever lost and some hope: studying alternatives for re-qualifying an old town centre. Proceedings, 6th International Space Syntax Symposium, İstanbul, 2007. Também disponível em: <http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers%5Clongpapers%5C036%20-%20Triguerio%20Medeiros.pdf>

TRIGUEIRO, E., VELOSO, M., RUFINO, A. et al. (2005-2007). Morfologia e usos da arquitetura: a importância do geoprocessamento das informações. Projeto de Pesquisa em andamento (3º renovação). Natal: UFRN, PROPESQ/PIBIC (3 bolsas concedidas – 2 PIBIC em 2005 e 2007, e 1 PROPESQ, em 2006)

TRIGUEIRO, E., MEDEIROS, V. Marginal heritage: studying effects of change in spatial over land-use patterns and architectural in the old town centre of Natal, Brazil, 2002. Também disponível em: <http://www.spacesyntax.net/symposia/SSS4/fullpapers/20Trigueiro-Medeiropaper.pdf>

TRIGUEIRO, E. Housing in Clerkenwell:New Calthorpe Street and Earlstoke Estates. In VivaCity2020 – Urban Sustainability for the Twenty-four hour city. (2005)

TRIGUEIRO, E.; MEDEIROS, V.; RUFINO, I. Investigating consequences of an ongoing urban redevelopment over architectural remains in Natal (Brazil) historic centre. In: Anais do III Seminário Internacional Patrimônio e Cidade Contemporânea, 2002, Salvador : CECRE - Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2002. CD ROM.

TRINDADE, Tiago Cantalice da Silva. Turismo e Patrimônio Histórico: Obstáculos e Viabilidades – Um estudo de caso no bairro da Ribeira (Natal-RN). Trabalho Final de Graduação. Curso de Turismo. UFRN, 2005.

TURNER, Alasdair. Dephmap. Versão 4.06r. University of London – UCL, 2004. www.spacesyntax.com

URRY, John. Olhar do Turista. O. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VARGAS, Heliana e CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

VAZ, Lílian F.; SILVEIRA, Carmen B. A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar. VARGAS, Heliana e CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2006.

WHITEHAND, J. W. R. Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes. Proceedings, 6th International Space Syntax Symposium, İstanbul, 2007. Disponível em http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers/invitedpapers/Jeremy_whitehand.pdf

YAZIGI, Eduardo. Alma do lugar, A. São Paulo: Contexto: 2001. – (Coleção Turismo Contexto).

ZANCHETI, S.; MILET, V. & MARINHO, G. (org). Estratégias de intervenção em áreas históricas, MDU/UFPE, Recife, 1995.

9.1 CARTA DE TURISMO CULTURAL

ICOMOS, 1976

Introdução

1) ICOMOS tem como objetivo promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, realce e apreciação dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade.

2) Em virtude dele, sente-se diretamente preocupado pelos efeitos - tanto positivos como negativos - sobre o mencionado patrimônio derivados do desenvolvimento extraordinariamente forte das atividades turísticas no mundo. ICOMOS é consciente de que hoje, menos que nunca, o esforço vindo de qualquer organismo, por muito poderoso que seja em seu âmbito, não pode influir decisivamente no curso dos acontecimentos. Por essa razão tem que se levar em conta uma reflexão conjunta com as grandes organizações mundiais ou regionais que, de uma forma ou de outra, dividem estas preocupações e que desejam contribuir a aumentar um esforço universal, coerente e eficaz.

3) Os representantes dessas entidades, reunidos em Bruxelas (Bélgica), em 8 e 9 de novembro de 1976, no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, entraram em acordo no seguinte:

Postura Básica

1) O turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade.

2) Contemplado com a perspectiva dos próximos vinte e cinco anos, dentro do contexto dos fenômenos expansivos que afronta o gênero humano e que podem produzir graves conseqüências, o turismo aparece como um dos fenômenos propícios para exercer uma influência altamente significativa no entorno do homem em geral e dos monumentos e sítios em particular. Para que resulte tolerável, a dita influência deve ser estudada cuidadosamente, e ser objeto de uma política concertada e efetiva a todos os níveis. Sem pretender fazer frente a esta necessidade em todos os seus aspectos, se considera que a presente aproximação, limitada ao turismo cultural, constitui um elemento positivo para a solução global que se requer.

3) O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada.

4) Sem dúvida, qualquer que seja sua motivação e os benefícios que possui, o turismo cultural não pode estar desligado dos efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e dos sítios. O respeito a estes, ainda que se trate do desejo elementar de mantê-los num estado de aparência que lhes permita desempenhar seu papel como elementos de atração turística e de educação cultural, leva consigo a definição; o desenvolvimento de regras que mantenham níveis aceitáveis. Em todo caso, com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por muito justificada que esta se pautar desde o ponto-de-vista social, político ou econômico. Tal respeito só pode assegurar-se mediante uma política dirigida à doação do equipamento necessário e à orientação do movimento turístico, que tenha em conta as limitações de uso e de densidade que não podem ser ignoradas impunemente. Além do mais, é preciso condenar toda doação de equipamentos turísticos ou de serviços que entre em contradição com a primordial preocupação que há de ser o respeito devido ao patrimônio cultural existente.

Bases de Atuação

Fundamentando-se no que foi dito anteriormente:

1) Por uma parte as entidades representativas do setor turístico e, por outra, as de proteção do patrimônio natural e cultural, profundamente convencidas de que a preservação e promoção do patrimônio natural e cultural para o benefício da maioria somente se pode cumprir dentro de uma ordem pelo qual se integram os valores culturais e os objetivos sociais e econômicos que formam parte da planificação dos recursos dos Estados, regionais e municípios;

2) Tomam nota, com o maior interesse, das medidas formuladas nos apêndices desta declaração, que cada um deles está disposto a adotar em sua esfera de influência;

3) Fazem um chamamento aos Estados para que estes assegurem uma rápida e enérgica aplicação da Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural adotada em 16 de novembro de 1972, assim como da Recomendação de Nairobi;

4) Confiam em que a Organização Mundial de Turismo, em cumprimento de seus fins, e a UNESCO, no marco da mencionada Convenção, realizem o maior esforço possível, em colaboração com os organismos signatários, e com todos aqueles que no futuro se adirão, para assegurar a aplicação da política que as ditas entidades têm definido como a única capaz de proteger o gênero humano dos efeitos do incremento de um turismo anárquico cujo resultado é a negação de seus próprios objetivos;

5) Expressam seu desejo de que os Estados, por meio de suas estruturas administrativas, as organizações de operadores de turismo e as associações de consumidores e usuários adotem todas as medidas apropriadas para facilitar a informação e formação das pessoas que planejam viajar com fins turísticos dentro e fora de seu país;

6) Conscientes da extrema necessidade de modificar a atual atitude do público em geral sobre os grandes fenômenos desencadeados pelo desenvolvimento massivo do turismo, desejam que, desde a idade escolar, as crianças e os adolescentes sejam educados em conhecimento e em respeito pelos monumentos e sítios e o patrimônio cultural, e que todos os meios de comunicação escrita, falada ou visual exponham ao público os componentes deste problema, com o qual contribuam de uma forma efetiva à formação de uma consciência universal;

7) Unanimemente prestos à proteção do patrimônio cultural que é a verdadeira base do turismo internacional, se comprometem a ajudar na luta iniciada em todos as frentes contra a destruição deste patrimônio por todo tipo de contaminação; e, ao efeito, se apela aos arquitetos e experts científicos de todo o mundo para que os mais avançados recursos da moderna tecnologia sejam postos a serviço da proteção dos monumentos.

8) Recomendam que os especialistas chamados a planejar e levar a cabo o uso turístico do patrimônio cultural e natural recebam uma formação adaptada à natureza multidisciplinar do problema e participem, desde seu começo, na programação e realização dos planos de desenvolvimento e equipamento turístico;

9) Declaram solenemente que sua ação tem como fim o respeito e a proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais, tanto nos países e regiões em vias de desenvolvimento como nos industrializados, e há que a sorte do patrimônio cultural da humanidade é realmente idêntica ante a perspectiva do provável desenvolvimento e expansão do turismo.

Fonte: PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.153-156; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal. / Tradução de Judite S. Primo e Daniella Rebouças Silva.

Acessado em 28/09/07 www.revistamuseu.com.br/legislacao/turismo/tur_cultural.htm

9.2 TABELA 1

Embarque e Desembarque de Passageiros Domésticos e Internacionais por tipo de Voo, Aeroporto Internacional - Augusto Severo, 2001 – 2005 - Fonte: INFRAERO - RN

MOVIMENTO NO AEROPORTO INTERNACIONAL AUGUSTO SEVERO
EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS

TIPO DE VÔOS	PASSAGEIROS					
	EMBARCADOS			DESEMBARCADOS		
	DOMÉSTICO	INTERN.	TOTAL	DOMÉSTICO	INTERN.	TOTAL
2001						
REGULAR	342.198	1.554	343.752	346.631	864	347.495
CHARTER	109.572	19.509	129.081	107.483	19.067	126.550
AVIAÇÃO GERAL	1.822	0	1.822	1.879	0	1.879
TOTAL	453.592	21.063	474.655	455.993	19.931	475.924
2002						
REGULAR	353.468	2.410	355.878	361.343	1.706	363.049
CHARTER	93.660	25.115	118.775	91.898	23.054	114.952
AVIAÇÃO GERAL	2.165	0	2.165	2.114	0	2.114
TOTAL	449.293	27.525	476.818	455.355	24.760	480.115
2003						
REGULAR	303.168	1.235	304.403	314.435	1.039	315.474
CHARTER	76.084	49.551	125.635	75.973	49.862	125.835
AVIAÇÃO GERAL	1.961	0	1.961	1.843	0	1.843
TOTAL	381.213	50.786	431.999	392.251	50.901	443.152
2004						
REGULAR	362.738	5.205	367.943	373.632	6.580	380.212
CHARTER	102.714	86.438	189.152	100.542	86.491	187.033
AVIAÇÃO GERAL	1.759	7	1.766	1.846	0	1.846
TOTAL	467.211	91.650	558.861	476.020	93.071	569.091
2005						
REGULAR	407.252	27.748	435.000	409.268	29.286	438.554
CHARTER	116.529	95.282	211.811	116.863	93.193	210.056
AVIAÇÃO GERAL	2.093	8	2.101	1.618	4	1.622
TOTAL	525.874	123.038	648.912	527.749	122.483	650.232

9.3 TABELA 2

Perfil do turista. Natal 2001 – 2005

Aeroporto Internacional - Augusto Severo, 2001 – 2005 - Fonte: INFRAERO - RN

PERFIL DO TURISTA, NATAL, 2001 - 2005.

INDICADORES	2001			2002			2003			2004			2005		
	BRA	DMP	TOT	BRA	DMP	TOT	BRA	DMP	TOT	BRA	DMP	TOT	BRA	DMP	TOT
PRINCIPAIS MOTIVOS DA VIAGEM															
PASSEIO	35,74	2,83	38,57			50,26			44,87	33,36	10,08	43,44	36,61	16,26	52,87
VISITA A PARENTES E AMIGOS	26,87	1,78	28,75			22,21			22,38	21,78	1,13	22,95	14,85	1,65	16,50
NEGÓCIO/TRABALHO	24,54	0,79	25,33			22,31			25,91	22,21	0,86	23,04	22,96	1,32	24,28
CONGRESSO/CONVENÇÃO	2,06	0,06	2,12			2,35			1,69	2,82	0,06	2,88	1,53	0,17	1,70
SAÚDE	2,19	0,15	2,34			1,23			0,98	1,65	0,06	1,72	1,03	0,12	1,15
RELIGIÃO	0,37	0,00	0,37			0,26			0,23	0,37	0,06	0,43	0,09	0,06	0,15
OUTROS MOTIVOS	2,47	0,15	2,62			1,38			3,94	4,33	1,23	5,54	2,47	0,88	3,35
TOTAL	94,24	5,76	100,00			100,00			100,00	86,52	13,48	100,00	79,54	20,46	100,00
FATOR DECISÓRIO DA VISITA															
ATRATIVOS NATURAIS	82,52	11,04	93,56			47,85			93,14	78,66	12,09	90,64	59,58	25,40	84,98
MANIFESTAÇÕES POPULARES	0,20	0,00	0,20			0,00			0,17	1,21	0,19	1,40	0,28	0,33	0,61
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	0,00	0,00	0,00			0,10			0,25	0,12	0,13	0,32	0,11	0,17	0,28
COMPRAS	0,31	0,00	0,31			0,05			0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00	0,28
ECOTURISMO	0,61	0,31	0,92			2,05			1,09	0,85	0,13	0,97	1,11	0,45	1,56
TURISMO RURAL	0,00	0,00	0,00			0,00			0,08	0,00	0,00	0,00	0,17	0,22	0,39
CUSTO TOTAL DA VIAGEM	0,41	0,00	0,41			0,10			0,67	0,12	0,06	0,21	0,39	0,45	0,84
OUTROS FATORES	4,60	0,00	4,60			49,85			4,60	5,56	0,88	6,46	7,32	3,74	11,06
TOTAL	88,65	11,35	100,00			100,00			100,00	86,52	13,48	100,00	69,24	30,76	100,00
O QUE INFLUENCIOU A DECISÃO DA VISITA															
COMENTÁRIO DE PARENTES E AMIGOS	38,65	6,34	44,99			25,74			48,28	37,42	6,15	43,79	25,25	12,06	37,31
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	5,42	1,02	6,44			4,04			7,87	5,08	1,35	6,84	4,13	2,73	6,86
JÁ CONHECIA O LOCAL	35,79	0,92	36,71			16,68			26,02	31,70	1,35	30,47	24,36	4,75	29,11
AGÊNCIA DE VIAGEM	4,80	1,94	6,74			3,23			11,30	3,89	2,74	8,18	3,29	5,58	8,87
INTERNET	0,31	0,62	0,93			0,36			2,01	1,51	0,70	2,54	1,45	1,84	3,29
EVENTOS/FEIRAS/STAND	0,00	0,00	0,00			0,16			0,33	0,00	0,08	0,14	0,00	0,00	0,00
ROAD SHOW	0,00	0,00	0,00			0,05			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MEIOS	3,68	0,51	4,19			49,74			4,19	6,92	1,11	8,04	3,23	2,13	5,36
NÃO RESPONDEU	0,00	0,00	0,00			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	7,53	1,67	9,20
TOTAL	88,65	11,35	100,00			100,00			100,00	86,52	13,48	100,00	69,24	30,76	100,00

Fonte: PESQUISA TURISMO RECEPTIVO - 2001 A 2005.
SETUR - RN.

Legenda: BRA=BRASIL; DMP=DEMAIS PAÍSES;
TOT=TOTAL

Nota: A pesquisa de 2002/03 realizada pela PERFIL não apresenta os dados por brasileiro e estrangeiro.